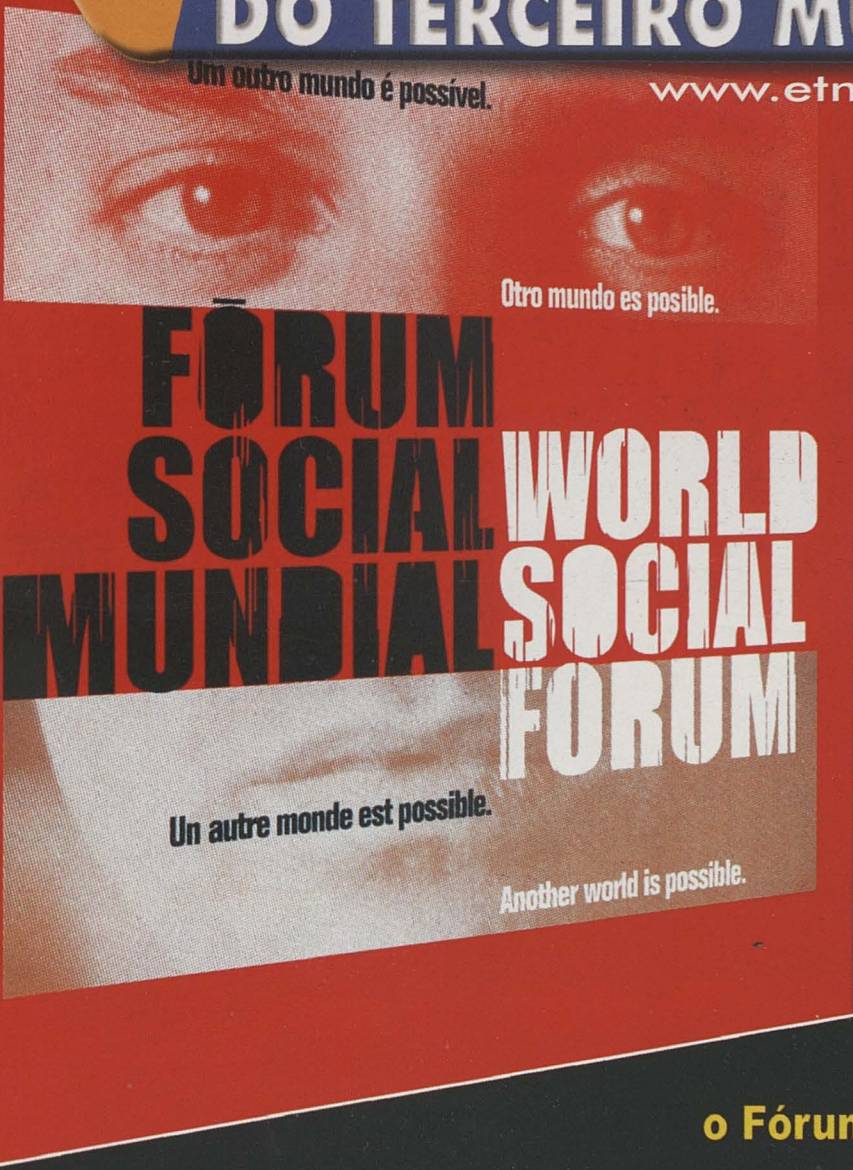


EDIÇÃO ESPECIAL

CADERNOS

DO TERCEIRO MUNDO

239



www.etm.com.br

ISSN 0101-7993 R\$ 6,00



Porto Alegre disseca a problemática mundial:

A afirmação da
sociedade civil

O poder político
e a nova ética

A sustentabilidade e
o acesso às riquezas

A produção de riquezas
e a reprodução social

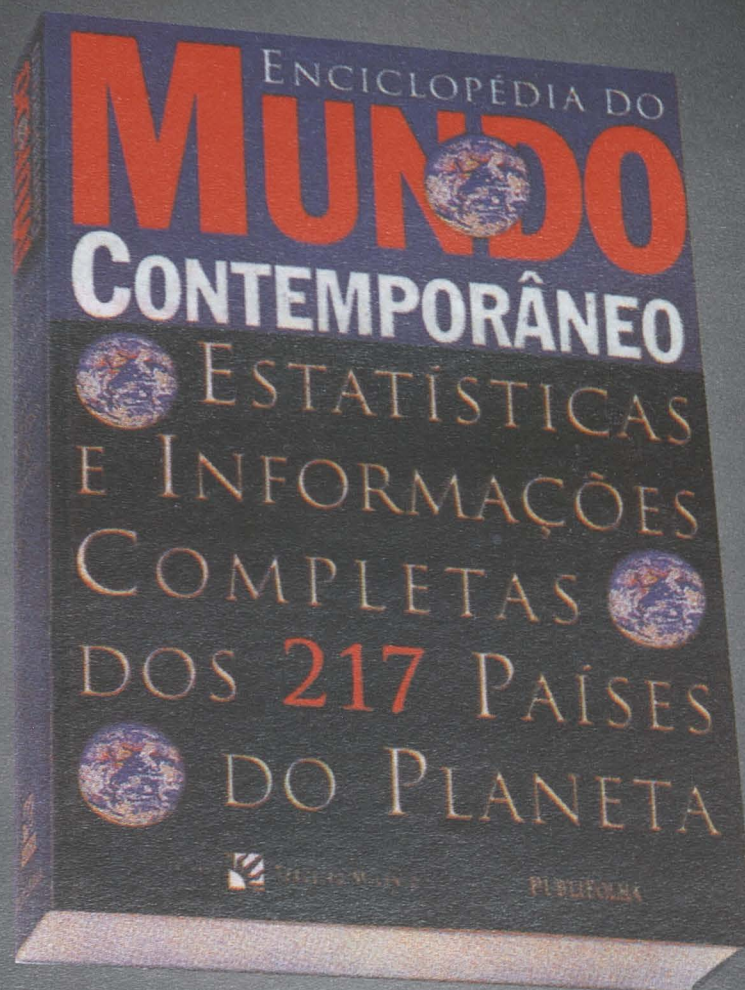
**Cobertura completa
do FSM, incluindo
o Fórum de Autoridades Locais
e o Fórum Parlamentar**

Um outro mundo é possível

EM BREVE

ENCICLOPÉDIA DO MUNDO CONTEMPORÂNEO

Nova edição revista e atualizada - 2002



PREÇO PREVISTO
R\$57,00

FAÇA SUA RESERVA:

Telefone: (21) 2221-7511

Fax: (21) 2252-8455

E-mail: assinaturas@etm.com.br

EDITORA



TERCEIRO MILÊNIO

Protesto anti-Kissinger

Senhor presidente da República Fernando Henrique Cardoso, preocupa-nos sobremaneira uma notícia divulgada dia 22 de janeiro pela imprensa brasileira, e confirmada pelo rabino Henry Sobel, presidente do rabinado da Congregação Israelita Paulista, segundo a qual é sua intenção condecorar o ex-secretário de Estado dos Estados Unidos, Henry Kissinger, com a Ordem do Cruzeiro do Sul, durante uma visita marcada por este senhor ao Brasil, nos dias 12 e 13 de março.

Pelos motivos expostos em seguida, nós, abaixo-assinados, consideramos que a idéia de condecorar Henry Kissinger é obscena e inaceitável, para dizer o mínimo. Solicitamos, energicamente, que tal proposta, se de fato existe, seja arquivada, em nome da democracia, dos direitos humanos, da dignidade humana e da decência.

Henry Kissinger é acusado pela família do general chileno René Schneider como o principal responsável por seu brutal seqüestro e assassinato, em outubro de 1970, levado a cabo pela Central de Inteligência dos Estados Unidos (CIA). Com base em abundantes evidências que constam de documentos governamentais liberados ao público, a família Schneider move processos contra Kissinger, no Chile e nos Estados Unidos.

Em julho de 2001, um juiz chileno intimou o Sr. Kissinger a comparecer a um processo, movido por Joyce Horman, viúva de Charles Horman, jovem jornalista assassinado durante o golpe de Augusto Pinochet, seu grande aliado. A história de Horman foi contada no filme *Missing*.

Kissinger é ainda acusado como responsável político por inúmeras atrocidades, do Timor, Vietnã e Camboja ao Chile de Augusto Pinochet, cometidas pelas Forças Armadas e agentes secretos dos Estados Unidos quando ele era o secretário de Estado daquele país. Promotores e juizes de vários países já enviaram intimações ao Sr. Kissinger, para que ele seja julgado por seus crimes.

Em maio do ano passado, Kissinger teve que sair às pressas de Paris, quando soube que oficiais de polícia estavam à sua procura, como resultado de uma ação judicial movida por ativistas da Rede de Ação do Timor Oriental. Em setembro, um juiz argentino convocou o Sr.

Kissinger para depor em um julgamento para esclarecer suas relações com o Plano Condor de colaboração entre as polícias políticas das ditaduras militares da Argentina, do Chile, do Brasil, do Paraguai e do Uruguai nos anos 70.

Segue abaixo um breve relato das responsabilidades do Sr. Kissinger. Vietnã - Kissinger "explodiu" as conversações de paz desenvolvidas ao longo de 1968, como parte da campanha pela eleição de Richard Nixon à Presidência do país. Metade dos milhões de mortes ocorridos no Vietnã e na Indochina aconteceram entre 1968 e 1972, quando ele era o todo-poderoso secretário de Estado. Camboja: Kissinger convenceu Nixon a ampliar o cenário da Guerra do Vietnã, com o lançamento de milhares de toneladas de bombas sobre o Camboja (600 mil civis mortos) e o Laos (350 mil). Bangladesh: usando armas fornecidas pelos Estados Unidos, o general Yahya Khan desferiu um golpe de Estado que resultou na morte de 500 mil civis, em 1971. O Conselho de Segurança Nacional dos Estados Unidos quis condenar o golpe, mas foi impedido por Kissinger, que, publicamente, agradeceu ao general, por sua "delicadeza" e "tato".

Chile: Kissinger participou ativamente do planejamento do golpe de 1973, que depôs o presidente Salvador Allende e levou o general Augusto Pinochet ao poder. Assassinados armados pela CIA incluíram o general legalista René Schneider e o ministro das Relações Exteriores de Allende, Orlando Letelier. Timor Oriental: Em 1975, o presidente Gerald Ford e Kissinger mantiveram encontros com o ditador corrupto Suharto. Kissinger declarou que os Estados Unidos não reconheceriam a independência do Timor Oriental, antiga colônia portuguesa. Foi o sinal para que Suharto invadisse o país, assassinando milhares de civis.

consultapopular@uol.com.br
Várias assinaturas

Saúde indígena

A notícia foi anunciada com sutileza nos meios de comunicação nacionais em 19 de fevereiro. A Fundação Nacional de Saúde (Funasa), a quem cabe a execução da política nacional de saúde indígena, foi oficialmente extinta. Em seu lugar foi criado o Sistema de Saúde In-

dígena e a Agência Federal de Prevenção e Controle de Doenças (Apec). De acordo com a Medida Provisória nº 33, o Sistema de Saúde Indígena será ligado diretamente ao Ministério da Saúde e fiscalizado pela Apec.

A extinção da Funasa faz parte da orientação neoliberal do governo Fernando Henrique Cardoso, que substituiu a estrutura governamental por agências de controle. A forma como se concretizou, no entanto, causou estranheza pela precariedade de discussão nos Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI). Os profissionais de saúde não têm idéia do que ocorrerá com os distritos, com os programas de formação de Agentes Indígenas de Saúde, as Casas do Índio (que fazem atendimento médico de emergência) e os hospitais de atendimento exclusivo aos índios.

É a segunda vez que a assistência à saúde indígena é esfacelada. No governo do ex-presidente Fernando Collor de Mello (1990-1992) o atendimento aos povos indígenas foi descentralizado. As políticas públicas referentes à saúde e à educação, antes centralizadas na Funai, foram entregues aos ministérios da Saúde e o da Educação. O Ministério da Saúde delegou o atendimento à Funasa, autarquia da estrutura ministerial. A Funai continuou com um setor de saúde e a partir daí iniciaram-se os conflitos de competência. Nas regiões os técnicos e os povos indígenas se reportam aos dois órgãos em busca de atendimento, causando muita confusão.

Já há algum tempo, o Cimi alerta para o perigo da terceirização dos serviços de saúde indígena. O governo, atendendo uma exigência dos índios, criou os DSEI, mas a execução da assistência à saúde indígena foi aberta à participação de outros segmentos, a exemplo de ONGs e prefeituras. Ficou estabelecida a política de convênios entre os órgãos e o Ministério da Saúde.

As reclamações e os problemas se avolumaram. Os povos indígenas passaram a denunciar corrupção, desvios de equipamentos, descaso, incompetência profissional e tratamento preconceituoso. A última denúncia chegou ao Cimi na semana passada. O Conselho Indígena de Roraima (CIR) revelou a redução dos orçamentos dos convênios, a padronização salarial – que poderá levar à demissão de funcionários.

Conselho Indigenista Missionário-Cimi
Brasília – DF

Uma edição histórica

Nas mais de 60 páginas que dedicamos à cobertura do Fórum Social Mundial (FSM), realizado no início de fevereiro em Porto Alegre, estamos oferecendo informação exclusiva e de primeira mão sobre um evento que acreditamos será lembrado no futuro como um marco no processo de gestação de uma nova forma de organização social da humanidade.

Nunca antes houve uma iniciativa semelhante, de construção de uma grande teia de organizações surgidas do seio da sociedade civil, diferentes entre si, mas coincidentes no anseio de abrir caminhos para um mundo que retome o compromisso com o ser humano como bússola de toda a ação política. Daí o enorme esforço que a nossa equipe realizou para tornar possível esta edição especial.

Não só os jornalistas que estiveram em Porto Alegre – Beatriz Bissio, Memélia Moreira, Alvaro Neiva, Ivan Trindade e Enilton Grill –, mas também a equipe editorial do Rio de Janeiro, pesquisadores do nosso Centro de Documentação, diagramadores, revisor e demais colegas trabalharam arduamente para tornar possível a chegada desta edição histórica às mãos dos leitores. Era tanta a riqueza de informação que até mesmo o número de páginas foi aumentado, contrariando o bom senso, em uma época de dificuldades financeiras.

Mas cadernos do terceiro mundo foi fundada em 1974 e tem resistido até hoje a isso, para fazer da informação uma ferramenta da construção de um outro mundo. Sempre acreditamos, como o FSM sinalizou, que, com boa informação, vontade política, coragem e amor no coração, isso é possível!

Os editores

CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO

FUNDADOR: Neiva Moreira
DIRETORA: Beatriz Bissio
DIRETOR-ADJUNTO: Pablo Piacentini
EDITOR: Procópio Mineiro
CONSULTORES: Darcy Ribeiro (in memoriam) Henry Pease Garcia (Peru), Eduardo Galeano (Uruguai) e Juan Somavía (Chile)

ASSINATURAS

Tel.: (21) 2221-7511 - Fax: (21) 2252-8455

E-mail: Assinaturas@etm.com.br

Pagamentos: Cheque nominal à Editora Terceiro Milênio e todos os cartões de crédito

NÚMEROS ATRASADOS

Ao preço do último exemplar. Solicitar envio ao Departamento de Assinaturas, acrescentando 30% ao valor do pedido para postagem ou adquiri-los diretamente na sede da Editora.

PUBLICIDADE

Gerente: Kleber Saboya

Rua Conde de Lages, 44 / 509 - CEP 20241-080 - Lapa - Rio de Janeiro - RJ - Tel.: (21) 2221-7511 - Fax: (21) 2252-8455
Correio Eletrônico: etm@etm.com.br

Rio de Janeiro/RJ: LJS Alves Representações

Rua Teófilo Ottoni, 15 - sala 913 - CEP 20090-080 - Centro - Tel.: (21) 2283-1661

São Paulo/SP: J.R. Comunicação e Publicidade Ltda.

Publicação com informação e análise das realidades dos países emergentes

Rua Coronel Ferreira Leal, 201 - 1º andar - Jd Esmeralda - CEP 05589 - 090 - Fone/Fax: (11) 3735-4541 / 3731-5114
Correio eletrônico: janlo_oliveira@uol.com.br

Belo Horizonte/MG: KSD Publicidade Ltda.

Rua Catete, 979 - sala 103 - Barroca - CEP 30430-520 - Tel.: (31) 9618-7417

Fortaleza/CE: AJS Assessoria e Marketing Ltda.

Rua Guilherme Rocha, 218/503 - Centro - CEP 60030-140 - Tel.: (85) 226-7560/999-9924

Brasília/DF: JCZ Comunicações

SRTVS - Quadra 701 - Bloco C - sala 330 - Centro Empresarial - Brasília - CEP 70340-907 - Tel.: (61) 3222034

Porto Alegre/RS: RS Mídia

Rua Lloyd de Andrade Polidoro, 15 - Aberta dos Morros - CEP 91751-620 - Tel.: (51) 248-3514

DISTRIBUIÇÃO/BRASIL

Fernando Chinaglia - Tel.: (21) 3879-7766


VENDA NO URUGUAI: Kiosko Salvador

Av. 18 de Julio y Paraguay - tel: 901-5459

FOTOS: Agence France Presse (AFP), Agência Brasil e Centro de Documentação (Cedoc).

PUBLICAÇÕES DA EDITORA TERCEIRO MILÊNIO

Cadernos do Terceiro Mundo (temas políticos e sociais); Ecologia e Desenvolvimento (assuntos ambientais); Revista do Mercosul (informação do bloco econômico); Almanaque Brasil e Enciclopédia do Mundo Contemporâneo (obras de referência)

EDITORA  TERCEIRO MILÊNIO

Rua Conde de Lages, 44 - Grupos 508/510 - CEP 20241-080 - Lapa - Rio de Janeiro - RJ - Brasil

Tel.: (21) 2221-7511 - Fax: (21) 2252-8455

E-mail: etm@etm.com.br - Internet: <http://www.etm.com.br>

Filiada à **ANER**



Sumário

Março 2002 • Nº 239 • Ano XXVII

ISSN 0101-7993

Fórum Social Mundial 2002

Um outro mundo é possível

6

- 18 “Construir a convergência significa estabelecer pontes”
- 20 Coletiva com Noam Chomsky
- 22 Ganhadores do Prêmio Nobel falam de guerra e paz
- 24 Palestinos denunciam a maior ocupação dos tempos modernos
- 28 Militarismo em expansão
- 30 Mais diálogo entre África e Brasil
- 32 Autoridades debatem saídas para a violência
- 35 Impunidade nunca mais
- 36 Um planeta bem heterogêneo
- 40 Globalização arrasa soberania nacional
- 44 Dívida é obstáculo ao desenvolvimento
- 46 Economia Solidária
- 48 Sustentabilidade e justiça social
- 50 Globalização x Meio ambiente
- 52 Água: bem comum
- 54 A invasão das borboletas
- 57 Direitos de reprodução e patentes
- 58 Medicamentos, saúde e aids
- 60 Ética e sustentabilidade
- 61 O Grito das Américas
- 62 Como democratizar a comunicação
- 64 Xequre-mate na educação
- 66 A cultura da violência
- 68 As revolucionárias mulheres afegãs
- 69 Saramago: Da justiça à democracia passando pelos sinos

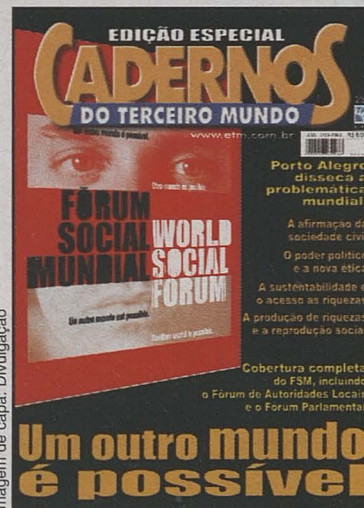


Imagem de capa: Divulgação

EDIÇÃO ESPECIAL



Sucesso de público, amadurecida nas suas reflexões, avançando para a produção de propostas a partir de uma agenda própria, menos preocupada que em 2001 com o que estava acontecendo no Fórum de Davos, a segunda edição do FSM, realizada em Porto Alegre, mostra que a sociedade civil mundial começa a ser protagonista de seu próprio destino

Foto: Ivan Trindade



Foto: Beatriz Bissio



Foto: Ivan Trindade

Fórum Soc



Foto: AFP



Fotos: Beatriz Bissio



Acompanhe nas páginas a seguir a cobertura completa do encontro

ial Mundial 2002



Foto: AFP

Porto Alegre mostrou que conforme a conhecemos de forças em nível mundial a uma sociedade global,

Poucos dias após os atentados de 11 de setembro, o comitê organizador do Fórum Social Mundial (FSM) teve uma reunião, na qual foi decidido que seria mantida a realização do evento, na data prevista. “O enorme sucesso obtido por esta segunda edição do encontro mostra que foi correta a avaliação de que, diante do terrorismo, mais do que nunca se fazia necessária uma reflexão sobre as alternativas possíveis à globalização que aí está.” Assim explicou Cândido Grzybowski, diretor do Instituto Brasileiro de Análise Socioeconômica (Ibase), uma das ONGs que integra o comitê organizador do FSM, pois os fatos daquele dia histórico – mesmo tendo abalado o mundo e desencadeado uma enorme ofensiva militar – não mudaram a decisão de realizar a segunda versão do centro mundial de discussões. O recado mais profundo do rico debate vivido em Porto Alegre é a vontade de uma enorme parcela dos povos do mundo, representados pelos milhares de delegados, de oferecer alternativas políticas ao terrorismo, seja ele propiciado por organizações de fanáticos ou pelos próprios Estados.

A armadilha colocada pelo governo Bush e os seus aliados, de que quem não está a favor da reação militarista é a favor do terrorismo, foi denunciada por muitos participantes. O primeiro a fazê-lo foi o lingüista Noam Chomsky, um dos principais críticos do neoliberalismo nos Estados Unidos. Para ele, a administração Bush e a Orga-

Um outro mundo é

e, como toda construção social, a globalização é reversível. É necessário alterar a correlação al para impulsionar a mudança em direção justa e solidária

nização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) estão fazendo uma “utilização cínica da crise em favor da sua própria guerra ideológica para continuar a impor ao mundo um tipo de globalização que favorece as multinacionais”. Esse intelectual maldito pelo *establishment* norte-americano afirmou também que “o Fórum Social Mundial é uma concretização de um outro tipo de globalização, daquela que está pensada em função dos interesses dos povos, cujas prioridades estão definidas pelos eixos temáticos dos debates em Porto Alegre, que tocam questões fundamentais para o futuro da espécie humana”. Aliás, Chomsky foi peremptório na sua conclusão sobre as consequências do militarismo: “Ou somos capazes de construir um mundo sem guerras ou não teremos mais mundo”, afirmou (ver matéria na página 28).

“É uma hipocrisia de parte do governo Bush falar de coalizão global contra o terrorismo e ao mesmo tempo se recusar a assinar o documento da conferência da ONU contra o racismo em Durban¹ (África do Sul) e rejeitar as determinações da Convenção de Mudanças Climáticas, assinada em Quioto”, denunciou o professor de Planejamento Urbano da Universidade de Columbia, Peter Marcuse, que acaba de lançar o livro *Globalizing cities*. Consultor de vários governos nacionais e municipais, Marcuse afirma que, “em nome do combate ao terrorismo, estão restringindo a possibilidade de combate à globalização”.

“Há hoje uma clara consciência de que a luta contra o neoliberalismo é inseparável da luta contra a agressão militar dos Estados

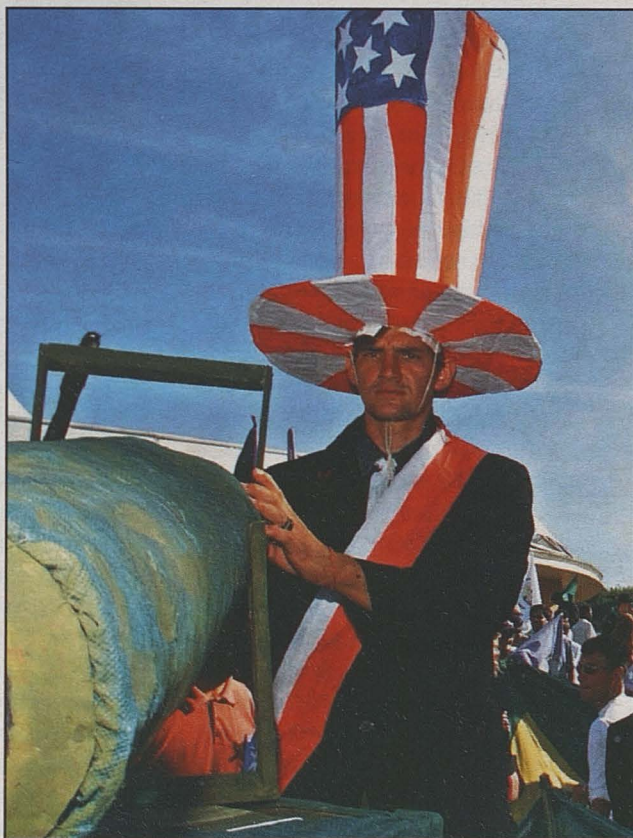


Foto: AFP

POSSÍVEL

Beatriz Bissio

Unidos – ou melhor, da Tríade, formada pelos Estados Unidos, os países europeus e o Japão – contra as nações do Sul”, afirmou o sociólogo egípcio Samir Amin, um dos teóricos do não alinhamento² nos anos 60 e mais recentemente pioneiro no esforço da construção de alternativas ao neoliberalismo. Amin vê um enorme avanço entre o primeiro Fórum Social Mundial e o de 2002: “A consciência de que o militarismo é a outra fase do neoliberalismo não estava presente em 2001, apesar de o problema já existir. Mas está nitidamente presente agora.”

O intelectual e ativista lembrou que “a agressão em curso no Afeganistão não foi a primeira; houve antes a Guerra do Golfo e a Guerra na Jugoslávia, e agora o próprio Bush nos avisa de que haverá outras. O neoliberalismo, que é uma nova fase do imperialismo, para se impor, exige uma guerra permanente contra os povos do Sul. Isto é, o hegemonismo norte-americano, assim como o europeu e o japonês, se utilizam de pretextos (hoje é o combate ao terrorismo, antes foram outras invocações) para levarem adiante o projeto de controle estratégico do mundo. Isso, que já é uma realidade em certas regiões da África e da Ásia, ameaça a América Latina, com o Plano Colômbia, que atinge diretamente o Brasil, pelas suas implicações na Amazônia, e sempre afetou o desenvolvimento de Cuba. Por isso é impossível considerar a luta contra o neoliberalismo só como uma luta econômico-social. Ela está indissolúvelmente aliada à luta pela paz, não à luta pela paz ingênua, *naïf*, a paz em geral. A paz que se opõe aos planos de guerra imperialista dos Estados Unidos e os seus aliados”, disse o sociólogo.

Os avanços entre o primeiro e o segundo fórum, de fato, foram evidentes. A palavra de ordem “Um outro mundo é possível” evoluiu de uma consigna simpática em 2001 para uma constatação em 2002. Uma constatação alicerçada em

Foto: Beatriz Blésio



Princípios e valores

Com a participação de Frei Beto, do Brasil, e Michael Lowi, da França, realizou-se um debate coordenado pelo representante da Comissão de Justiça e Paz da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, Chico Whitaker, no qual foram confrontados princípios e valores que predominam na sociedade capitalista globalizada e os princípios e valores necessários a uma nova sociedade.

Michael Lowi destacou que existem três grandes valores no coração da civilização dominante: o dólar, o euro e o iene. Eles formam o deus moeda da religião fundamentalista econômica. Há outros dois deuses da globalização: o mercado e o capital. E como outros deuses, estes exigem grandes sacrifícios humanos nos altares do mercado mundial e da dívida externa. Para contrapor essa sociedade, Lowi e Frei Beto defenderam uma nova sociedade baseada nos valores que no século XIX já inspiraram a Revolução Francesa: liberdade, Igualdade e fraternidade. Lowi destacou que a liberdade não é aquela apenas dos que pensam como nós, mas, como defendeu Rosa Luxemburgo, principalmente a daqueles que pensam diferente.

Ao falar sobre a igualdade, Frei Beto destacou a necessidade de eliminação do patriarcado, que é responsável pela opressão e violência contra as mulheres, deixando-as à margem da esfera pública. “A grande maioria dos pobres são mulheres”, lembrou. E apontou, ainda, a profunda desigualdade entre o Norte e o Sul do planeta. “Apenas quatro norte-americanos concentram em suas fortunas o PIB dos 42 países mais pobres do mundo que somam uma população de 600 milhões”, comparou. E relacionou outros valores importantes na nova sociedade a ser construída: o respeito ao meio ambiente e a expansão da democracia para os terrenos econômico e social.

O hegemonismo norte-americano se utiliza de pretextos par



A representação da África e da Ásia aumentou em relação a 2001, mas a América Latina e a Europa continuaram majoritárias. Os organizadores procuram corrigir essa defasagem prevendo para 2004 a realização do FSM na Índia

análises, propostas, e sobretudo em uma progressiva acumulação de forças de parte da sociedade civil mundial, a única grande protagonista possível da mudança que o fórum apregoa. Uma sociedade civil que este ano mostrou em Porto Alegre duas coisas fundamentais, que por si só já constituem um avanço: de um lado, a consciência de que é mesmo viável a alteração das regras de jogo vigentes no cenário mundial; de que a globalização tal como a estamos vivenciando é fruto de uma determinada correlação de forças no mundo e que, se alterada essa correlação de forças, é reversível, como toda construção político-social. De outro lado, a sociedade civil mostrou estar preparada para agir, ou melhor dizendo, já está passando à ofensiva, elaborando alternativas teóricas e se estruturando no plano da ação.

“O Fórum de Porto Alegre 2002 demonstra nitidamente que existe uma esquerda em nível mundial, uma esquerda cuja definição é antiimperialista e antineoliberal”, afirma Samir Amin. Mas faz a seguinte advertência: “Não será possível mudar a atual correlação de forças no mundo sem a reconstrução de um forte

movimento de solidariedade dos povos do Terceiro Mundo, em particular dos povos afro-asiáticos. A Conferência de Durban contra o Racismo mostrou o ressurgimento da solidariedade afro-asiática, e essa tendência esteve presente em Porto Alegre, mesmo tendo estado essas regiões do mundo sub-representadas.”

Foi justamente para evitar a primazia latino-americana e européia nas reuniões que o comitê organizador prevê uma mudança de continente para o evento que deverá ser realizado em 2004 (em 2003, considerou-se necessário voltar a realizá-lo em Porto Alegre, para dar mais tempo aos futuros organizadores de preparar as acomodações para a gigantesca reunião).

“Se, como tudo indica, a versão do fórum em 2004 se realizar mesmo na Índia, a representação asiática e africana no evento vai aumentar de forma significativa. E o protagonismo crescente dos povos da Ásia e da África é um fator decisivo e fundamental na transformação da correlação de forças internacional,” insistiu Samir Amin (ver entrevista exclusiva na página 24).

A lembrança do papel desempenhado no cenário mundial dos anos 60, 70 e até 80 pelo Movimento dos Não Alinhados não é aleatória. Essa terceira força que surgiu no cenário bipolar de pós-guerra – uma força que se autodefinia pela exclusão de qualquer alinhamento com as superpotências da época (a União Soviética, de um lado, e os Estados Unidos, de outro) e pela procura de caminhos próprios, daí o seu nome – foi protagonista das principais lutas desse período histórico, não só em prol da total descolonização da Ásia e da África, mas também e funda-

mentalmente em favor de uma mais justa ordem econômica internacional e também de uma nova ordem informativa internacional. O questionamento da primazia das leis do mercado nas relações entre países pobres e ricos e a rejeição à imposição do preço das matérias-primas do Terceiro Mundo pelos que delas iriam usufruir era, já naqueles anos, uma das principais bandeiras dos não-alinhados, que também tinham compreendido ser impossível a construção de uma sociedade mundial mais justa e democrática, sem se colocar um contrapeso ao monopólio da informação por parte de um pequeno grupo de conglomerados multinacionais.

Com o enfraquecimento do movimento, fundado em Bandung, na Indonésia, em 1955, os países do Sul ficaram sem nenhuma instância formal de concertação de estratégias e debate de alternativas. Samir Amin detecta nos movimentos telúricos que os povos da África e da Ásia começam a protagonizar a partir do fim da década de 90 uma espécie de ressurgimento das premissas de Bandung, porém adaptadas aos novos tempos. A principal mudança é que, enquanto o Movimento dos Não Alinhados era constituído por governos, o processo que está em gestação é protagonizado por movimentos sociais surge de baixo para cima. Aí está a sua enorme riqueza e também a sua própria limitação, porque deverá vir depois uma instância de trabalho político, que exigirá novas alianças.

UM BARULHO

“Porto Alegre não é o mínimo denominador comum entre os movimentos e

a levar adiante o projeto de controle estratégico do mundo

Os números

- ✓ Cerca de 80 mil participantes de 150 países
- ✓ 15.230 delegados (57% homens 43% mulheres) e 170 representantes dos povos indígenas
- ✓ 4.909 organizações de 131 países
- ✓ 700 oficinas e 100 seminários
- ✓ 135 conferencistas e debatedores
- ✓ 28 grandes conferências
- ✓ 6.500 delegados do Brasil
- ✓ 979 delegados da Itália, de 406 organizações
- ✓ 924 delegados da Argentina, de 274 organizações
- ✓ 682 delegados da França, de 224 organizações
- ✓ 465 delegados do Uruguai
- ✓ 166 delegados dos EUA
- ✓ 11.600 participantes do Acampamento da Juventude, vindos de 52 países
- ✓ Mais de mil voluntários
- ✓ 2.500 crianças participantes do FORUMzinho; 800 oficinairos e educadores nesta atividade
- ✓ 35 mil ouvintes cadastrados
- ✓ 2.400 jornalistas ligados a veículos e 780 freelancers, de 48 países
- ✓ 467 jornais, 193 revistas, 188 rádios, 116 canais de tevê
- ✓ 550 mil acessos diários em média no site do FSM

Foto: Cedoc



Foto: Beatriz Bissio

Durante as décadas de 50 a 70, o Movimento de Países Não Alinhados foi protagonista de intensas lutas que conduziram grande parte da Ásia e da África à independência e enfrentaram os interesses neocoloniais no terreno econômico em lutas pela valorização do preço das matérias-primas em particular o petróleo. Os movimentos e forças políticas representados no FSM seriam a versão moderna e atualizada dessa experiência histórica

“A principal mudança é que enquanto o Movimento dos Não Alinhados era constituído por governos, o processo em gestação surge com

ONGs aqui representadas. É uma espécie de barulho, de burburinho. Mas na verdade é mais do que isso, porque há uma tendência, há um movimento, mesmo que não seja uma locomotiva com todos os vagões arrumadinhos atrás. Muitas vezes falando ao mesmo tempo fazem ruído, mas também emitem mensagens, mesmo que a gente não esteja de acordo com todas essas mensagens. Há uma expressão de uma vontade de mudança, de uma vontade de solidariedade, de democracia, de centrar a organização da economia nas pessoas e de, claramente, questionar a condução do mundo por um pequeno grupo de corporações e de instituições internacionais que não são democráticas nem transparentes e representam um grupo muito pequeno de países.” Essa reflexão de Roberto Bissio permite entender o sentido de um evento como o Fórum Social Mundial. Ele é o coordenador do Observatório da Cidadania (Social Watch), uma rede de ONGs que faz um acompanhamento crítico da atuação dos governos na área social, publicando as conclusões em um relatório (ver entrevista na pág. 22). Na opinião de Bissio, a falta de um documento final e de um “comitê central” não seria expressão de debilidade do Fórum Social Mundial, mas de uma percepção nova e livre do papel da sociedade civil no mundo globalizado.

Por ter essas características, o FSM não se esgota em si mesmo. É como um útero que gera novos atores, novas matrizes; permite o intercâmbio de idéias e experiências; propicia a coordenação de atividades entre entidades afins; suscita o estabelecimento de alianças circunstanciais e de médio e longo prazo; permite avaliar a força que vai tomando o movimento social nas diferentes regiões do mundo, e é hoje um dos foros mais ricos para o esta-

“É necessário que construamos as bases de um novo mundo”

Susan George

belecimento de um diálogo efetivo (não de surdos) entre o Norte e o Sul.

“No FSM estamos criando uma nova ordem internacional”, assinalou Susan George, a conhecida escritora norte-americana radicada na Europa, cujo último livro, *Relatório Lugano*, recém-publicado no Brasil, se converteu em um *best-seller* da luta contra a globalização protagonizada pelo poder financeiro mundial. “Aqui em Porto Alegre está a sociedade da sociedade, uma sociedade mundial constituída de sociedades diversas. Ninguém antes conseguiu juntar todas essas forças. A nossa meta é descobrir os buracos, as rachaduras do sistema, para fazer com que ele se quebre. Temos que formar alianças fortes, primeiro em nível nacional, com os trabalhadores, as mulheres, os ambientalistas, e depois em nível internacional, pois dessa forma estaremos em condições de construir as bases de um novo mundo,” disse Susan George. E acrescentou uma reflexão sobre as responsabilidades em relação à atual situação mundial: “A hegemonia atual dos Estados Unidos foi possível pelo vazio deixado pelas outras potências. Os países da ex-União Soviética e a Europa têm culpa, e o Sul também. Se o Movimento dos Países Não Alinhados não estivesse praticamente morto, teria hoje um papel importantíssimo a desempenhar. O Sul, unido como na década dos anos 70, seria hoje um contrapeso no cenário mundial. Podemos ter idéias muito boas, mas só o poder modifica o estado de coisas.”

Por sua vez, Warden Bello, pesquisador da Universidade das Filipinas, e autor de numerosos livros sobre a economia mundial

e as alternativas à globalização, considerado um dos mais brilhantes *schollars* da Ásia, afirmou que “os atentados de 11 de

setembro comprometeram a percepção que ia amadurecendo na opinião pública mundial a respeito da ilegitimidade do sistema internacional de poder. Mas isso já está sendo revertido, como demonstra esta reunião”.

“Porto Alegre” – acrescentou – “é um processo que está fortalecendo a sociedade civil mundial e junto com outros processos vai gerar um poder organizado capaz de mudar a correlação de forças no mundo. Precisamos pensar estratégias para a transição. Talvez haja possibilidades que possam parecer reformistas, mas são revolucionárias nas suas conseqüências. Temos que criar o poder do povo em nível global que vai confrontar o poder dos Estados Unidos”.

O professor Peter Marcuse afirmou que o FSM deve expor o que está errado na globalização, clarificar o que se quer fazer para superar esses erros e como será feito, além de organizar a sociedade mundial para eliminar aquilo que não se deseja mais. “Já sabemos que outro mundo é possível. Necessitamos aprimorar a definição de que mundo é esse. Temos que deixar mais claro que papel queremos para as instituições internacionais: desejamos fazer delas instituições democráticas ou queremos acabar com elas e criar outras novas?”. E foi mais longe: “Também devemos clarificar que relação almejamos estabelecer entre a socieda-



Foto: Beatriz Bissio

Alinhados, em certa medida precursor da atual mobilização, e baixo para cima, protagonizado por movimentos sociais”



Foto: Beatriz Blissio

“Temos que criar o poder do povo em nível global que vai confrontar o poder dos Estados Unidos”

Warden Bello

de civil e o Estado e entre o Estado e o mercado. E quais as relações a que aspiramos entre os partidos políticos e os movimentos populares. Para mim, tanto as estruturas políticas quanto os movimentos sociais são necessários para construir uma sociedade melhor.”

Outra contribuição importante para as reflexões sobre os caminhos alternativos que o fórum se propõe ajudar a construir foi feita pelo professor norte-americano Immanuel Wallerstein, atualmente professor convidado do Instituto Holandês para Estudos Avançados em Humanidades e Ciências Sociais (Nias), em uma concorridíssima e muito aplaudida palestra.

Disse ele: “Desde o século XIX e durante quase cem anos, as forças populares

transformar o mundo. Isso porque até os mais radicais têm que fazer concessões para se manterem no poder. E esse fato levou às massas a se sentirem traídas. Nenhum deles tinha feito o que prometera. Isso gerou o movimento de 1968 na Europa ocidental, a rebelião contra os regimes socialistas do Leste europeu e ao descontentamento crescente no Terceiro Mundo. Mas em nenhum país esses movimentos de rebeldia vindos de baixo contou com apoio claro dos partidos de esquerda. E esse fato levou a uma transformação profunda na própria constituição dos movimentos sociais. Foi a partir daí que surgiram os movimentos de mulheres, os ecologistas, os que representam as minorias sexuais – aliás, todos presentes aqui em Porto Alegre. Eles disseram para a velha esquerda: “Nossos interesses são tão importantes quanto os de



Foto: Beatriz Blissio

No século XX as massas se sentiram traídas porque os movimentos revolucionários que tomaram o poder não conseguiram mudar o mundo

Immanuel Wallerstein

usaram a palavra de ordem “Tomar o poder para depois mudar a sociedade”. Ao longo do século XX esses movimentos, fossem eles socialistas, social-democratas ou movimentos de libertação nacional, tomaram, de fato, o poder. Mas houve um pequeno problema: não foram capazes de

vocês. Não vamos mais aceitar essa história de primeiro tomar o poder e depois mudar. Toda transformação deve ser levada adiante ao mesmo tempo. E se a velha esquerda está aqui em Porto Alegre é porque entendeu que tem que dialogar com esses novos atores. Todos, velha e nova esquerda, estamos procurando caminhos. Porque

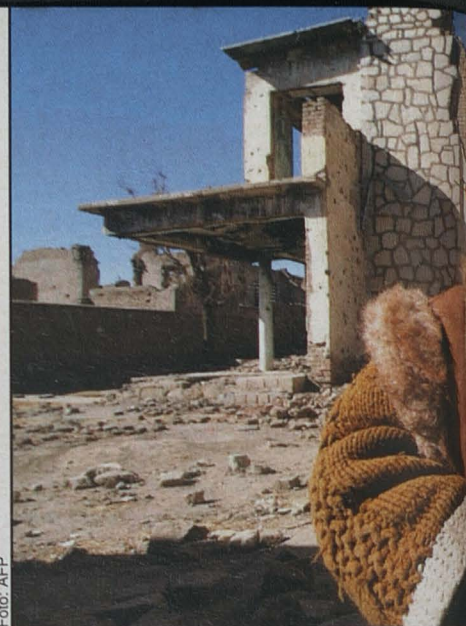


Foto: AFP

A alternativa à guerra contra os povos do Sul impulsionada pelos neoliberais é a crescente mobilização dos mais amplos segmentos sociais, que a cada dia tomam maior consciência do seu potencial para mudar a situação atual e construir uma nova forma de globalização centrada no ser humano



Foto: AFP

O FSM não se esgota em si mesmo; é como um útero que

Convergência crescente entre sindicalistas e ambientalistas

O Seminário sobre Trabalho e Meio Ambiente, promovido pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), discutiu como traçar ações conjuntas entre movimentos sindicais e ambientais. “No ano passado, tivemos cerca de 100 entidades sindicais presentes no Fórum Social Mundial. Como neste ano o número aumentou para 600, resolvemos organizar este seminário”, informou Paulo Roberto Martins, representante da CUT nacional. Sua expectativa é que, para 2003, sejam apresentados avanços em torno do tema proposto.

A maior preocupação dos representantes de movimentos sindicais de todas as partes da Europa e da América Latina foi como tratar as demandas ambientais dentro dos sindicatos de trabalhadores. Para o membro da Confederação Internacional da Galícia (Espanha), Xesus Ramón Gonzalez, a dúvida é como tornar necessária e organizar a luta ambiental no mundo sindical, e em que ponto o sindicato entra em concorrência com outros movimentos sociais. Gonzalez acha necessário criar estruturas específicas para trabalhar com a conscientização dos trabalhadores, fazendo com que passem a intervir ativamente na luta ambiental.

O sindicalista dinamarquês Allan Baumann disse que pretende levar aos 50 mil membros do Sindicato dos Trabalhadores em Escolas Infantis da Dinamarca, que ele representou em Porto Alegre, as discussões travadas. Baumann relatou que, apesar de seu país ser comandado pela direita, e de o Partido Socialista Democrata não mais defender os interesses da esquerda, o sindicato em que atua se interessa pelas relações humanas, pela infância e pelas questões ambientais. “Na Dinamarca lutamos para criar instituições comprometidas com o desenvolvimento sustentável, a alimentação saudável e a conscientização das crianças na preservação do meio ambiente.”

“No sindicalismo do Cone Sul não foi fácil entender o papel das ONGs. Perguntávamos a elas que tipo de representatividade possuíam. Não tínhamos compreendido ainda que, com a crise do sistema capitalista, nós, sindicalistas, também tínhamos perdido representatividade, por causa do desemprego.” Esse honesto depoimento foi dado, numa das mesas-redondas do Fórum Social Mundial, por Eduardo Fernández, coordenador das Centrais Sindicais do Cone Sul, representando o Uruguai, onde milita no sindicato dos bancários.

“Também não tínhamos muita confiança na aliança com os sindicatos do Norte”, explica Fernández, “mas comprovamos que a crise do capitalismo também os afeta. Foi assim que, superando esses preconceitos, foram criadas as condições para a criação da Aliança Social Continental” contra a Área de Livre Comércio das Américas (Alca), um movimento muito importante de ONGs que reúne desde aqueles que lutam contra a pobreza até ambientalistas, passando pelo movimento sindical. Já conseguimos organizar algumas ações conjuntas importantes, como a de abril passado, em Buenos Aires, durante a reunião dos ministros de Economia da região da Alca. Temos constatado que, apesar da diversidade, é possível definir alternativas que sejam interessantes para todos. E para não ficarmos limitados ao ativismo, temos que dar a este movimento uma organização básica”.

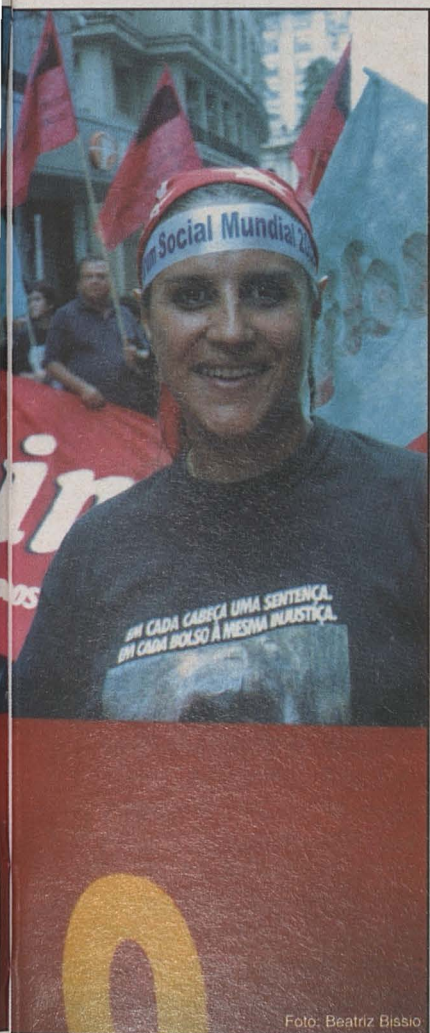
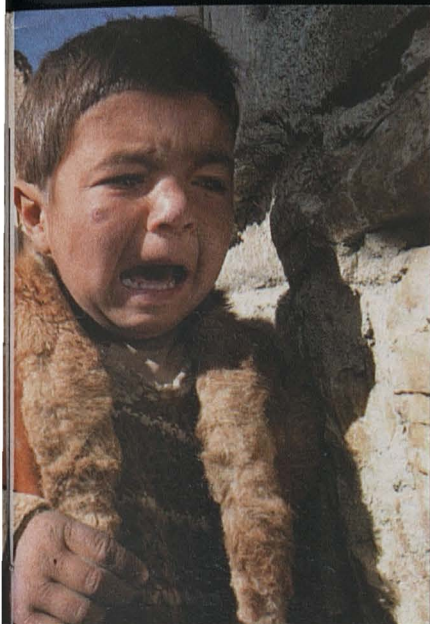


Foto: Beatriz Bissio

gera novos atores e propicia a coordenação de atividades

Fóruns regionais a partir de outubro

O Conselho Internacional do Fórum Social Mundial (FSM) se reuniu nos dias 28 e 29 de janeiro de 2002 para definir perspectivas futuras. Ficou fortalecida a idéia de que o encontro é um movimento aberto, que deve criar raízes em todos os continentes. Mas a realização de um fórum anual e centralizado foi considerada fundamental para a articulação das forças que se opõem ao modelo neoliberal. No segundo semestre, serão realizadas edições regionais do FSM. A terceira versão do evento será novamente em Porto Alegre, nas mesmas datas do Fórum Econômico Mundial.

O Conselho Internacional, cuja próxima reunião será de 28 a 30 de abril, terá papel decisivo na implementação dos fóruns regionais, que começarão em outubro: um da região afro-asiática, possivelmente no Nepal; outro latino-americano, em Quito (Equador); outro da região do Mediterrâneo; outro da Europa, e um outro da América do Norte, possivelmente a ser realizado na Califórnia.

Os fóruns regionais vão ter padrões gerais de metodologia e de princípios. No entanto, por terem a possibilidade de aprofundar o debate sobre a temática própria de cada região, devem enriquecer a agenda do futuro Fórum Social Mundial, versão 2003.

a direita soube aproveitar a enorme confusão que se instalou depois de 1968 no seio da esquerda, e passou à ofensiva. Os encontros do Fórum Econômico de Davos foram iniciados em 1972. Foi nos anos 70 que o Fundo Monetário Internacional (FMI) começou a impor com mais força as suas políticas de contenção do desenvolvimento independente. Foi a partir dessa época que começa com força a ofensiva em favor da globalização que aí está.”

Immanuel Wallerstein continua a sua explicação de como se chegou ao momento atual: “Passado o primeiro impacto na opinião pública do discurso pró-globalização, nos anos 90, as pessoas começam a desconfiar dos benefícios do mercado. Nos países da ex-União Soviética, por exemplo, todos queriam o mercado quando o comunismo caiu. Mas hoje essas massas votam nos antigos comunistas e os reconduzem ao poder. É claro que esses partidos estão mais moderados. Hoje, são

quase social-democratas, porém as pessoas votam neles porque os identificam com políticas que defendiam seus interesses muito mais do que o mercado. E no mundo capitalista, veio Seattle, veio a luta contra a Organização Mundial do Comércio, veio o Fórum Social Mundial, e o mundo que Davos representa está hoje com medo. Porque antes, quando os representantes da esquerda se reuniam, não faziam mais do que denunciarem uns aos outros. E o que acontece agora? Estamos nos ouvindo uns aos outros! Poderemos continuar com a nossa estrutura descentralizada? Não sei. Antes não funcionou, mas pode funcionar agora. E o que estamos descobrindo aqui, em Porto Alegre, é que quase todos chegamos à conclusão de que o Estado nacional é um instrumento importante. Que os blocos econômicos como a União Européia e o Mercosul são instrumentos importantes. Que a existência de um país como a Chi-

na é importante. Porque um mundo com muitos centros de poder é melhor que um mundo com um único poder.”

Wallerstein concluiu: “Creio que entramos em um período de transição que indica o início do colapso do capitalismo depois de 500 anos. Eu não estarei aqui para viver isso, mas sei que daqui a 50 anos o mundo não será mais capitalista. Entramos em uma etapa desconfortável e insegura. É desconfortável hoje viver na Argentina. Vai ser assim em outras partes. E isso abre as portas para a mudança. Para onde caminha o mundo? Eu não sei. Digamos que caminha para uma revolução, para intensas lutas políticas. Temos que forçar o aparecimento das debilidades do sistema capitalista. Temos que ir criando estruturas alternativas. Temos que exigir a volta do que nos assegurava o *welfare state*: mais educação para o povo, mais saúde, maior qualidade de vida. Os empresários vão ter que diminuir os lucros, sim. Vão ter que pagar pela infraestrutura que recebem do Estado, pelos recursos naturais que utilizam em seus processos industriais. As universidades e os hospitais públicos na Europa funcionam. E não são empresas capitalistas, nem estão guiados pelo lucro. Por que não podemos pensar em empresas que estejam estruturadas da mesma forma, sem ter que ser nem capitalistas, nem estatais? Mas, cuidado! As esquerdas de 100 anos atrás eram triunfalistas. Proclamavam que a história estava de seu lado e que iam ganhar. Isso é muito bom para motivar as massas, porém não é verdade. A história não está do lado de ninguém. E a desilusão leva à desmobilização. Não devemos mais mobilizar as pessoas dizendo que vamos ganhar. Temos que dizer às pessoas que devemos lutar para construir um mundo novo, porque, se não, não vale a pena viver. Se isso serve para avançarmos, já é uma vitória!”

“Creio que entramos em um período de transição que indica



Há coincidências entre Norte e Sul?

Um dos aspectos mais promissores do Fórum Social Mundial é se constituir em um espaço de diálogo e concertação de estratégias entre organizações dos países ricos e dos países subdesenvolvidos. Mas isso é realmente possível? O professor Warden Bello explica que “há muitos movimentos no Primeiro Mundo que estão lutando pelos mesmos objetivos que o Terceiro Mundo. São democráticos, abertos, flexíveis. Outros, não. Podem questionar até certos aspectos do neoliberalismo, mas são fundamentalistas nas suas atitudes”. O professor da Universidade das Filipinas acredita que o importante é que exista aproximação entre o Norte e o Sul e seja estabelecido o diálogo. E explica onde residem algumas das dificuldades: “Há organizações no Norte que não entendem, por exemplo, a nossa preocupação com a defesa da soberania nacional. Mas, para nós, sem o Estado nacional respeitado, não há avanço político possível. A nossa luta é em favor da ampliação da democracia, tanto nos Estados nacionais, quanto em nível internacional. Muitas organizações do Norte só vêem o problema do respeito aos direitos humanos, que é essencial, e nisso coincidimos. Mas não entendem como há grupos progressistas que apóiam as posições nacionalistas de um governante, como o primeiro-ministro Mahathir bin Mohamad, na Malásia, porque não é um regime democrático. Custam a entender que, por mais retrógrada que seja a sua administração em matéria de direitos humanos, ele está certo ao enfrentar as políticas imperialistas no terreno econômico.”

O professor aponta um dos temas em que a soberania nacional deve ser aprofundada. “O controle da saída de capitais para o exterior é um instrumento vital pa-

ra os Estados nacionais. Vejamos o que aconteceu com tantos governos, que ficaram à mercê dos capitais voláteis e da especulação. Vejamos o que está acontecendo agora mesmo na Venezuela, com o presidente Hugo Chávez, eleito pelo povo, que está ameaçado pela saída de milhões de dólares do país sem que ele possa reagir. No Sul há muito dinheiro nas mãos das elites e necessitamos de governos fortes que imponham pesadas taxações a esses capitais e os impeçam de abandonar o país, apoiados em novos mecanismos de controle dos fluxos financeiros. Isso já seria um passo decisivo na direção de uma mudança social.”

“O Estado nacional está sendo destruído e, como cidadãos, ficamos sem instrumento para fazer as mudanças”, advertiu, por sua vez, Maude Barlow, do Canadá. A ativista coincide com Bello na importância do tema, ressaltando que esse problema não afeta só os países do Sul. “Controlar as instituições multilaterais, que não são transparentes, mas são integradas por governos, é muito mais difícil para nós do que controlar os nossos governos. Não podemos permitir o enfraquecimento do Estado, pois a democratização em nível global deve começar pelo Estado nacional.”

Emílio Tadei, sociólogo argentino que representou o Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (Clacso), referindo-se a este tema, fez a seguinte reflexão, a partir da experiência de seu país: “Os fatos indicam que a América Latina entrou em um estágio em que as democracias liberais pós-ditaduras estão evoluindo para democracias participativas, pela ação e pressão dos cidadãos.”

O papel dos partidos

Outro avanço do Fórum Social Mundial de 2002 foi a interessante constatação

de uma certa disputa de espaços entre os partidos políticos e as organizações não-governamentais, que podia ser percebida no passado, mas hoje está superada. Tanto as ONGs quanto os movimentos sociais estão preocupados com um certo esvaziamento e a crescente falta de credibilidade junto à opinião pública das legendas políticas, sejam eles de esquerda ou de direita, um fato perigoso para a democracia e para a luta contra o neoliberalismo.

As ONGs mostraram ter compreendido que a elas cabe sinalizar rumos, e aos partidos incorporar essas reflexões e essas demandas e transformá-las em plataformas de ação política. “Em Porto Alegre temos a presença de muitos partidos, mas o fórum não é um partido. Aqui viemos a nos escutar mutuamente. A construção das alternativas vem depois, e cabe, fundamentalmente, aos partidos fazê-lo”, disse o sociólogo Samir Amin.

“Temos que fortalecer o movimento que surgiu com o fórum para que não fique só no ativismo; temos que fortalecer os partidos políticos para que possam levar adiante as alternativas ao neoliberalismo”, afirmou Eduardo Fernández, da Coordenadora das Centrais Sindicais do Mercosul. Eduardo Ballón, presidente do Centro de Estudos e Promoção do Desenvolvimento (Desco), com sede no Peru, por sua vez, acredita que “estamos vivendo uma crise de referências nos processos de mudança e é necessário revalorizar os partidos políticos, atribuindo-lhes novos significados, para que estejam à altura dos desafios que estão por vir. Os anos de autoritarismo colocaram muita gente que se forjou na política para fora do cenário político. Muitos desses quadros migraram para as ONGs e esse esvaziamento não foi compensado após a redemocratização. Hoje somos desafiados a dar à ação política novos conteúdos, que, em lugar de denegrir, realcem a importância dos partidos políticos.”

o início do colapso do capitalismo depois de 500 anos”

‘Os governos podem mudar as regras do jogo impostas por essa globalização’

Coordenador do Social Watch, uma rede de ONGs que acompanha a atuação dos governos na área social, Roberto Bissio conversou com cadernos do terceiro mundo sobre o tema que abordou na sua intervenção.

Para Bissio, o maior mérito do fórum é fazer com que as pessoas que se deslocaram até Porto Alegre voltem com outro entusiasmo, sentindo-se menos isoladas, enxergando os vínculos entre as pequenas ou grandes lutas locais que protagonizam todo um movimento que tenta transformar o mundo. Mas a enorme novidade, na sua opinião, “é que não se está tratando de construir uma organização piramidal, clássica, uma nova Internacional, com comitê central de todos os movimentos”.

A forma organizativa do fórum, para Bissio, mostra a dinâmica que está tendo a sociedade civil mundial. “A opção de não emitir nenhuma resolução e de que todo mundo possa falar, ouvir, fazer alianças, mas que ninguém, nem os próprios organizadores, esteja autorizado a exercer o papel de porta-voz do conjunto, e menos ainda se constituir como autoridade, é onde reside a força do FSM. O fórum, enfatiza ele, “não é, nem se propõe a ser um partido político; nem é um projeto de poder alternativo. O tema do poder faz parte do papel dos partidos políticos, que naturalmente devem tratar de entender o que está sendo colocado no fórum, que não são os sentimentos e as aspirações de pequenas minorias alternativas. É o sentimento de muitas maiorias em grande parte do mundo”.

O conferencista lembra que os impulsionadores do Fórum Econômico de Davos mandaram fazer uma pes-

quisa sobre a globalização e viram que 60% das pessoas ou estão contra ou não acreditam que essa globalização vai beneficiá-las. Isso é muito significativo.

O importante, para Bissio, é perceber que Porto Alegre não procura definir nem mesmo o mínimo denominador comum das lutas representadas no FSM. “De 18 a 22 de março vai se realizar a conferência de cúpula da ONU sobre Desenvolvimento, em Monterrei, no México, com a presença de grande número de presidentes, inclusive Bush, a respeito da situação da economia mundial. Ela, sim, se propõe a encontrar um mínimo denominador comum – que por isso mesmo dirá muito pouco de novo. Mas mesmo assim será de extraordinária importância, pela agenda a ser tratada, pela presença dos presidentes e dos ministros de Economia e pelo fato de que eles não vão se reunir no âmbito em que geralmente o fazem, nas estruturas do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial, mas no marco das Nações Unidas, que, mesmo com todas suas limitações, é uma instituição com outra transparência. A reunião vai ter um documento de consenso. E qual é o consenso possível, a esse nível? Muito escasso. O interessante no formato da conferência de Monterrei é que vai se estabelecer um certo diálogo entre esses presidentes e a sociedade mundial, inclusive com os empresários, e que a pergunta colocada é como se faz para que a economia esteja à serviço do povo e da erradicação da pobreza e não ao contrário. Pelo menos esse é o debate que deverá acontecer na discussão de temas importantes como a dívida, a ajuda ao desenvolvimento, as finanças internacionais, as falhas do sistema, etc.”

E o papel do Social Watch? Bissio explica que, “desde 1995, o Social Watch toma as propostas com as quais os próprios governos têm se comprometido e, ano a ano, faz um relatório do que foi feito nos países onde existe a rede. (Neste momento, são 60 países.) No ano 2000, e retomando as iniciativas de todas as conferências que tinham sido realizadas no âmbito das Nações Unidas, na década de 90, todos os presidentes assinaram um documento com metas muito concretas, no qual se afirma que até 2015 tem que ser reduzida a pobreza, a fome, a brecha entre a educação que é ministrada a meninos e meninas, a incidência da epidemia de HIV/Aids, devem ser erradicadas as doenças contagiosas, etc. É uma agenda ambiciosa e com datas concretas. Não é uma proposta louca da sociedade civil mas um documento de compromissos assumidos pelos presidentes”.

Se a meta para 2015 é erradicar a fome, a cada ano tem que ser feita alguma coisa. O Social Watch acompanha as estatísticas oficiais, avalizadas pela ONU para ver se as políticas aplicadas estão conduzindo ao cumprimento dessas metas. “E o que muitos relatórios mostram, senão a maioria, é que as políticas de ajuste estrutural, as privatizações, a mobilidade dos capitais, a opção por dar todos os direitos aos investidores e nenhum aos trabalhadores ou aos cidadãos em geral estão nos afastando dessas metas. A idéia, então, é sentar com os governos e cobrar deles o cumprimento dessas promessas.”

O coordenador do Social Watch explica que um documento assinado no marco das Nações Unidas não tem valor legal em nível nacional. Mas, assim como as promessas de campanha



Roberto Bissio: 'não se trata de construir uma organização clássica'

sem valor legal, possibilitam ao povo julgar os seus governantes, o mesmo acontece com as resoluções da ONU. Mais ainda: os direitos humanos, que são políticos mas também são culturais e econômicos, e outras resoluções das Nações Unidas têm valor de lei em muitos países. "Acontece que esses tratados internacionais e as leis que deles foram derivadas, como leis nacionais, freqüentemente não têm mecanismos de sanção. E costumam entrar em conflito com outras leis, como os resultados da Ronda Uruguai, que têm sanções para quem não os aplicar."

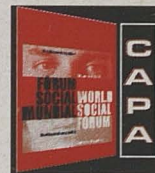
O que acontece quando entram em contradição duas leis, por exemplo, quando entra em contradição o direito à vida dos pacientes com HIV diante do direito da indústria farmacêutica de cobrar royalties pelos medicamentos que têm patenteado? "Paradoxalmente", explica Bissio, "entre o direito à vida e os direitos de patentes das corporações, vencem as transnacionais, porque as leis que as respaldam estabelecem fortes sanções. E isso é uma flagrante injustiça. Daí o debate no Brasil em relação ao tema das patentes ser de relevante importância, não só para os brasileiros, como para todos os povos".

Referindo-se ao papel do Estado nacional diante da globalização, Bissio afirmou na sua intervenção no eixo temático IV, que tratou do "Poder

político e ética na nova sociedade", que "na América Latina, com a experiência da ditadura, a sociedade civil surgiu quase que em oposição à sociedade militar. Não era o terceiro elemento na trilogia governo-mercado-sociedade civil, mas o único elemento possível para se contrapor ao militarismo. E assim criou-se uma certa cultura, de ambas as partes, de confrontação entre sociedade civil e governo. Como se o governo tivesse que ser sempre, necessariamente, confrontado."

Para o painlista, "em muitas regiões do Terceiro Mundo, no Afeganistão e na Somália, mas também na Colômbia e nas favelas do Rio de Janeiro e outras cidades brasileiras, a desapareção do Estado priva a sociedade de um instrumento de mediação e submete a população a caudilhos, narcotraficantes e todo tipo de violência extremamente grave. Toda situação de conflito sem mediação conduz à violência".

Bissio acredita que o enfraquecimento do Estado não se deve só a determinadas circunstâncias políticas, mas é também consequência das políticas de ajuste estrutural, das privatizações, da política de outorgar todos os direitos às corporações multinacionais sem capacidade de submetê-las ao poder do Estado. "Isso não somente gera caos na economia como está socavando as bases da própria democracia, já que as pessoas se perguntam para que serve o Parlamento, para que servem as eleições, se os governos que escolhemos depois têm tão pouca margem de manobra. Porém, uma das alternativas que os governos têm é a de mudar as regras de jogo impostas por essa globalização, que não é um fenômeno natural mas sim um sistema que deriva de opções políticas, econômicas e sociais, que foram adotadas em determinadas circunstâncias e que podem ser mudadas em outras."



O legado

Um debate tão rico e diverso como o que aconteceu em Porto Alegre é impossível de resumir. Seria uma presunção aspirar a reproduzi-lo. O que está colocado neste artigo e nas páginas a seguir é um reflexo de algumas das muitas questões que foram abordadas no fórum. Peças de um quebra-cabeça que representa todas as reflexões que estão sendo feitas, pelo mundo afora, entre militantes sindicais, grupos indígenas, movimentos sociais, movimentos de mulheres, minorias raciais e sexuais, políticos, ambientalistas, intelectuais e cidadãos do nosso planeta que não se resignam a cruzar os braços diante das injustiças.

O mais importante de tudo isso é a certeza de que está em curso uma mudança, cujo rumo, como diz o professor Immanuel Wallerstein, não está pré-definido, mas está sendo construído a cada momento, como a somatória das inúmeras forças em ação. A incerteza quanto aos resultados, ao contrário de ser um empecilho, talvez seja a maior incentivadora da ação. Cada um de nós pode ter a convicção de que a sua presença nesse rico processo faz a diferença. ■

¹De 31 de agosto a 7 de setembro de 2000, realizou-se, em Durban, na África do Sul, a Conferência Internacional da ONU contra o Racismo, Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância, que, entre outras metas, propunha-se a definir formas de reparação aos descendentes das vítimas do tráfico de escravos (ver cadernos nº 235)

²A primeira reunião de líderes dos países da Ásia e da África se realizou de 18 a 24 de abril de 1955, em Bandung, na Indonésia, patrocinada pela própria Indonésia, Índia, Birmânia, Celião (atual Sri Lanka) e Paquistão. Outros 24 países participaram da reunião, considerada a instância-chave para o surgimento dos conceitos de terceiro-mundismo e não-alinhamento. Nehru, primeiro-ministro da Índia, qualificava esses países como 'uma força moral', cujo objetivo era afastar-se dos propósitos belicistas, dos blocos militares e 'que procura fazer valer a sua influência em favor da paz mundial'

'Construir a convergência significa estabelecer pontes'

COM A AUTORIDADE QUE LHE DÁ A SUA LONGA TRAJETÓRIA de lutas e os seus trabalhos teóricos sobre as relações entre o Norte e o Sul, além das perspectivas de uma nova correlação de forças em nível internacional, o sociólogo egípcio Samir Amin, em entrevista exclusiva a **cadernos do terceiro mundo**, fez uma avaliação da atual conjuntura mundial e das perspectivas das lutas sociais.

A luta pela paz foi enfatizada, pois, se parte da premissa de que um outro mundo é possível, ele deve ser de paz. Como o senhor vê esse problema?

SAMIR AMIN - O fórum tem uma nítida posição contra o neoliberalismo. O que ficou claro nos debates deste ano é que é impossível considerar a luta contra o neoliberalismo somente como uma luta no plano econômico e social. Ela está aliada à luta pela paz. Essa consciência não estava presente no primeiro fórum, mas está nitidamente presente agora. Hoje sabemos que o neoliberalismo é uma nova fase do imperialismo. E exige para se impor uma guerra permanente contra os povos do Sul. Ou seja, o poder hegemônico dos norte-americanos, assim como dos europeus ou japoneses, criam as condições, utilizando-se de pretextos (como agora, com o combate ao terrorismo) para levar adiante o seu projeto de controle estratégico do mundo.

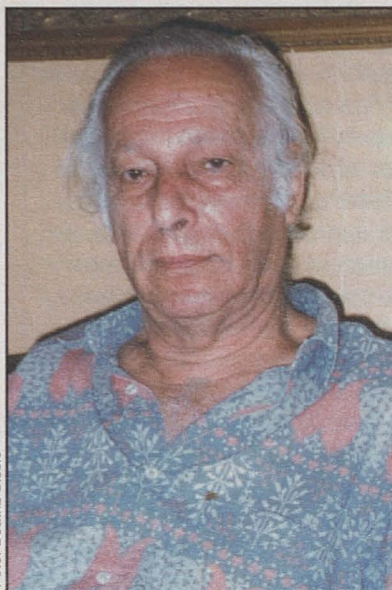


Foto: Beatriz Bissio

Samir Amin: 'a luta pela paz não pode ser ingênua'

Como definiria o FSM?

SA - Porto Alegre é um grande fórum. Não é um lugar onde se pode aprofundar a elaboração de alternativas. É um lugar onde as pessoas se escutam mutuamente, o que já é uma grande coisa. É possível aprender muito ouvindo a experiência de outras pessoas. No entanto, a elaboração de alternativas é um trabalho que transcende isso. Aqui temos muita informação. Mas há problemas muito sérios a enfrentar que não se podem superar só com mesas-redondas em Porto Alegre, mesmo

contando com conferencistas bastante representativos. Isso é um trabalho mais vasto. Porém, cuidado: isso não tira a importância de Porto Alegre, que é um milagre.

Poderia assinalar o que considera avanços no fórum de 2002 em relação ao de 2001?

SA - O primeiro Porto Alegre tinha a ênfase no fato de nós todos sermos contra o neoliberalismo. E eu diria contra o imperialismo. Hoje sabemos que também temos que ser a favor de algumas idéias. Já está claro que somos a favor da justiça social, e da justiça internacional. Aliás, aqueles que já me conhecem sabem que eu não gosto muito do termo justiça, porque é ambíguo, flexível, precisa ser melhor definido. Mas ele permite unir forças. Isso significa construir a convergência dentro da diversidade.

E quais seriam as fraquezas?

SA - Entre as fraquezas, tanto Porto Alegre II, como Porto Alegre I foram essencialmente reuniões européias e latino-americanas. A Ásia e a África estão ainda sub-representadas. Isso se deve fundamentalmente a razões geográficas e financeiras, e poderá ser corrigido se, como tudo indica, em 2004, o fórum se realizar na Índia. Assim, o evento teria por eixo a solidariedade afro-asiática. Não podemos mudar a atual correlação de forças no mundo sem a reconstituição de um forte

"Devemos estar muito cientes de que não podemos construir"



movimento de solidariedade dos povos da África e da Ásia, um fato que de certa forma se viu em Durban, durante a conferência contra o racismo do ano passado. É bom lembrar que em Bandung, na Indonésia, em 1955, foi fundado o Movimento dos Não Alinhados, onde surgiu o conceito de luta antiimperialista afro-asiática. Hoje está em gestação um processo de ressurgimento das premissas de Bandung, adaptadas aos novos tempos. Por isso a Conferência de Durban deve ser vista como um momento chave, mesmo que ainda fraco. Ela é o anúncio de algo novo.

Se a única fraqueza a ser apontada é essa, o sucesso é evidente...

SA - Claro, o sucesso é inquestionável. O fato de que tenha havido gente que se autoconvidasse – particularmente representantes de partidos políticos que estão no governo na Europa, socialistas e social-democratas, que estão aplicando políticas idênticas aos neoliberais de direita – mostra que se sentiram obrigados a estar em Porto Alegre porque aqui está a esquerda. O FSM deixa claro que existe uma esquerda em nível mundial. Esses europeus continuam alinhados à estratégia hegemônica dos Estados Unidos, são neoliberais e imperialistas, fazem parte da direita mundial, mesmo quando se autoproclamam socialistas e social-democratas, mas aparecem, aqui, junto a uma esquerda cuja definição nítida é antiimperialista e antineoliberal. Vieram a Porto Alegre para tentar nos dividir. A estratégia deles é igual à daqueles que estão em Davos. Fazem concessões menores, sem importância, para minimizar o perigo da constituição de uma esquerda mundial. Mas em Porto Alegre estamos atentos ao perigo que isso representa.

Basicamente, quem é que está presente em Porto Alegre?

SA - Há ONGs, talvez sejam majoritárias; há representantes de movimentos

sociais, como o MST e a CUT, do Brasil; há forças políticas, como o Attac, da França; um forte movimento que, tanto a direita quanto a esquerda, está levando em conta e que é político no mais amplo sentido do termo, porque desenvolve alternativas. Há partidos, como o Congresso Nacional Africano, da África do Sul, que está no poder, e o PT do Brasil. Há centrais sindicais, como a Cosatu, também da África do Sul, e a CUT, do Brasil. Há conglomerados de entidades diversas, como o Fórum Africano, do qual fazem parte ONGs, representantes de forças sociais, representantes do movimento camponês organizado e de igrejas. É o caso particular da Índia, que será a anfitriã do FSM em 2004, onde a maior parte dos representantes são de governos locais, de partidos com definição marxista, e da federação das organizações camponesas, com 200 milhões de filiados. E, mesmo que só 1% deles seja militante, estamos falando em dois milhões de militantes camponeses!

E como vê a incorporação de partidos políticos?

SA - Eu defendo a politização do fórum, mas não a partidização. Isso não significa que não devemos acolher partidos políticos. Muitos já participam, outros virão. Mas a construção de alianças não pode ser ingênua. Não podemos incluir todo mundo. Se quisermos ter todo mundo, vamos anular a nossa força.

O senhor afirma que é necessário reconstruir uma ampla frente de povos para mudar a correlação de forças no mundo. É possível construir essa aliança dentro da diversidade?

SA - No Fórum Mundial de Alternativas, uma organização não-governamental da qual faço parte, colocamos a ênfase na convergência na diversidade. Para entender como é possível ampliar a base social dos que lutam contra o neoliberalismo é neces-

sário primeiro entender quais são as forças políticas que poderiam ser incorporadas a essa luta. E para isso eu tenho tentado colocar todas as forças políticas em um gráfico, utilizando-me de duas dimensões do problema: o grau de radicalização dessas forças em relação ao controle do capital e a dimensão antiimperialista.

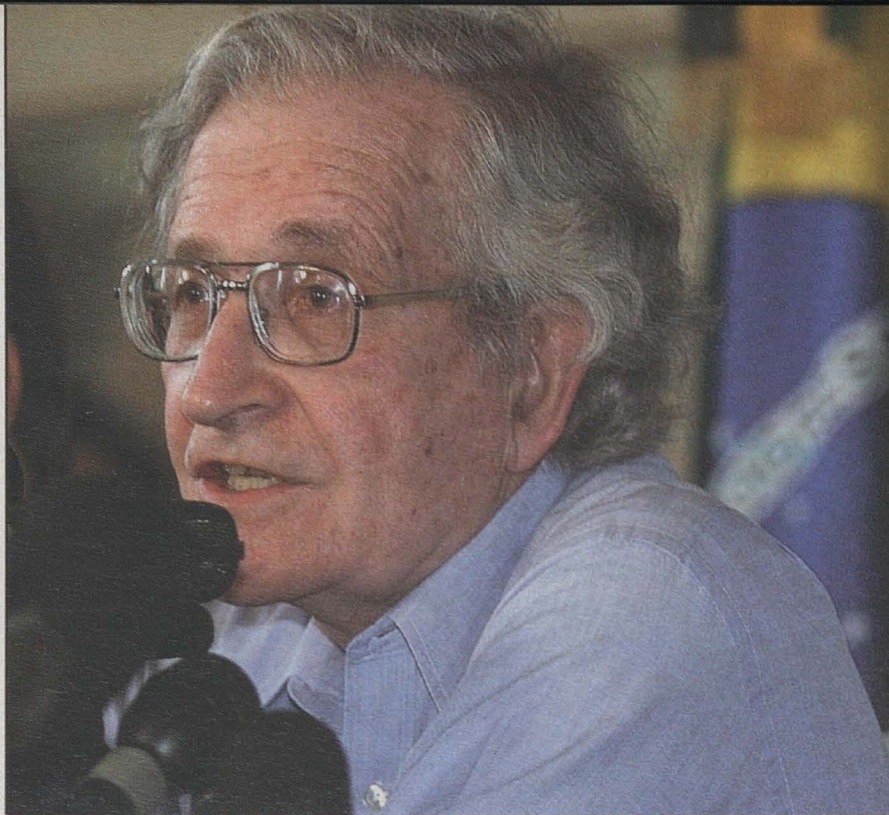
Grau zero em relação ao controle do capital é o presidente Bush. Ele diz que não podemos regulamentar o capital. No outro extremo estão os que querem uma sociedade anarquista ou comunista, ou sem capital.

No eixo da dimensão antiimperialista, o nível zero é representado pelas forças que desenvolvem lutas locais, pelo direito de greve, etc. São reivindicações justas, mas não se preocupam com as lutas gerais, em nível mundial. No outro extremo estão aqueles que têm clara consciência de que todas as lutas estão vinculadas, porque vivemos na era da globalização hierarquizada, que quer impor um *apartheid* mundial.

Todas as forças políticas do mundo atual podem ser situadas nesse gráfico. Se traço duas dimensões, temos quatro quadrantes. Com certeza em todos eles há aliados potenciais. Poucos deles estão em Porto Alegre. Temos que incorporá-los. Construir a convergência significa estabelecer as pontes, para que possamos cooptar aliados em todos os quadrantes.

Há os que têm o mercado e o capital por religião; não são monoteístas, são monetaristas. Para eles a receita é sempre a mesma, seja para os Estados Unidos ou para a Argentina. Nós não somos assim. Analisamos a conjuntura social em toda a sua complexidade. Não temos “a” plataforma mas uma proposta para cada caso. Sabemos que a justiça social na Índia não se constrói da mesma forma que no Brasil. E, ao longo de anos, não de dias ou de semanas, vamos tentar alargar essa frente de luta. (Beatriz Bissio) ■

uma alternativa sem sermos antiimperialistas e antineoliberais”



André Deak, Em Crise

A ENTREVISTA COLETIVA DO PROFESSOR DE LINGÜÍSTICA do Instituto de Tecnologia de Massachussets (MIT) Noam Chomsky não rendeu revelações surpreendentes, mas serviu para demonstrar uma das teorias do próprio professor. Chomsky já escreveu que “um sistema habilidoso de propaganda (...) procura fomentar o debate animado, sem restringir as premissas que permanecem implícitas, na expectativa de que as pessoas vão acreditar que as questões em pauta estão realmente sendo debatidas a sério. Esse é o método geralmente adotado

por aqueles que buscam arregimentar as mentes dos homens em sociedades mais livres”. Nesta coletiva pudemos presenciar um bom exemplo disso.

A sala do Palácio Piratini, sede do governo do estado do Rio Grande do Sul, estava completamente lotada. Jornalistas do mundo todo espremiavam-se tentando encontrar um ângulo para uma boa imagem ou simplesmente uma posição para escutá-lo. Quando ninguém mais podia sequer mover-se, sob o risco de atrapalhar alguma lente fotográfica posicionada milimetricamente entre várias cabeças, Chomsky iniciou, mas passando a responsabilidade aos jornalistas: “Estes microfones não deveriam estar voltados para mim, mas para o outro lado. Passo a palavra a vocês.” Infe-

lizmente, as perguntas feitas pela Globo/RBS, *Financial Times*, *Valor* e outros tantos não renderam respostas novas de Chomsky, nem levaram adiante qualquer debate levantado pelo lingüista.

Uma das características reconhecidas de Chomsky é a de ser um grande crítico da mídia, principalmente da chamada grande imprensa que, segundo ele, serve e é controlada pelos grandes grupos de poder – em outras palavras, o dinheiro. Chomsky já sustentou, no site Z Maganize, onde é colaborador, que ninguém precisa dizer aos jornalistas o que perguntar ou o que não perguntar (ao que chamaríamos censura); “existe todo tipo de dispositivo de filtração para desfazer-se de gente que pensa de forma independente e possa criar problemas”. Então, teoricamente, os repórteres que estavam na coletiva já internalizaram os conceitos e preconceitos dos veículos para o qual trabalham e, pior, de todo o sistema de informação dos grandes grupos de poder. O grande confronto, mídia *versus* crítico da mídia, não ocorreu afinal.

As perguntas ficaram em torno de assuntos esperados: 11 de setembro, globalização, II Fórum Social Mundial e Área de Livre Comércio das Américas (Alca). “Ninguém está contra a globalização. Os trabalhadores começaram a globalização com a primeira Internacional, há muito tempo. Os maiores sindicatos são internacionais. Isto é que é a globalização, no interesse do povo. Este é o verdadeiro fórum da globalização; a antiglobalização está acontecendo em outra parte do mundo.”

O lingüista argumentou que “parte das lutas ideológicas é roubar terminologias”. Segundo ele, o que hoje é conhecido como “globalização” é apenas um tipo específico dela, boa apenas para um grupo, e não para os povos.

A tese do lingüista foi comprovada: nem é preciso haver censura, os jornalistas já pensam como os donos do poder

Coletiva com Noam Chomsky

'A definição de terrorismo e a política dos EUA são idênticas'

A conferência do lingüista **Noam Chomsky**, "Um mundo sem guerras é possível", atraiu um público extraordinário, na abertura, às 18h, no Centro de Eventos da PUC-RS. Duas horas antes da fala do mais importante intelectual norte-americano a se posicionar na trincheira da antiglobalização, o salão com capacidade para 2.500 pessoas, já estava lotado. Finalmente, mais de sete mil pessoas se aglomeraram nos vários espaços do prédio principal da PUC para ouvir a lúcida intervenção.

Chomsky, com base em levantamentos da Inteligência norte-americana, documentos e muita pesquisas, chegou a uma constatação simples. Os ricos e os poderosos, desde sempre, esforçam-se para dominar a "grande besta", como os próprios pais da nação norte-americana se referiam às massas desobedientes, que eles ainda hoje temem e não compreendem. Mas o sistema de dominação é extremamente frágil e depende fortemente da repressão. Os repressores, segundo Chomsky, usam todas as oportunidades, especialmente as crises, como os atentados de 11 de setembro de 2001, para espalhar o medo. "Não devemos temer as medidas ridículas dos poderosos para impor disciplina e controlar o poder, nem obedecer a elas."

O Fórum Social Mundial, na opinião do palestrante, é o acontecimento mais importante dos últimos tempos. Quando a administração do presidente Ronald Reagan escolheu o terrorismo para esmagar a América Central, pela ação

dos "contra", apenas utilizou um pretexto. E quando um pretexto acaba, é necessário que se criem novos pretextos para controlar a besta. Por isso, 20 anos atrás, Reagan declarou que a guerra contra o terrorismo seria o eixo da política externa americana para a América Central e o Oriente Médio. Agora, com a mesma retórica, a guerra ao terrorismo é redeclarada, e as pessoas que a dirigem são as mesmas que exerceram o terror na América Central. Esta segunda guerra ao terrorismo, na opinião do lingüista, certamente servirá de pretexto para novas e maiores atrocidades. "A segurança interna (do discurso de Bush) não passa de um eufemismo para o terrorismo interno contra as populações desamparadas."

Depois de afirmar que a definição de terrorismo e a política norte-americana chamada de contraterorismo são idênticas, Chomsky deu uma aula de economia, e mostrou como a rápida prosperidade na globalização acompanha o crescimento da desigualdade, e como os "mestres do universo sonégam as informações para evitar a reação do povo". Mostrou ainda que os planos de militarização do espaço são uma continuação do armamentismo do Exército e da Marinha dos Estados Unidos. "O fracasso evidente da globalização explica as ações de rápida destruição em massa" a que assistimos.

A conferência de Chomsky continuou nos dias seguintes com propostas de paz para a Palestina, Chiapas, a Colômbia e o País Basco.

Sobre o fórum, Chomsky recordou que uma grande realização do ano passado foi a tomada de decisão contra a criação da Alca, mesmo com os grandes grupos de poder tentando escondê-la. "Essa discussão não foi levada à mídia, nem esteve presente na campanha presidencial de nenhum candidato norte-americano, simplesmente porque era claramente o embate entre duas políticas: a do povo e a do poder." Este ano, contudo, o fórum tem a tarefa de frear a militarização mundial: "Ou temos um mundo sem guerras, ou simplesmente não teremos um mundo. A tecnologia para destruir a vida humana já existe, mas o uso espacial dessa tecnologia é uma novidade."

O atentado de 11 de setembro também foi assunto de perguntas. "Eles já estão familiarizados com esse tipo de ataque. A Europa não conquistou o que tem hoje, pedindo educadamente. Mas só agora os ricos experimentaram um pouco do que estão acostumados a fazer com os outros." O problema é que antes do ataque não havia tanta liberdade para a repressão: "Saindo daqui, irei a um julgamento na Turquia, de um editor que foi preso porque ousou publicar algumas frases minhas. Aposto que antes de 11 de setembro isso não aconteceria."

Ao perguntarem se existe algum exemplo concreto de algum lugar onde exista uma democracia econômica, Chomsky respondeu: "Perguntar se existe algum exemplo de qualquer coisa é perigoso, porque, se voltássemos dois séculos, alguém poderia perguntar: mas existe algum exemplo de uma sociedade sem escravos? Mas há 150 anos já havia escravos dizendo que os meios de produção deveriam pertencer a eles, os trabalhadores, sem nunca terem visto um exemplo ou lido Marx".

Apenas uma jornalista (Beatriz Bissio, diretora de cadernos do terceiro mundo), a quem coube fazer a última pergunta, levantou o tema mídia independente. Mas era tarde demais. Chomsky, cansado, limitou-se a dizer que, "se é que existe hoje alguma imprensa livre, deveria ter mostrado o que Ehud Barak (o ex-primeiro-ministro israelense) e Clinton queriam para a Palestina, que é o mesmo que fizeram com a África do Sul há 40 anos (a bantustanização)".

Imprensa alternativa? "É preciso apenas esforço e energia para fazer o que é necessário. Quanto mais se desenvolver uma mídia que apóie o povo, mais a grande mídia será obrigada a ceder e mais as ditaduras, ou os tiranos que vivem em sociedades ditas livres, terão que ceder. E não há diferença entre vender-se para um tirano ou alugar-se para um." ■

PÉREZ ESQUIVEL ABRIU OS DEPOIMENTOS COM O TEMA “A SOLUÇÃO DOS CONFLITOS E OS ORGANISMOS INTERNACIONAIS”.

Ele descreveu a paz não como a ausência de conflito, mas como “uma dinâmica permanente da vida dos povos e da vida pessoal. Não podemos dar a paz se nós não temos paz”, afirmou. E lembrou que no dia 11 de setembro de 2001, quando aconteceram os atentados terroristas, uma outra notícia passou despercebida para os meios de comunicação internacional: o Fundo das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) divulgou um relatório afirmando que a cada dia morrem de fome no planeta 35.600 crianças. “A guerra tem muitos planos de batalha, um deles são os povos. Eles tratam de nos destruir de muitas formas: pela fome, pelo desemprego, falta de saúde, de educação, exclusão social.”

Pérez Esquivel (foto) lembrou que, depois do atentado contra as torres gêmeas, viajou junto com Rigoberta Menchú (foto) aos Estados Unidos, para uma entrevista com o secretário-geral da ONU, Kofi Annan, com o presidente da Assembleia Geral e com o presidente do Conselho de Segurança. “Mas, o que aconteceu com as Nações Unidas?”, perguntou. “Foram deixadas de lado pelo poder hegemônico dos Estados Unidos, que impuseram suas condições. Eles querem desconhecer o Tribunal Penal Internacional das Nações Unidas para fazer com que um tribunal militar julgue aqueles que eles consideram terroristas.”

“Temos que nos perguntar se um mundo em paz é possível”, disse Esquivel. E continuou: “É possível sim, se estivermos dispostos a torná-lo possível.” E lem-

brou os estudantes de maio de 1968 na França, que disseram: “Sejamos realistas, peçamos o impossível.” A explicação do porquê acreditamos ser impossível, é na sua opinião, o medo. “Estamos paralisados pelo medo. Acreditamos que é impossível enfrentar a ditadura do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional (FMI). Vejamos um exemplo concreto: a dívida externa. Seria fácil enfrentar o problema da dívida externa, que é eterna. Mas nos sentimos aprisionados, porque nos fizeram crer que é impossível lutar contra ela. Mas não é. Não seria, se os povos da América Latina, da Ásia e da África tivessem a coragem de juntar-se e de dizer: “Chega!”

“Se dizermos chega, não temos mais do que nos preocupar. A partir daí, quem tem que se preocupar são os bancos internacionais. A partir de então poderíamos concentrar os nossos esforços em dar solução aos problemas de educação, saúde, isso é o que os povos necessitam.”

Finalmente, o Nobel se referiu ao seu país, Argentina, que definiu como “uma nação surrealista”. As condições dos Estados Unidos para liberarem empréstimos do FMI, denunciou Pérez Esquivel, “é que a Argentina vote contra Cuba na Comissão de Direitos Humanos de Genebra. Uma imoralidade inaceitável na vida dos povos. E a outra condição, porque eles são muito exigentes, é que a Argentina entre na Área de Livre Comércio das Américas (Alca). Mas se a Alca entra na América Latina, o que resta do aparelho produtivo dos nossos países vai ser destruído. Vai causar um dano profundo aos acordos regionais, como o Mercosul, o Pacto Andino e o pacto caribenho. E vai enfrentar a rebeldia dos povos da América. Por isso, os Estados Unidos necessitam da remilitarização do continente. Tropas norte-ameri-

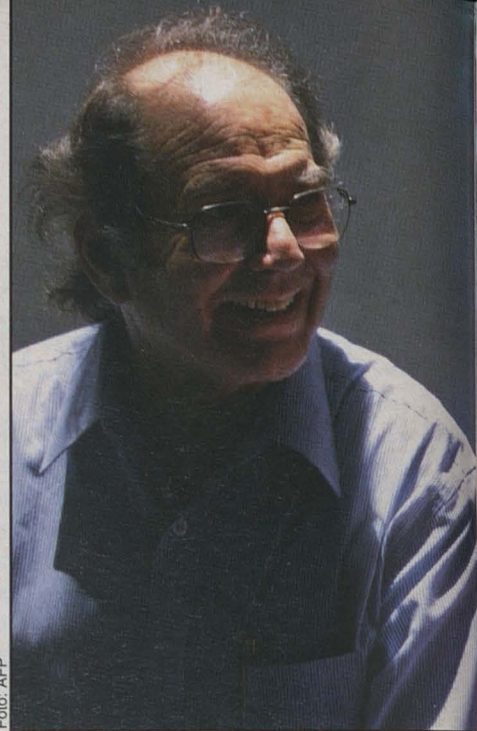


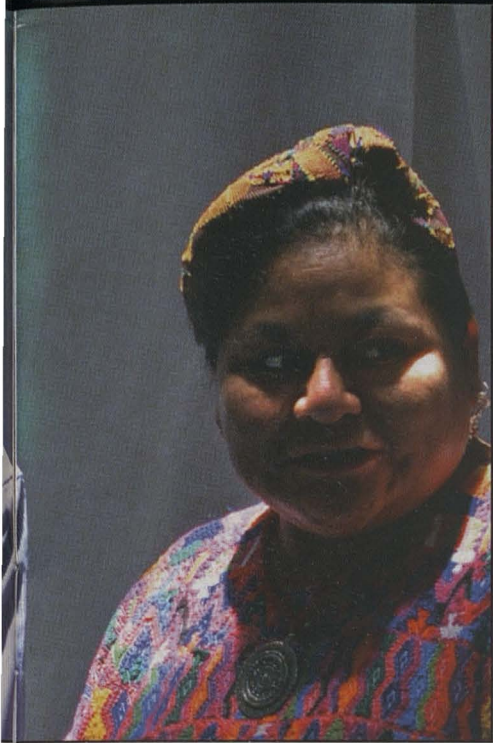
Foto: AFP

canas e latino-americanas têm entrado na Argentina no marco do Plano Colômbia. Quer dizer que poderá haver outro Vietnã na América Latina. Mas os Estados Unidos não vão usar os seus soldados. Vão colocar soldados latino-americanos, para matarmos uns aos outros. A isso temos que dizer não! Os povos querem a paz, não a guerra. Não querem armas, querem arados, para construir uma vida mais justa e mais humana para todos. E isso depende de nós.”

‘Os mortos têm categorias’

Por sua vez, Rigoberta Menchú, Prêmio Nobel da Paz de 1992, começou a sua intervenção lembrando os sofrimentos do povo da Guatemala, a sua pátria, durante a recente ditadura. “Meu país viveu um conflito armado de 36 anos. Em 10 anos de conflito, 646 chacinas extinguiram 440 aldeias indígenas e deixaram 200 mil vítimas, entre mortos e torturados, queimados vivos em fogueiras, etc. Só os desaparecidos são

Ganhadores do Prêmio Nobel falam de guerra e paz



50 mil. Este horror afetou 83% da população maia. Mas quando foram publicados os relatórios da ONU com testemunhos dos massacres, a Bolsa de Valores de Nova Iorque não caiu. Nós esperávamos que caísse. Tínhamos essa ilusão, não só pelo horror do que começava a vir à tona, mas fundamentalmente pelo fato da maioria dos responsáveis pelo genocídio ter sido educada na Escola das Américas”, disse Rigoberta, fazendo um paralelo com o impacto dos atentados de 11 de setembro passado. “Confiávamos que os norte-americanos não poderiam se safar da responsabilidade do acontecido, porque havia fartos testemunhos. Daí a nossa ilusão de que pelo menos um pontinho iria desabar a Bolsa de Valores. Mas não foi assim. E por isso eu cheguei à conclusão de que os mortos também têm categorias”, afirmou a líder indígena. “Os meus mortos tinham o defeito de serem maias. Nem falavam a língua dos seus algozes. E entre eles estavam o meu pai, que foi queimado vivo; um irmão, que foi fuzilado; outro irmão, torturado e depois queimado vivo, e a minha mãe, estuprada, torturada e jogada aos

animais para ser comida. Mas eram índios! E é algo similar o que está hoje acontecendo na Colômbia, onde estive recentemente. Há tanta atrocidade que nem é possível descrever aqui os sofrimentos dos irmãos colombianos. A intervenção mais direta na Colômbia não está descartada, se os interesses assim o exigirem. Daí a importância da nossa proposta de que sejam os próprios colombianos a decidirem qual deve ser a solução do conflito.”

“Queremos colocar os responsáveis por esses genocídios no banco dos acusados, ou seja, Tribunal Penal Internacional. Há muitos países que se opõem a sua criação. Nós lutamos pela legalidade internacional, mas o que estamos vendo é que não existe essa legalidade internacional. Quando poucos dias depois do 11 de setembro fomos com Pérez Esquivel a Nova Iorque nos deu calafrio. A imensa maioria dos escritórios da ONU estava fechada. O secretário-geral da ONU, o presidente do Conselho de Segurança e da Assembleia Geral lá estavam, mas parecia como se na verdade aguardassem as orientações de como proceder que estariam por vir de outras instâncias que não a própria ONU. Mas as Nações Unidas eram o único instrumento que tinha a comunidade internacional para mediar os problemas, para evitar que os atores dos conflitos agissem como juízes e parte interessada. De uma coisa eu fiquei convicta depois dessa visita: a futura guerra do Afeganistão não tinha nada a ver com a agressão às torres gêmeas!”

E continuou: “Os conflitos armados têm sempre uma causa, e costuma sempre haver interesses poderosos pelo meio. Mas não os chamamos pelo nome. Um deles é o petróleo, que nos deu a mãe terra e que tem se transformado em objeto de cobiça das grandes corporações multinacionais.”

“Outra dificuldade é a desigualdade de condições”, denunciou Rigoberta. “Eu senti isso no caso da Guatemala. Enquanto nós estávamos dedicados à construção de uma nova polícia nacional civil, de uma nova instância de vigilância dos juízes, preparando tradutores em idioma maia para que fossem traduzir os julgamentos de nossa gente nos tribunais, enfim, enquanto nós estávamos ocupados na construção das bases de uma democracia real, havia uma conspiração em marcha nas nossas costas. E os genocidas voltaram ao poder. Nem por isso caiu a Bolsa de Nova Iorque. Hoje, Rios Montt, o ditador que impôs todo esse sofrimento à Guatemala, é o presidente do Congresso. O mesmo Rios Montt, que, junto com Pinochet e outros, foi responsável por milhares de mortes de latino-americanos!”

Finalmente, a líder guatemalteca assinalou que “a globalização dos grandes, que é a que aí está, faz com que já nem saibamos quem são os nossos inimigos. Antes, no meu país, podíamos brigar com os ricos da esquina. Sabíamos quem eles eram. Mas agora já nem temos com quem brigar; não podemos brigar com um computador, ou com um satélite! É a total desumanização dos nossos adversários. Porque, se fossem humanos, poderíamos procurar falar com eles! Mas com uma máquina não podemos dialogar!” E fechou assim as suas intervenções: “Costumamos esquecer a visão integral do mundo. Mas, como indígena, eu posso lhes dizer que é necessário reconstruir a visão integral de nossas lutas. Temos que reconstruir as nossas forças a partir do local onde estamos. Tratemos de estender laços entre nós. Esse é o grande aporte do Fórum Social Mundial: contribuir com o futuro da humanidade, nos aproximando uns dos outros, mostrando caminhos e elaborando propostas.” ■

Rigoberta Menchú (1992), Adolfo Perez Esquivel (1980) e Morten Rostrup (1999) foram os palestrantes do painel de encerramento da conferência “Um mundo sem guerras é possível”, que levou duas mil pessoas ao Centro de Eventos da PUC, em Porto Alegre

“O CONFLITO NA PALESTINA é o mais grave de quantos há neste momento no mundo.” A

afirmação é do diretor do Health, Development, Information and Police Institute, Mustafá Barghouthi. Em entrevista coletiva, ele denunciou que o povo palestino está sendo submetido à mais longa das ocupações dos tempos modernos. E está submetido à agressão militar promovida pelo quarto maior exército do mundo. “Há uma guerra com um exército de um lado e a população civil do outro,” denunciou Barghouthi. E mostrou que quase mil palestinos morreram, nos últimos meses, quando 26 mil ficaram feridos e dois mil mutilados. “Quando relacionamos esses números à população Palestina, de 3,3 milhões de pessoas, verificamos que são assustadores”, disse.

Mustafá Barghouthi informou que todas as cidades palestinas estão cercadas. “Por exemplo, para ir de uma cidade à outra, numa distância de Porto Alegre a Canoas, que tem uma duração de menos de uma hora, na Palestina, levamos cerca de sete horas. Nesse trajeto, somos parados 11 vezes e, em cada parada, precisamos mudar de táxi. Muitos palestinos

Palestrantes criticam a ocupação militar de Israel, que oprime o povo palestino



Foto: Beatriz Bissio

Manifestações em defesa da Palestina durante o Fórum Social Mundial

doentes morreram por não chegarem a tempo ao hospital, por causa dessas paradas, e muitas mulheres dão à luz seus filhos nestes postos”, disse. Ao todo existem 320 cercos. “Queremos a liberdade, a independência e a legitimidade internacional. E precisamos da solidariedade da comunidade mundial e de observadores

internacionais na Palestina, para verificar a real situação na região”, continuou. Por três vezes, segundo ele, a questão da presença de observadores internacionais foi solicitada ao Conselho de Segurança da ONU e, nas três vezes, sofreu veto dos Estados Unidos. “Não é do interesse de Israel a presença de ob-

Palestinos denunciam a maior ocupação dos tempos modernos

FSM pretende realizar reunião em Jerusalém

O coordenador da Associação de Empresários pela Cidadania (Cives), Oded Grajev (foto ao lado), um dos idealizadores do Fórum Social Mundial (FSM), foi o autor da proposta de promover um encontro de participantes do evento em Jerusalém, no segundo semestre deste ano, aprovada pelo Comitê Internacional.

Nascido em 1944 em Telavive (na antiga Palestina, na época sob o protetorado inglês), numa família judia de origem russa, Grajev chegou ao Brasil em 1956. Em conversa com cadernos do terceiro mundo, ele explicou o sentido da sua iniciativa.

“A idéia é levar o espectro político aqui representado – ONGs, parlamentares, sindicatos, movimentos sociais – para se encontrar nesse território e dar um empurrão na sociedade civil para o debate sobre as causas da guerra e da violência. E permitir, também, que se ache uma solução que a das armas. O mundo representado em Porto Alegre mostrou que existe um interesse na sociedade internacional em uma solução negociada. A paz interessa a todos nós. Vamos tentar realizar a reunião ainda este ano, mesmo sabendo que existem vários obstáculos, que haverá ciladas políticas, que os vistos podem ser dificultados, etc. Para o debate, que seria organizado localmente e com representantes de ambos os lados, haveria o respaldo do fórum. Essa e outras iniciativas que estão saindo de Porto Alegre demonstram o amadurecimento da sociedade mundial, qualitativa e quantitativamente. Com a presença política, intelectual, científica de peso, o FSM se tornou uma referência para um outro mundo, em vez do mundo das corporações e do mercado. Hoje as pessoas já têm escolhas a fazer e sabem que há várias formas de fazer a globalização.

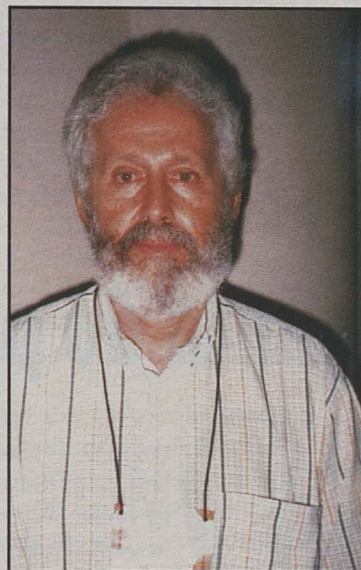


Foto: Beatriz Bissio

servadores na região por não querer que seus crimes sejam vistos e conhecidos pelos demais países”.

O deputado no Parlamento de Israel, Mohamad Baraka, assinalou que a ocupação de Israel nos territórios palestinos não teria durado tanto tempo se não tivesse o apoio dos Estados Unidos. “A paz é tanto do interesse do povo palestino como do povo israelense”, afirmou. Em relação aos atentados terroris-

tas e suicidas que envolvem civis, Baraka disse que a grande maioria do povo palestino é contra, pois eles permitem que o agressor, Israel, passe ao papel de vítima. “Mas a questão não são esses atentados. O fato é que nós devemos pensar por que uma pessoa chega ao ato extremo do suicídio. Para chegar a essa situação a pessoa tem que sentir que o tipo de vida que leva não lhe deixa nenhuma esperança.” (Beatriz Bissio) ■



Foto: AFP

Zapatistas defendem a cultura e os direitos indígenas e enfrentam o neoliberalismo



A luta do povo de Chiapas

O LEMA "UM MUNDO SEM GUERRAS É POSSÍVEL" levou ao Fórum Social Mundial uma série de debates sobre conflitos regionais como os de Chiapas, no México; Israel e Palestina; o País Basco, na Espanha, e a guerra civil na Colômbia, com a ameaça de intervenção norte-americana. Cada conflito foi abordado a partir de uma mesma lógica: o mergulho nas suas origens e razões, a análise do contexto geopolítico e os prognósticos de resolução, levando-se em conta a justiça das reivindicações das populações afetadas.

A análise do caso de Chiapas teve como mediador o argentino Adolfo Pérez Esquivel, um dos ganhadores do Prêmio Nobel da Paz (1980) presentes em Porto Alegre. E os painelistas foram o jornalista e ex-assessor do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), Luis Hernández Navarro; o parlamentar mexicano Gilberto López Rivas; o professor da Universidade Nacional Autônoma do México (Unam), Pablo González Casanova, e a também professora da Unam e estudiosa do conflito, Ana Ester Ceceña. O seminário sobre o conflito de Chiapas foi organizado pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), pelo governo do estado do Rio Grande do Sul e o Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (Clacso).

Luis Hernández Navarro classificou a guerra como o enfrentamento entre a memó-

ria dos povos indígenas e o grande capital. O estado de Chiapas, na fronteira com a Guatemala, é o mais pobre do México, apesar de concentrar grande parte dos recursos naturais do país. O jornalista afirmou que a eleição do presidente Vicente Fox criou a ilusão na comunidade internacional de que o conflito de Chiapas estava resolvido. O próprio Fox afirmou na campanha que daria um fim à guerra "em 15 minutos". Hoje, quase dois anos depois de eleito, o presidente mantém silêncio sobre o conflito. A face mais negra da guerra em Chiapas, segundo Navarro, é a ação de grupos paramilitares, que não são reprimidas pelo Exército. Estupros de mulheres, assassinatos e massacres de jovens indígenas são comuns nas comunidades rurais e urbanas do Estado. No início de 2001, um grupo de líderes do EZLN foi à capital tentar um diálogo com o governo. Não houve avanços e a resposta do governo foi a aprovação de uma lei de direitos indígenas que não atende às reivindicações dos zapatistas.

O parlamentar Gilberto Lopez contou que o efetivo oficial foi reforçado em 40 mil homens da reserva e que, treinados pelos norte-americanos, os soldados mexicanos aprenderam técnicas contra-insurgentes. Para o legislador, há quatro possibilidades para o fim do conflito em Chiapas: a eliminação dos líderes do EZLN, a destruição total do grupo, a revisão da política do governo central em relação aos indígenas e uma ampla discussão nacional sobre o conflito.

Mas por que surgiu o conflito em Chiapas? A professora Ana Ester Ceceña, da Universidade Nacional Autônoma do México, acha que os Estados Unidos são o grande fomentador do conflito. Chiapas é parte importante do projeto norte-americano de controle hegemônico mundial. Detentor de recursos naturais ímpares na América Latina, o Estado virou alvo dos interesses econômicos das grandes corporações norte-americanas. Chiapas é rico em petróleo, biodiversidade, água, além de mão-de-obra barata. Além disso, há o valor estratégico do istmo de Tehuantepec, onde o governo mexicano, com o apoio dos norte-americanos, planeja construir um canal ligando os oceanos Atlântico e Pacífico, uma vez que o canal do Panamá já não atende a todas as necessidades regionais.

O governo acenou para os indígenas com um plano econômico para Chiapas que supostamente significaria o início de uma nova etapa no desenvolvimento comercial e industrial do Estado. O único senão é o fato de os indígenas não serem levados em conta. Não há plano de preservação das áreas em que eles vivem.

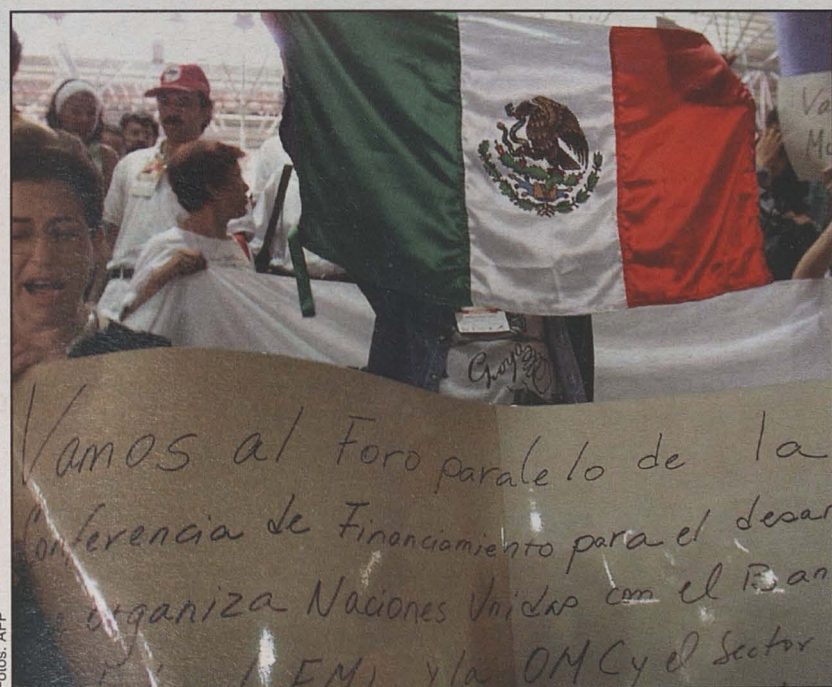
Pablo González Casanova fechou o debate afirmando que os zapatistas foram os pioneiros na luta contra o neoliberalismo e que os índios não devem ser tratados com uma visão paternalista. Devem ser tratados como parte atuante da sociedade. O professor fechou a sessão defendendo a criação de uma democracia para o povo, pelo povo e com o povo, em Chiapas e na América Latina, e pedindo a aprovação de uma moção à luta de Chiapas. A moção foi aprovada pela platéia. (Ivan Trindade) ■

EM 5 DE FEVEREIRO, DATA DO ENCERRAMENTO, os participantes do II Fórum Social Mundial (FSM) ouviram música e confraternizaram numa ciranda em que todos se dão as mãos, cantada pela maior cirandeira do Brasil, Lia de Itamaracá. Até o governador do Rio Grande do Sul, Olívio Dutra, e o prefeito de Porto Alegre, Tarso Genro, ambos do PT e que durante todo o fórum levaram seus desentendimentos a público, se deram as mãos para dançar.

Com lenços brancos recebidos no último dia, os participantes, com bandeiras de

Uma nova ONU para o novo século

Um dos desafios que se apresentam para a Organização das Nações Unidas neste novo século, conforme o secretário-executivo do Comitê Econômico para a América Latina, José Antônio Ocampo, é exigir o cumprimento de todos os acordos assumidos pelos países com as Nações Unidas, fazendo com que eles passem a ser uma realidade na vida das pessoas. Ocampo falou no Fórum Social Mundial depois de ter lido uma mensagem do secretário-geral da ONU, Kofi Annan. O cumprimento da Declaração Universal dos Direitos Humanos – sejam direitos civis, políticos, econômicos, sociais ou culturais – também é uma das metas da organização. José Ocampo reforçou a necessidade de uma reformulação da ONU, adequando-se à nova realidade mundial e ampliando a participação da sociedade civil e dos parlamentos nas suas decisões.



Fotos: AFP

Participantes anunciam a próxima mobilização internacional: a Conferência da ONU sobre Financiamento para o Desenvolvimento, em março, no México

suas organizações e de seus países, ouviram a leitura da carta enviada pelo escritor português José Saramago, Prêmio Nobel de Literatura de 1998 (ver matéria na página 69).

O encerramento do fórum foi também o momento de anunciar as próximas mobilizações internacionais, entre elas a que será feita durante a Conferência da ONU sobre Financiamento para o Desenvolvimento, em março, na cidade de Monterrei, no México; na reunião de Cúpula do G-8, além da realização, pela primeira vez, de fóruns regionais, que acontecerão no segundo semestre de 2002, no Nepal, para a região asiática; Equador, na América Latina; nos Estados Unidos, provavelmente na Califórnia; na região do Mediterrâneo e na Europa ocidental.

Acabado o encontro, Francisco Whitaker, da Comissão de Justiça e Paz e integrante da organização do FSM, se disse "satisfeito porque, desde a instalação do primeiro fórum, dezenas de organizações estão surgindo no mundo mostrando o grau de conscientização de pessoas que descobriram que têm direito a uma vida digna". (Memélia Moreira) ■

Dança e canto no encerramento

A diplomacia e a política perdem terreno diante do avanço da guerra e a ampliação do espaço dos militares em diferentes partes do mundo, um processo que também afeta o Brasil

Memélia Moreira

O MILITARISMO ENCONTRA-SE em pleno processo de expansão no mundo em detrimento da busca de soluções políticas para os conflitos. Até países como a Costa Rica, de tradição não militar, começam a seguir esta tendência. O fenômeno, que cresceu depois dos atentados de 11 de setembro nos Estados Unidos, foi objeto de um debate no marco do Fórum Social Mundial, do qual participaram especialistas que vêm acompanhando o tema: os professores Claude Sefarti, da Universidade de Saint-Quentin, na França; Michel Hardt, da Universidade de Duke, nos Estados Unidos, co-autor do livro *Império* (o outro autor é o filósofo italiano Toni Negri), e o antropólogo brasileiro Alfredo Wagner Almeida, que acompanha de perto o problema da zona militarizada do Centro de Lançamentos de Alcântara (CLA), no Maranhão. Em Alcântara, 3.600 indígenas e descendentes de quilombolas estão ameaçados de perda de território étnico depois da instalação da Base de Foguetes pelo Ministério da Aeronáutica. A questão mereceu um seminário no II Fórum Social Mundial, que contou com a presença de Lily Traubman, da organização Mulheres de Negro, e Israel e Héctor Mondragon, da Colômbia.

Na opinião do professor Sefarti, o 11 de setembro tem servido de argumento para a corrida militarista dos países ricos, e desviou a atenção dos dramas vividos na África por causa do crescimento dos conflitos. Ele citou em particular a guerra em Ruanda e no Zimbábue, que, na sua opinião, poderia ter sido evitada pelos países ricos, "mas terminaram sendo estimulados por estes mesmos países".

O caso de Ruanda, segundo Sefarti, contou com a cumplicidade da França, "que sempre atende apelos para colaborar em atos de guerra, a exemplo do que aconteceu recentemente na caçada ao líder do Al-Qaeda, no Afeganistão, que terminou matando um enorme número de civis". O professor francês é favorável à criação de forças de paz com um novo perfil, distinto das tropas internacionais das Nações Unidas. A tese é compartilhada pelo professor Hardt, que chamou atenção para o fato de os militares estarem assumindo maior protagonismo no cenário político norte-americano.

Para exemplificar a expansão do militarismo, o antropólogo Alfredo Wagner citou o problema enfrentado pelas 276 comunidades negras de Alcântara, no Maranhão, remanescentes dos quilombolas, que vêm resistindo às investidas do Ministério da Aeronáutica, da Agência Espacial Brasileira e do Infraero, responsáveis pela manutenção do



Foto: AFP

CLA, construído sem Licenciamento Ambiental.

Instalada no início dos anos 80 naquele município maranhense, em frente à ilha de São Luís, capital do estado, a base de lançamento de foguetes já retirou 312 famílias de seus territórios originais. Inicialmente, o CLA ocupava uma área de 52 mil hectares, desapropriados pelo governo do Maranhão, em 1980. Em 1991, um decreto do então presidente da República, Fernando Collor, ampliou a área em mais dez mil hectares e os remanescentes dos escravos passaram a não mais poderem exercer suas atividades tradicionais de subsistência, entrando em um processo de degradação marcado pela miséria e a fome.

Originalmente dedicadas à agricultura e à pesca, as comunidades negras foram transferidas de seus territórios tradicionais e reassentadas longe do mar, em terreno arenoso, e proibidas de abrir novas roças.

Militarismo em expansão



Barbárie global

No seminário internacional "Guerra, Terrorismo e Ameaça à Democracia", o professor James Petras, da Binghamton University (EUA) relacionou a hegemonia neoliberal e a barbárie, afirmando que "a barbárie costuma ocorrer em tempos de normalidade relativa e já faz parte de nossa vida política". Para Petras, da Argentina vêm as melhores esperanças de exaustão do modelo neoliberal, e não de atentados terroristas, "que servem apenas para legitimar invasões genocidas".

Com efeito, ele contabiliza 500 mil mortes de crianças após a Guerra do Golfo, quatro milhões de mortos nas repúblicas da antiga União Soviética e o massacre de 20 mil afegãos, contra apenas um soldado americano morto. "É uma barbárie gratuita, fruto de uma civilização híbrida: civilizada na forma, bárbara no conteúdo, uma espécie de fascismo risonho", classificou.

"A barbárie é fruto de um neomercantilismo baseado na ação de multinacionais e bancos com apoio e subsídio do Estado. O Estado hegemônico (EUA) está abrindo com bombas o espaço para seus

capitais. O Estado é central para a hegemonia", disse ao condenar a criação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca). "A Alca é uma imposição de mercado dos Estados Unidos sobre a União Européia e o Japão e quem paga são os latino-americanos: barreiras e protecionismo para os produtos não competitivos americanos e liberalismo para nós", resumiu.

James Petras afirmou que somente com os 140 bilhões de dólares em depósitos de argentinos no exterior seria possível ao país vizinho pagar sua dívida externa. "Nos Estados Unidos está a grande lavanderia de dinheiro do mundo. Apenas três clientes do City Bank possuem 400 milhões de dólares em depósitos. Enquanto o povo passa fome, europeus saboreiam os melhores bifes argentinos", criticou o modelo, minimizando o propalado desenvolvimento da ciência e tecnologia. "Foram investidos 40 bilhões de dólares em biotecnologia e até agora apenas 65 produtos têm mercado. Mesmo com a informática, a produtividade hoje é menor e a principal utilização deste recurso é para a pornografia", finalizou. (Rogério Lessa)

Os militares proibiram também os negros de frequentar as praias e "a pesca só é permitida quando o pescador recebe seu salvo-conduto". Nos dias de lançamento de foguetes, a pesca é interdita e os pescadores perdem uma jornada de trabalho. Alfredo Wagner denunciou ainda que os novos casais quando constituem família não podem construir uma nova casa, "restando apenas duas opções: ou viver com seus pais ou migrarem para a periferia de São Luís". Na opinião do antropólogo, essa exigência se constitui numa "verdadeira limpeza étnica promovida pelos responsáveis da base".

Apesar de estarem protegidos pelo Ato das Disposições Transitórias da Constituição Federal, os remanescentes dos quilombos até hoje não receberam a indenização prevista quando foram transferidos e não podem cultuar seus mortos porque os cemitérios ficaram dentro da área ocupada pela Base de Alcântara.

Excluídos do noticiário dos grandes jornais, as comunidades afetadas estão agora em campanha para serem recebidas pelo Ministério do Meio Ambiente e pelo Supremo Tribunal Federal para que seja feito o Estudo de Impacto Ambiental provocado pela base. A reivindicação conta com o apoio do Ministério Público Federal, que determinou a investigação sobre as irregularidades do relatório de impacto ambiental anterior.

As comunidades negras têm acompanhado com preocupação a assinatura do acordo entre o governo brasileiro e a Ucrânia, alugando as instalações da base e, principalmente, o processo de negociação do acordo das salvaguardas tecnológicas, assinado entre o Brasil e os Estados Unidos (ver **cadernos do terceiro mundo** nº 235).

Alfredo Wagner, que acompanha o movimento de resistência dos negros, reunidos na Associação das Comunidades Quilombolas do Maranhão (Aconeruq), afirma que o quadro vivido hoje por essas famílias "é muito próximo ao genocídio, porque o espaço desse povo foi reduzido, pondo em risco sua sobrevivência cultural e física". ■

No FSM, na sua versão 2002, a participação africana e afro-brasileira teve um espetacular aumento, que refletiu a maturidade que ganharam as questões específicas, sobretudo após a Conferência de Durban, de setembro passado



Delegações brasileiras e africanas reuniram-se no fórum para discutir o combate à discriminação. Uma das idéias propostas é a reserva de cotas para negros no trabalho e na educação



Fotos: Beatriz Blissio



Jacques d'Adesky¹

NO MARCO DAS ATIVIDADES DO FÓRUM SOCIAL MUNDIAL (FSM) 2002, foi realizada no dia 1º de fevereiro de 2002 a Conferência Brasil/África, que teve como conferencistas Taoufik Bem Abdallah, Aminata Traoré, Benedita da Silva, e como animador Jacques d'Adesky. Não pôde comparecer Pauline Muchina, cujo visto foi negado pelas autoridades consulares brasileiras, segundo informação recebida por Nilza Iraci, membro do Comitê Afro-Nacional e do Comitê Internacional do FSM.

Em relação ao diálogo África/ Brasil, a primeira constatação dos palestrantes foi o espetacular aumento da participação africana e afro-brasileira no fórum deste ano, assim como a ampliação dos espaços para debate das questões específicas. Este

crescimento sublinha também a importância tomada pelo FSM-2002 no sentido de dar continuidade à parceria entre o Fórum Social Africano (FSA) e o Comitê Afro-Nacional, de modo que ela se torne uma aliança sólida e significativa para o futuro.

Os conferencistas lembraram a conferência África/Brasil, motivada primeiramente pelo FSM-2001 e que ganhou força na Conferência Mundial contra o Racismo, Xenofobia e Intolerância, em Durban, na África do Sul, em setembro passado.

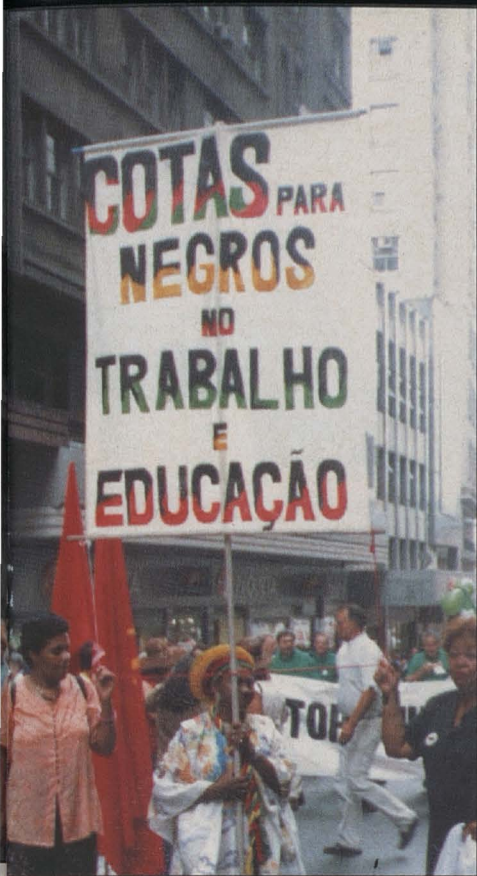
A partir de um relato do que aconteceu no Fórum Social Africano, que se reuniu em Bamako (Mali), em janeiro deste ano, da análise de questões socioeconômicas, políticas e culturais que afetam tanto os povos africanos quanto as populações afro-brasileiras, os conferencistas apontaram propostas para que um outro mundo seja possível. As sugestões podem ser divididas em dois eixos complementares: uma vertente utópica e uma pragmática.

A vertente utópica destaca a necessidade de se entender que a sociedade não pode mais se fundamentar no lucro e na competição, mas sim nos valores da igualdade, equidade e justiça social. A globalização desejada é aquela humanizada; que não mais coloque o lucro como prioridade, acima das necessidades humanas.

Contudo, a construção de um novo mundo que integre esses valores depende de ações conjuntas da sociedade civil, que pressionem em particular os Estados e as instituições internacionais. Ao compreender-se a importância desses valores, será possível implementar ações concretas e diferenciadas no campo econômico, social e cultural.

No que diz respeito às ações concretas, chegou-se ao consenso de ir além da retórica da solidariedade, que sempre permeia o discurso diplomático. Diante das desigualdades sociais e econômicas que atingem os povos africanos e a população afrodescendente do Brasil, é necessário

Mais diálogo entre África

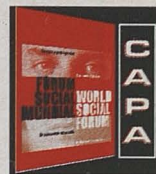


aprofundar a noção de reparação e ampliar medidas de ação afirmativa.

As reparações e a ação afirmativa fundamentam-se acima de tudo na compreensão da necessidade de compensar os povos e membros de grupos dos danos materiais e morais causados pelo colonialismo e pela escravidão. Nesse sentido, reforça-se a idéia de que as reparações e as afirmativas devem ser consideradas como um princípio ético e não apenas uma compensação financeira. Será possível então que ambas sejam caracterizadas como um direito econômico dos povos africanos e das populações afrodescendentes, com base também no argumento de que as dívidas da colonização e da escravidão não podem ser medidas em termos monetários.

Outras ações concretas para reparar os danos do legado do racismo, colonialismo e discriminação racial apontam para a construção de um mundo sem violência, no qual a cultura da paz possa florescer.

e Brasil



MALI: A dívida e a vida cotidiana

“Participamos no Tribunal da Dívida com uma série de testemunhos sobre a questão das conseqüências da dívida na educação, na saúde, na vida da população rural e das mulheres na África”, afirma Barry Aminata Touré, presidenta da Campanha Jubileu 2000, no Mali, e da Coligação Africana de Alternativas. “No Mali temos uma coligação de centenas de ONGs, sindicatos, diferentes tipos de movimentos, que formamos um coletivo, trabalhando na conscientização das pessoas. Há muita gente que não compreende que a sua situação de pobreza está ligada às políticas neoliberais. Temos que esclarecer isso, e nos valem de grupos de teatro, debates, etc. Sempre abordamos uma questão concreta e apresentamos alternativas para lidar com ela.”

No Mali, como aliás em toda a África, a Campanha Jubileu 2000 começou em 1998, procurando estabelecer um diálogo com o governo, para que aceitasse a colaboração da sociedade na solução dos problemas. “No marco da Campanha Internacional Jubileu 2000, os africanos se reuniram em Accra, Gana, em 1988, e começaram a trabalhar, de forma coordenada, porém cada um no seu próprio país, para constituir um fórum com os movimentos sociais, cujo objetivo é mostrar as implicações da dívida na vida cotidiana e na economia dos nossos países. Convidamos o governo, o Congresso, organizações internacionais, jornalistas e outras instituições, da capital e do interior. Desde então, continuamos a fazer o mesmo. Todas as organizações que lidam com questões vinculadas ao desenvolvimento estão neste momento na África engajadas na campanha pelo cancelamento da dívida. Temos que mostrar que o movimento social está se organizando e tem que ser levado em conta”, afirma Barry Aminata Touré. Ela é militante de uma organização de mulheres que trabalha com questões de educação e saúde e, além de ser a presidenta da coligação da dívida no Mali, no momento exerce a presidência da Comissão Regional que trata da dívida na África Ocidental, que é rotativa e tinha antes sido ocupada pelo Senegal. (Beatriz Bissio)

Entre as propostas, destaca-se o acesso equitativo a uma educação de qualidade e a garantia de uma justa inserção da história da África e dos descendentes africanos nos manuais escolares.

Foi também ressaltada a importância de se assegurar uma imagem positiva dos africanos e afrodescendentes no cinema, na televisão, no teatro e nas propagandas. Todas essas ações são consideradas fundamentais para que essas populações se tornem verdadeiramente donas do seu destino. Essas propostas de caráter urgente visam também a consolidar a aliança entre o FSA e o Comitê Afro-Nacional nas suas respectivas lutas contra o racismo e o menosprezo cultural, que afligem tanto os povos africanos quanto a população afrodescendente do Brasil.

Por motivo de doença, o senador Abdias do Nascimento, convidado para fazer parte do evento como conferencista, não pôde estar presente. Entretanto, encaminhou uma mensagem de saudação, na qual fez considerações sobre o movimento social africano e o dos afrodescendentes nas suas lutas contra o racismo e o colonialismo. Na mensagem, colocou questões amplamente coincidentes com o espírito dos debates, enfatizando a necessidade de estabelecer uma aliança estratégica entre os povos africanos e os afrodescendentes, no sentido de fortalecer a tese das reparações. Os conferencistas presentes concordaram com a proposta de Abdias do Nascimento. ■

¹Jacques d'Adesky é pesquisador do Centro de Estudos das Américas, da Universidade Cândido Mendes, do Rio de Janeiro

A QUESTÃO ECONÔMICA, PRINCIPALMENTE A PARTIR DA CRISE ARGENTINA e seus reflexos no continente latino-americano, também recebeu bastante atenção dos participantes. Além de manifestar solidariedade ao povo daquele país, os prefeitos lembraram que a quebra de empresas é uma das conseqüências do projeto neoliberal e dos programas de ajuste fiscal imposto pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) aos países pobres.

Com uma profissão de fé no socialismo, o prefeito de Paris, Bertrand Delanoy, fez sua conferência analisando o processo de urbanização acelerada pela qual as cidades estão passando. Este fenômeno “é uma das conseqüências da globalização”, disse ele, assinalando que a passagem da vida rural para a vida urbana é feita com total desordem porque os interesses econômicos comandam as relações nas cidades”. Delanoy informou que a Paris do século XXI é uma cidade “com crianças que sofrem de doenças típicas de países pobres, jovens drogados e a exclusão social na periferia”. Para o prefeito, um de seus maiores desafios na administração da cidade é construir uma política social que absorva os estrangeiros – principalmente oriundos dos países africanos – que encon-

tram grandes dificuldades para se adaptarem a uma grande cidade. “É verdade que a democracia está em crise, afirmou Delanoy. “Na globalização econômica não há lugar para a democracia e para estrangeiros de países pobres. Mas eles devem ser incorporados à discussão a respeito da utilização do orçamento, a ocupação dos espaços e a forma de integração cultural.”

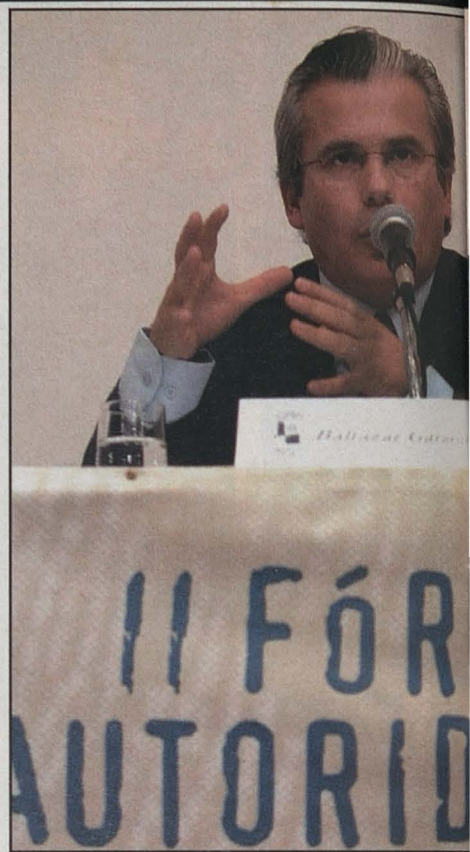
TERRORISMO

Com críticas à atual política belicista do governo norte-americano, o prefeito de Buenos Aires, Aníbal Ibarra, disse que o presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, “com o argumento de combate ao terrorismo, abandonou tratados internacionais de respeito à soberania dos povos”. Depois das críticas, Ibarra analisou a crise da Argentina dizendo, em primeiro lugar, que “seria um erro acreditar que o problema da Argentina é um problema local. O país cumpriu com todas as receitas impostas pelos organismos internacionais, vendendo empresas estatais e o primeiro efeito foi a destruição da economia nacional”.

Aníbal Ibarra, que foi aplaudido de pé, disse ainda que a Argentina está só porque “foi abandonada por aqueles que

provocaram essa situação de caos e sofre uma verdadeira segregação dos organismos internacionais e, internamente, convive com a maior onda de desemprego da sua história”. Na sua opinião, a única saída possível para a crise “seria a redistribuição de renda e o estabelecimento de novas relações internas unindo o governo nacional com os governos das províncias. “Sem isso” – enfatizou – “vamos conviver por muito tempo com essa crise e a conseqüente instabilidade social que vem transformando Buenos Aires numa praça de guerra”.

Assim como Ibarra e Delanoy, o prefeito de Roma, Walter Peltroni e a prefeita de São Paulo, Marta Suplicy, também fizeram críticas à receita do FMI. A prefeita paulista acentuou que esta receita “provoca crises mais agudas nos países periféricos”, enquanto o prefeito de Roma propôs um “boicote às reuniões dos organis-



Os principais temas dos dois fóruns das autoridades (prefeitos e parlamentares) realizados no marco do Fórum Social Mundial foram a violência que atinge grandes e pequenas cidades e propostas para a criação de empregos

Autoridades debatem saídas

UM DE
ADES

Fotos: AFP



Ao lado, o juiz espanhol Baltazar Garzón, que pediu a extradição do ditador chileno Pinochet, em 1998. Acima, os prefeitos de Roma, Walter Veltroni (esquerda) e de Paris, Bertrand Delanoë. O prefeito de Roma defendeu um boicote às reuniões dos organismos internacionais que estrangulam as administrações socialistas

Consórcio municipal

O prefeito de São Luis (MA), Jackson Lago, recebeu elogios pelo seu programa de consórcio agrícola, premiado duas vezes pela Organização das Nações Unidas. O programa, destinado à geração de empregos e à produção de alimentos, "pode ser um instrumento para reduzir a violência nos centros urbanos, porque é uma forma de fixar o trabalhador na área rural", afirmou Lago.

Que lições se pode tirar do FSM?

JL- Aqui há uma riqueza de troca de informações e pode-se perceber que, embora haja consenso de que a globalização fortalece os norte-americanos, os europeus também ganham com esse processo. Mas, de repente, a Europa percebe que, apesar de ser rica, tem no continente 17 milhões de crianças nas ruas com os mesmos problemas dos países subdesenvolvidos.

A Prefeitura de São Luis já recebeu prêmios pelo consórcio de alimentos. Em que consiste esse programa?

JL- Quando o governo federal ameaçou extinguir a Empresa Brasileira de Pesquisa, a Embrapa, nós decidimos criar o consórcio que reúne algumas prefeituras. O poder municipal contrata técnicos para ensinar ao camponês novas tecnologias. E já estamos instalando o sexto consórcio.

Quais os benefícios do programa?

JL- O primeiro é a fixação do agricultor no meio rural, reduzindo a pressão urbana e, em consequência, diminuindo a violência nas cidades. Investir em produtos primários ainda é uma forma de investir contra a violência. Além disso, o consórcio leva ao pequeno agricultor as novas tecnologias, antes acessíveis só aos grandes produtores rurais. Por isso já ganhou dois prêmios da ONU, que está interessada em ver o programa de perto para servir de modelo em outros países. É o primeiro consórcio de produção de alimentos, num país onde há consórcio para tudo, inclusive saúde e limpeza urbana, mas nenhum foi criado para alimentar a população.

para a violência



Foto: AFP

O prefeito de Buenos Aires, Anibal Ibarra (esq.), e de Montevideú, Mariano Arana. Segundo Ibarra, 'enquanto não houver distribuição de renda, vamos conviver com a instabilidade social que faz de Buenos Aires uma praça de guerra'

mos internacionais que estrangulam as administrações socialistas”.

PARLAMENTARES

Uma das principais decisões do Fórum Parlamentar Mundial foi a idéia de buscar aumentar seu poder de intervenção nas esferas de decisão da economia internacional. Os parlamentares presentes – aproximadamente mil – concordaram que as dimensões sociais, políticas e ambientais devem ser incorporadas ao âmbito econômico, atualmente dominado pelas grandes potências – especialmente os Estados Unidos – e por organismos internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a Organização Mundial do Comércio (OMC).

Deputados e senadores ressaltaram a importância da instância, como encontro de parlamentares da América

Uma das principais decisões do Fórum Parlamentar Mundial foi a idéia de buscar aumentar seu poder de intervenção nas esferas de decisão da economia internacional

Latina, Europa, Ásia e África. Nesse sentido, foram formalizadas as bases para a criação de uma rede permanente para dar prosseguimento a este intercâmbio. Foi decidida a realização de

uma reunião de representantes de parlamentos de todo o mundo, no Senado do México, nos dias 12 e 13 de março. Conforme o objetivo declarado de ganhar maior poder de intervenção nos temas econômicos, esta reunião vai anteceder a Conferência das Nações Unidas sobre Financiamento para o Desenvolvimento, a ser realizada em Monterrei, no México. Esta conferência foi tema de uma das principais resoluções do encontro. A resolução defende a Taxa Tobin, uma taxa sobre a circulação internacional de capitais, e pediu o fim dos paraísos fiscais.

Representantes políticos de 125 países participaram dos dois encontros. Tanto no Fórum das Autoridades Locais quanto no Fórum Parlamentar, os participantes homenagearam o prefeito de Santo André, Celso Daniel, assassinado dez dias antes da abertura do II Fórum Social Mundial. (Memélia Moreira) ■

Impunidade nunca mais

O texto “No Brasil, o crime compensa – impunidade nunca mais” circulou no II Fórum Social Mundial como abaixo-assinado

RECONHECENDO A IMPORTÂNCIA DESTA INICIATIVA, e demonstrando sua imediata adesão a este movimento nacional, a **cadernos do terceiro mundo** divulga o texto do abaixo-assinado redigido por responsáveis da Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais (Abong) e da Comissão Brasileira de Justiça e Paz (CBJP), da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB):

“Assistimos todos, estarecidos, à escalada da violência em nosso país. Sabemos que uma das primeiras e mais diretas causas desse drama é a escandalosa distância que existe no Brasil entre a condição de vida de uma minoria rica de nossa população e a da grande maioria de pobres e miseráveis.

Por uma questão de respeito à dignidade humana, é fundamental erradicar, de nosso cotidiano, essa inaceitável desigualdade, com uma mobilização permanente da sociedade por mudanças radicais nas políticas públicas.

Mas a escalada da violência, que leva o medo e a intranquilidade a todos os lares, de ricos a pobres, na cidade e no campo, pode ser interrompida.

Para isso é preciso enfrentar outra de suas principais causas: a impunidade, que protege todos os tipos de crime. No Brasil o crime compensa, porque os criminosos não são punidos. Eles podem usufruir livremente do que roubaram e extorquiram,

“A escalada da violência, que leva o medo e a intranquilidade a todos os lares, de ricos a pobres, na cidade e no campo, pode ser interrompida”

assim como o fazem os que desviam recursos públicos.

A sociedade civil brasileira precisa agir com firmeza e imediatamente para enfrentar a impunidade que estimula e fortalece o crime organizado ou não, vinculado ao narcotráfico ou a grandes interesses econômicos ou políticos, planejado ou como ato de desespero.

Para que se inicie essa ação, os abaixo-assinados:

1. Convocam as grandes entidades civis e religiosas da sociedade brasileira para que “constituam uma Comissão Nacional consagrada diretamente a uma luta sem tréguas contra a impunidade no Brasil; contra a impunidade dos envolvidos em atos de corrupção e autores de crimes contra o patrimônio público, crimes que se apropriam do meu, do seu dinheiro, pago na forma de impostos; contra a impuni-

dade dos crimes de corrupção na polícia, no sistema prisional e na Justiça, que acobertam os criminosos, facilitam fugas, retardam processos de julgamento, estimulam a reprodução e ampliação da violência, igualando os criminosos com aqueles que deveriam combatê-los e mantê-los presos.

2. Requerem ao presidente da República, aos presidentes do Senado e da Câmara Federal, aos presidentes do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça que determinem sejam imperativamente fornecidas à Comissão Nacional todas as informações que ela requisite aos órgãos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como sejam imediatamente atendidas todas as convocações de servidores que ela faça, para depoimentos e informações.

3. Convidam todas as entidades civis e religiosas da sociedade brasileira, bem como os partidos políticos, a se associarem a essa comissão, para assessorá-la e respaldar seu trabalho.

4. Propõem que as entidades internacionais preocupadas com a justiça e a paz no mundo constituam uma Comissão Internacional de apoio a essa Comissão Nacional.

5. Convidam as cidadãs e os cidadãos brasileiros e as cidadãs e os cidadãos do mundo, preocupados com a justiça e a construção da paz, a se associarem a esta mobilização, para a efetiva constituição das Comissões Nacional e Internacional de Luta contra a Impunidade, para que sejam feitas as determinações solicitadas e, uma vez iniciado o trabalho da Comissão, para que esse trabalho leve realmente ao fim da impunidade. ■

Porto Alegre, 31 de janeiro de 2002..

SEGUINDO O LEMA DO FÓRUM SOCIAL MUNDIAL, “um outro mundo é possível”, o que se viu em Porto Alegre foi um mundo bem heterogêneo, com respeito e até mesmo admiração pelas diferenças étnicas, religiosas, culturais e políticas. Um curioso desfile de militantes de diversas origens e interesses políticos tomou conta da capital gaúcha, com destaque para alguns espaços, como a PUC-RS. As delegações africanas estavam sempre entre as que mais chamavam a atenção. Por onde passavam, faziam-se notar, com seus representantes trajando as vestimentas características, longas e coloridas, e exuberantes ornamentos.

Questionando o modelo político implementado no seu país, os argentinos, aparentemente, mais discretos, também se tornavam o centro das atenções por suas faixas e bandeiras e os improvisados pequenos “panelaços”, principal ferramenta do movimento popular que derrubou o então presidente Fernando de la Rúa.

Os protestos dos ambientalistas ficaram entre os mais originais. Entre eles, o que teve mais destaque foi organizado pelo Greenpeace contra as sementes transgênicas. Os manifestantes se fantasiaram de borboletas e, carregando alguns cartazes, fizeram uma pequena passeata pelo cam-



Foto: AFP

Um planeta bem heterogêneo

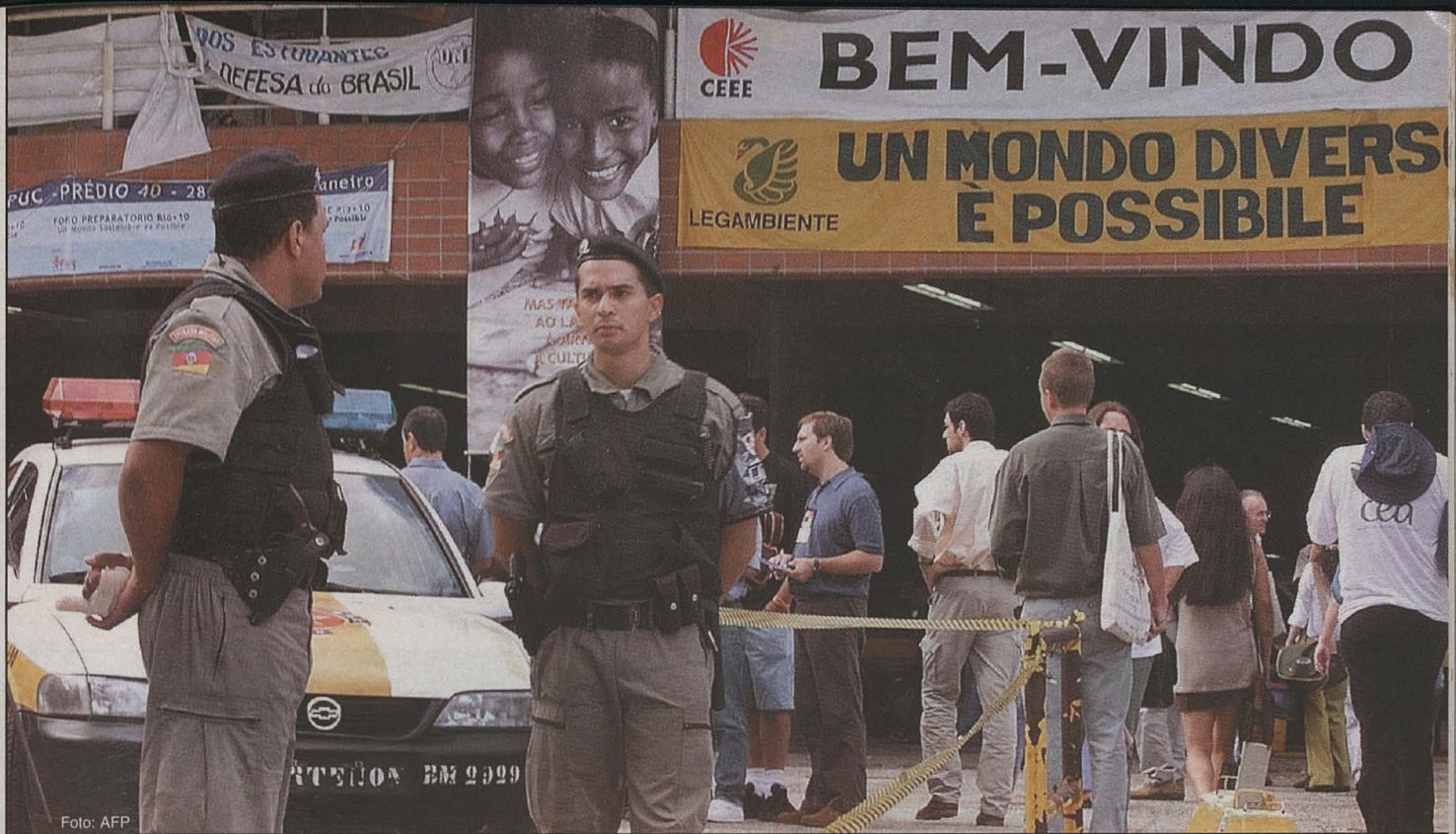


Foto: AFP

Os diversos ambientes onde aconteceram atividades do fórum: as ruas de Porto Alegre, o 'campus' da PUC e o anfiteatro Pôr do Sol. A população da capital gaúcha e profissionais como policiais e taxistas tiveram boa integração com os milhares de visitantes



Foto: Beatriz Blissio

Fórum Social Mundial é palco de muita discussão política, mas também da confraternização entre diversas culturas

pus da PUC, até chegarem ao auditório onde se realizava o seminário sobre o tema.

O saguão do Centro de Eventos também era palco de manifestações diárias. Entre as muitas realizadas ali, a que teve maior público, com representantes de diferentes países e organizações políticas, foi o ato de solidariedade aos palestinos. As bandeiras desse povo coloriram o saguão, e dezenas de manifestantes ouviram os discursos e pediram a libertação da terra palestina. O *campus* da PUC também se transformou em uma espécie de

Acampamento para todas as tribos

O 2º Acampamento Intercontinental da Juventude – ou “Cidade da Juventude Carlo Giuliani”, como foi batizada em homenagem ao ativista morto nos protestos contra o G-7 em Gênova, no ano passado –, localizado no Parque Harmonia, hospedou mais de 10 mil jovens do mundo inteiro, abrigando as mais diversas “tribos”.

Os jovens organizavam suas barracas de acordo com afinidades políticas ou locais de origem. Apesar da enorme diversidade, a convivência sempre era boa. Anarquistas, militantes de partidos políticos e de movimentos culturais, como o hip hop, participavam muitas vezes das mesmas atividades e compartilhavam da infra-estrutura do acampamento sem maiores problemas.

Na verdade, a infra-estrutura era um problema, que democraticamente atingia a todos. As opções de alimento no acampamento eram escassas, e os jovens tinham que apelar para as dezenas de vendedores ambulantes instalados em suas proximidades. Pior do que isso, era a falta de banheiros.

Como a maior parte dos jovens acampados não estava inscrita como delegado no fórum, e não tinha acesso a todas as atividades, o Comitê Organizador do Acampamento optou por investir em uma programação paralela, voltada especificamente para os participantes do acampamento. Diversas oficinas foram oferecidas, a maioria delas discutindo o papel da juventude na construção de um mundo diferente. A cultura mereceu um papel de destaque, sendo tema de debates e oficinas. Além disso, a programação diária incluía mostras de fotografia, cinema e artes plásticas, apresentações teatrais, circenses, de dança, musicais, saraus de poesia e muito mais.

A importância do acampamento dentro do Fórum Social Mundial pôde ser percebida pelas personalidades políticas que foram visitá-lo. O ativista francês José Bové demonstrou

interesse nas alternativas de bioconstrução, como um banheiro de compostagem, instalado apenas para demonstração. Em sua visita, Lula foi convidado a fazer um discurso no palco no qual aconteciam as apresentações culturais, sendo visto por uma enorme platéia.

Uma das maiores atrações do acampamento, porém, foi levada por jovens de Campinas. A rádio livre Muda FM funcionou ininterruptamente durante todo o fórum. Além das músicas, informativos e entrevistas, a rádio abria espaço para todo o tipo de manifestação. Discursos políticos, protestos, convocações para atividades, pedidos de carona no retorno para suas cidades, tudo era permitido na rádio do acampamento.



Foto: AFP



Foto: Ivan Trindade



Foto: Ivan Trindade

Uma das maiores atrações do

No Acampamento Intercontinental da Juventude, barracas de todos os tipos, tamanhos e cores, e mesmo uma barraca indígena (embaixo, à esquerda). Abaixo, uma das esquetes teatrais que aconteciam no meio do acampamento



Foto: Beatriz Bissio



Manifestação em solidariedade ao povo palestino no Centro de Eventos da PUC

shopping de produtos alternativos. Sucos sem agrotóxicos, discos de artistas alternativos, assinaturas de jornais e revistas, e camisas com estampas de Che Guevara e Karl Marx eram apenas alguns dos produtos que podiam ser encontrados à venda.

Um capítulo à parte era a tarefa difícil de comer. Não se pode dizer que houvesse poucos espaços dedicados à alimentação. Mas, quando se trata de alimentar dezenas de milhares de pessoas, todas as opções são sempre insuficientes. Desde a lanchonete do centro de convenções, até o afastado bandeirão, era impossível comer sem enfrentar uma longa fila.

A PUC foi o principal centro do encontro, mas não era o único. Muitas atividades eram realizadas em outros pontos de Porto Alegre. Além disso, os ativistas podiam ser encontrados nos lugares onde um turista comum costuma estar – nos saguões dos hotéis, restaurantes, museus e lojas.

Os ônibus que iam para uma atividade do fórum eram facilmente identificáveis.

Não apenas pelo ícone do fórum, mas principalmente porque estavam sempre cheios, com passageiros carregados de bolsas, pastas, e muitos com o crachá do evento.

Em menos de uma semana, três grandes atos públicos tomaram as ruas de Porto Alegre. O maior deles foi a marcha de abertura, em direção ao anfiteatro Pôr do Sol. Nos dias seguintes, duas outras passeatas mobilizaram a cidade: a marcha em solidariedade ao povo argentino e, na véspera do encerramento, uma passeata contra a Área de Livre Comércio das Américas (Alca).

Os gaúchos podiam sentir-se confusos diante de tantos idiomas ouvidos pelas ruas (além de português, ouviu-se muito inglês, espanhol, italiano e francês) e de culturas tão diversas. Mas, sem dúvida, o clima em Porto Alegre era alegre e fraterno. A explicação é simples: todas aquelas dezenas de milhares de pessoas estavam em Porto Alegre pelo mesmo motivo, o sonho de construir um mundo melhor e mais justo. (Alvaro Neiva) ■

acampamento foi a rádio livre Muda FM, vinda de Campinas

Conferência possibilita diferentes interpretações sobre a conjuntura internacional e diferentes concepções sobre o papel do Estado. O consenso é de que este Estado vem sendo enfraquecido pelos efeitos do neoliberalismo

Alvaro Neiva

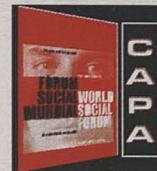
OAUDITÓRIO DO HOTEL PLAZA SÃO RAFAEL recebeu mais de 800 pessoas para assistir à conferência Soberania, Nação, Estado, dentro do eixo IV, "Poder político e ética na nova sociedade". Coordenado pelo sociólogo Emir Sader, o debate – um dos mais esperados do fórum – teve momentos quentes, principalmente a partir das idéias levantadas pelo professor norte-americano Michael Hardt, em torno do badalado livro *Império*, escrito por ele e pelo italiano Antonio Negri.

O professor venezuelano Edgardo Lander afirmou que a sociedade capitalista se sustenta sobre alguns mitos. O primeiro mito seria o crescimento sem limites a partir do controle da natureza. A cultura do individualismo disfarça-se de defesa da individualidade para compor mais um elemento importante no imaginário neoliberal. Ele citou também o mito de uma linearidade dos avanços tecnológicos, que é inexistente, sem falar no fato de que poucas vezes estes avanços contribuem para o bem-estar social. Surge então o mito do "mercado total", se-



Foto: AFP

GLOBALIZAÇÃO



gundo o qual a diminuição dos poderes estatais seria a receita para uma sociedade da multiplicidade. Porém, ele lembra que esta multiplicidade “só é tolerada e reproduzida quando não ameaça a hegemonia cultural daquela sociedade”, e que Estados mais leves também podem significar uma maior concentração de poder, diminuindo a participação da sociedade e tornando-se menos democráticos.

O norte-americano Michael Hardt apresentou as idéias de seu livro, explicando por que, para ele, o conceito de imperialismo não definiria bem a conjuntura internacional. Segundo o autor, a melhor definição é mesmo aquela criada por seu parceiro, Antonio Negri: o “império” seria um novo conceito de poder em forma de rede, com características semelhantes às do Império Romano, mesclando aspectos monárquicos, aristocráticos e democráticos. Ele acredita que os Estados Unidos, como Estado-nação, não são os responsáveis pela atual ordem mundial, que estaria submetida aos organismos internacionais. Por isso, segundo ele, seria acertada a posição dos manifestantes antiglobalização de concentrarem seus protestos contra o G-8 (o grupo dos sete países mais ricos + a Rússia), o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial (Bird) e a Organização Mundial do Comércio (OMC), por exemplo. Hardt não acredita que haja um poder imperialista central. Em sua opinião, os Estados são importantes, mas funcionam apenas como parte integrante de uma rede.

Para enfrentar este poder e transformar este sistema, Hardt acredita que a solução é construir um contrapoder também em formato de rede. Esse contrapoder, representado, segundo ele, por manifestações como as de Seattle e Gênova, pode ser definido como “multitude”. O professor norte-americano explica que esse conceito é um meio-termo entre a unidade e a pluralidade. Ele afirma que parte do conceito marxista do proletariado é ampliado em função da grande pluralidade de classes, raças, gêneros, etc. “As classes são definidas pela luta coletiva”, reforçou Hardt.

O professor Daniel Bensaid, da Universidade de Paris VIII, questionou as inovações propostas por Hardt na teoria marxista. “Se multitude é o mesmo nome para luta de classes, eu concordo; se é para diluir a noção de conflito entre dominados e dominantes, eu discordo”, afirmou o francês. Bensaid alega que a ca-

arrasa soberania nacional

tegoria de luta de classes jamais excluiu a pluralidade, que é um conceito baseado na disputa real no interior da sociedade. "A definição dessas categorias não é um debate meramente acadêmico, mas que tem consequências na nossa luta", insiste ele.

A cubana Isabel Monal, diretora da revista *Marx Agora*, foi ainda mais incisiva nas críticas à análise de Hardt para a conjuntura internacional. Segundo ela, os movimentos antiglobalização erram quando culpam apenas instituições como o FMI e o Bird. O fundamental deveria ser a crítica ao sistema imperialista neoliberal. Isabel lembrou que o capitalismo já se formou como a injusta relação entre países centrais fortes e dominadores e países periféricos fracos e subordinados, com a obrigação de preencher as necessidades dos países centrais.

Para a jornalista cubana, os Estados Unidos são um Estado forte, um centro que impõe seu domínio, em função da manutenção do sistema, muitas vezes usando intervenções militares.

A globalização imperialista aumenta as diferenças entre os ricos no centro e a pobreza na periferia. Para fazer isso, e alimentar as necessidades do capitalismo, precisa de Estados nacionais fracos. "Por isso, os países centrais, principalmente os Estados Unidos, desenvolvem uma política de arrasamento total da nossa soberania e destruição de povos e países", afirma.

Sobre a América Latina, a cubana disse que o modelo imposto criou uma soberania limitada. Segundo ela, a independência das colônias latino-americanas deu lugar a Estados-nações fracos, ainda submetidos a diversas formas de dominação política e econômica. É necessário, portanto, promover uma segunda independência. "A Área de Livre Comércio das Américas (Alca) é hoje nosso pior inimigo, pois representa um ataque feroz à soberania dos países da América Latina", afirma Isabel.



Foto: Beatriz Bissio

A Alca é hoje o nosso pior inimigo, pois representa um ataque



Foto: Ivan Trindade



O imperialismo norte-americano foi alvo de diversas manifestações durante o fórum. As maiores críticas eram direcionadas ao Plano Colômbia e à Alca, mecanismos de dominação política e econômica dos Estados Unidos sobre os países latino-americanos

E lembra que, hoje, a luta contra as drogas, os problemas humanitários e o terrorismo são utilizados como forma de legitimar o novo intervencionismo dos centros imperiais sobre o resto do mundo. “Não nos deixemos enganar: não existe guerra ética, pois tudo faz parte de um jogo geopolítico para aumentar a dominação”, afirmou, arrancando aplausos do público presente.

O padre guatemalteco Xavier Gorostiaga, que teve uma influência teórica destacada nos movimentos centro-americanos – nos anos 70 e 80 enfrentaram as ditaduras –, fez uma apresentação didática, ilustrando suas idéias com a projeção de gráficos. Primeiro, demonstrou que a economia dos países do Terceiro Mundo vinha crescendo até o final da década de 80, período em que começou a ser implantado o neoliberalismo. Ele mostrou também como tem aumentado nos últimos anos o número de países (sobretudo com a desintegração da União Soviética e o esfacelamento de vários países do Leste europeu), mas a pobreza continua a crescer. “Aumentar o número de Estados, mantendo o mesmo tipo de Estado, não é suficiente para construir uma alternativa”, afirmou.

Segundo Gorostiaga, a diferença econômica entre países ricos e pobres, que era de aproximadamente 2 para 1 durante o colonialismo, chegou a 30 para 1 na década de 80, e hoje já é de 75 para 1. Ele demonstra ainda preocupação com o controle dos conhecimentos por parte das grandes corporações transnacionais. “Vivemos a era do conhecimento biotecnológico e, de acordo com os dados disponíveis, em 1987, o controle do conhecimento pelo Estado era de 50%, enquanto cerca de 20% eram privados. Hoje as grandes corporações já detêm 70% deste conhecimento”, denunciou.

Porém, a colocação de Gorostiaga que despertou mais a atenção foi a afirmação de que, após os atentados do ano passado, o mundo volta a ter características semelhan-

tes às do período da Guerra Fria, entre 1950 e 1980. A principal semelhança é a corrida armamentista, colocando a indústria bélica como motor da economia. O período seguinte, de 1980 a 2000, na sua opinião, teria sido a Era Geoeconômica, marcada pela hegemonia norte-americana e pelas fusões de empresas transnacionais. Marcado pelas inovações tecnológicas e pelo Consenso de Washington, neste período o pensamento único atingiu seu ápice. Gorostiaga explica que, no Fórum de 2001, as perspectivas para o início do novo milênio eram otimistas. Acreditava-se que poderia estar começando a era “geocultural”, marcada pelo multiculturalismo e pela democracia. Mas os atentados terroristas de 11 de setembro e a ofensiva bélica dos Estados Unidos estariam mostrando o retorno ao período em que a segurança era a principal preocupação do planeta. E questiona a retórica do governo Bush: “Como falar em luta do Bem contra o Mal se quatro mil crianças são mortas diariamente no Iraque devido aos bombardeios e às sanções impostas pelos Estados Unidos?”

“Como aceitar que 70 Estados sejam considerados delinqüentes, sem direito a defesa, onde uma intervenção militar seja considerada legítima?”, indagou o professor Daniel Bensaid, concordando com as críticas do venezuelano. O francês não confia, tampouco, no Tribunal Penal Internacional, o Tribunal de Haia. “O tribunal é sustentado por potências ocidentais, basicamente os Estados Unidos, e por grandes investidores internacionais, como George Soros. Quem banca, define as regras”, critica Bensaid.

Apesar de compartilhar a solidariedade ao Iraque, Daniel Bensaid ressaltou a importância de defender os curdos no Iraque e na Turquia, da mesma forma que apóia a autonomia do povo palestino. “De um modo geral, é importante reconhecer os direitos culturais, sociais e lingüísticos no marco da educação pública”, afirma. ■

ue feroz à soberania dos países da América Latina

No eixo temático que estudou o problema da “produção de riquezas e a reprodução social”, foi discutido o tema da dívida externa, definida como um dos maiores obstáculos para o desenvolvimento dos países do Sul



Foto: AFP

A DÍVIDA EXTERNA FOI UM DOS TEMAS MAIS PRESENTES no Fórum Social Mundial. A maioria dos debates coincidiu em que é inadmissível dedicar ao pagamento dos juros da dívida externa enormes montantes de dinheiro, que poderiam ser investidos na erradicação da pobreza.

A conferência sobre o tema, dentro do eixo “A produção de riquezas e a reprodução social”, contou com um rico debate entre o belga Eric Toussaint, do Comitê para a Anulação da Dívida Externa do Terceiro Mundo (CADTM); Lidy Nacpil, da campanha Jubileu Sul nas Filipinas; Paul Samangassou, do Cáritas de Camarões; Luis Miguel Sirumbal, do Centro de Assessoria Trabalhista do Peru (Cedal); o ex-Prêmio Nobel da Paz, Adolfo Pérez Esquivel, e Pedro Morazan, da Suedwind e campanha Jubileu Sul na Alemanha.

Todos os conferencistas concordaram com a idéia de que a dívida constitui um dos maiores obstáculos para o desenvolvimento dos países do Sul. A transferência de recursos através do pagamento da dívida foi considerada um fator predominante do crescimento das desigualdades em nível mundial. A ONU calcula que seria necessário gastar 80 bilhões de dólares por ano, durante os próximos dez

Dívida é obstáculo ao desenvolvimento

Tribunal condena a dívida

“A dívida externa dos países do Sul, por ter sido constituída fora das leis nacionais e internacionais e sem consulta da sociedade, por ter favorecido quase exclusivamente as elites em detrimento da maioria da população e por ferir a soberania nacional, é ilegítima, injusta e insustentável, ética, jurídica e politicamente.” Assim começa o veredicto do Tribunal Internacional da Dívida Externa, realizado no marco do Fórum Social Mundial. Os acusados foram os bancos e as grandes corporações multinacionais, governos dos países do Norte, organismos financeiros internacionais, como o FMI e o Banco Mundial, além de alguns colaboradores nos países do Sul.

O tribunal teve três sessões, onde os jurados (um grupo de personalidades políticas internacionais) ouviram testemunhos de cidadãos de diversas nacionalidades sobre a miséria em seus países. Segundo os depoimentos, o pagamento de uma dívida que não foi utilizada para benefício daqueles povos é a principal causa dessa miséria.

O tom predominante nos testemunhos é o de que os países ricos acumulam enormes dívidas para com os países do Sul, devido a séculos de exploração, desde o período colonial até os dias atuais. “A dívida externa dos países do Sul já foi paga diversas vezes. A única dívida que existe é social, econômica e ecológica dos países ricos para com os pobres”, afirmou um dos acusadores, o argentino Alejandro Teitelblau.

O processo determinou a realização de auditorias das dívidas externas, com análise contábil e jurídica, para estabelecer se ainda há uma dívida a ser paga. O veredicto aprovou também a convocação de uma união dos povos do Sul e cidadãos solidários do Norte para desenvolver campanhas pelo cancelamento da dívida externa. (AN)

anos, para acabar com a miséria no planeta. Em 2001, o total de juros da dívida pagos pelos países do Sul foi de mais de 200 bilhões de dólares.

“Há urgências de campanhas efetivas e vitoriosas contra a dívida. O exemplo da Argentina tocou o planeta e temos que aproveitar este momento histórico”, afirmou Eric Toussaint. O belga acredita que brevemente pode haver uma crise de pagamentos, como a que aconteceu na América Latina no início dos anos 80. “Esta luta volta ao primeiro plano com o que aconteceu na Argentina. Temos de apoiar a luta dos povos, para que não caiam no mesmo erro, de aceitar uma renegociação que privilegie os credores”, defendeu Toussaint. Ele acredita que seu trabalho pode servir de subsídio para a ação dos movimentos sociais. “Este tema não é para oficinas ou negociações governamentais. É para uma ação massiva dos povos”, explica. E cita como exemplos dessa ação popular o Plebiscito da Dívida Externa (realizado no Brasil em 2000), o levante popular no Equador em janeiro de 2001 e os protestos na Argentina, a partir de dezembro passado.

Os conferencistas foram unânimes em definir a dívida externa como ilegítima. Primeiro, porque muitos dos empréstimos foram pedidos por governos autoritários e corruptos. Além disso, eram desviados, ao invés de serem utilizados em questões de interesse público. Não há consenso, porém, sobre a definição desta ilegitimidade. Alguns conferencistas mais ousados afirmaram que todas as dívidas são ilegítimas, moral e juridicamente. Alguns, mais receosos, preferem defender a auditoria de todas as dívidas do Sul, antes de dar um veredicto genérico.

Na opinião do militante hondurenho Pedro Morazán, que atua na Suedwind, na Alemanha, a questão jurídica foi pouco abordada no debate. Sua organização está trabalhando pelo julgamento da dívida externa no Tribunal Internacional de Haia, na Holanda. Mesmo que o resultado desse julgamento fosse questionável, a condenação poderia ser um elemento importante para a anulação da dívida de todos os países. Para isso, ele defendeu também a importância dos tribunais populares, como o já realizado no Brasil. Durante o próprio fórum foi realizado um tribunal, que condenou a dívida (ver box). Estes tribunais, segundo Morazán, podem definir argumentos jurídicos para a interrupção ou anulação do pagamento.

Um dos argumentos mais fortes entre os apresentados para a anulação da dívida são os juros exorbitantes. Segundo Toussaint, em 1999, os 187 países mais endividados pagaram 150 bilhões de dólares a mais do que receberam em empréstimo. O belga disse ainda que, entre 1980 e 2000, os países do Sul enviaram mais de 40 Planos Marshall para o Norte, em referência ao plano destinado à reconstrução da Europa após a Segunda Guerra Mundial. Segundo o peruano Luis Miguel Sirumbal, a matemática da dívida externa é bastante singular: no início da década de 80, a dívida dos países latino-americanos era de 250 bilhões de dólares. Desde então, foram pagos 500 bilhões, e hoje a dívida é de 750 bilhões de dólares.

Os participantes apoiaram a proposta de Toussaint de criar um fundo nacional ou regional para armazenar o dinheiro economizado com a interrupção dos pagamentos. A idéia é de que este fundo fosse gerido com a participação popular, a partir de experiências como o orçamento participativo, implantado em Porto Alegre há mais de dez anos. O camaronense Paul Samangassou defendeu esta idéia entusiasticamente. “Um verdadeiro processo participativo de decisão deve levar à aparição de instituições fortes na sociedade”, afirmou. (Alvaro Neiva) ■

A ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO A PARTIR DE ASSOCIAÇÕES E COOPERATIVAS, da co-gestão e da propriedade coletiva da empresa não representa mais uma parcela insignificante da economia. No Rio Grande do Sul, o setor já é responsável por 8% a 10% do Produto Interno Bruto (PIB estadual) e na França existe até um ministério específico para a chamada Economia Solidária. Tanto isso é verdade que o II Fórum Social Mundial (FSM) manteve reunidos por dois dias em Porto Alegre representantes de 12 países e de 13 redes para discutir propostas arrojadas, como a necessidade de criação de um Banco Social Mundial (em contraponto ao Banco Mundial - Bird), de uma nova Organização Mundial do Comércio (OMC) e de "fundos de pensão solidários". Não só os gaúchos, mas também canadenses, peruanos, mexicanos, africanos e, sobretudo, franceses e italianos compareceram com delegações expressivas. "Orçamento participativo é uma forma de economia popular solidária", comenta a economista Ruth Espinola, do Fórum de Cooperativismo Popular do Rio de Janeiro, para ilustrar o quanto a matéria transcende da economia para a política e para o social.

Para os conferencistas, a Economia Solidária exige a democratização do Estado e do conjunto das relações na sociedade civil. "A construção de uma globalização centrada no ser humano e no trabalho é uma construção cotidiana", advogam.



Foto: Sílvia Constantine

Com efeito, segundo o dirigente do Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul (Pacs), Marcos Arruda (foto), "estamos desenvolvendo outros valores, onde a mesma lógica de cooperação interna tem que vigo-

rar para fora, em relação a outros empreendimentos semelhantes e à sociedade", disse o economista, destacando os sistemas de redes, via internet, onde são trocadas infor-



Foto: AFP

mações sobre nichos de mercado, preços mínimos, entre outras, de forma a substituir a cultura da competição e da maximização dos lucros pela solidariedade e produção voltada para a geração de trabalho.

"As redes vão do consumo à produção até chegarem aos setores de comércio e finanças para auto-abastecimento pelos participantes, produzindo, vendendo e financiando. A idéia é o oposto da competição deteriorando os preços. Há planejamento a partir das necessidades básicas, quanto a investimento, à tecnologia e a cadeias produtivas cooperativadas, de forma que, desde a matéria-prima até o consumo, todos estejam operando com o objetivo da cooperação e complementação. Pesquisamos mercado e convidamos setores exau-

ridos para se reciclarem para outros setores", acrescenta.

Em relação à formação dos preços, Arruda considera que hoje, no modelo tradicional, eles não são mais definidos pelo custo. "A lógica do capital é maximizar o ganho, o que significa que tentarão arrancar do consumidor o preço máximo, escondendo o custo de produção, para que o consumidor não possa negociar as margens de lucro. Nós trabalhamos com a transparência dos custos e o excedente (lucro) servirá para investimentos e apoio à cadeia produtiva", explica.

Segundo os palestrantes, a Economia Solidária não se define por uma postura "antimercado" nem anti-Estado, mas por construir novas práticas econômicas e rela-

Economia



A reforma agrária possibilita novas formas de gestão da propriedade, como as cooperativas

pio econômico em oposição ao princípio liberal, que só reconhece o mercado”, disse. Essas experiências foram reprimidas principalmente na segunda parte do século, mas contribuíram para construir “um Estado de direito, em que a solidariedade, cada vez mais, transformou-se em sinônimo de distribuição de renda”, explicou Laville.

Fruto disso, o projeto da Economia Solidária foi progressivamente esquecido, tendo retornado à agenda de setores sociais há duas ou três décadas. “Muitos apoios se mobilizaram contra este movimento de mercantilização, para mostrar que era possível criar e dinamizar serviços por meio da cooperação”, disse.

Risco

O risco da instrumentalização das práticas da Economia Solidária no cenário neoliberal também foi destacado por Laville. Ele advertiu que “os neoliberais estão de acordo em ceder o espaço para a Economia Solidária, com a condição de que seja apenas uma economia de reparação, de caridade, filantrópica, uma economia para os pobres, que atenuaria os efeitos da pobreza, sem combater as suas causas”. Assim, as iniciativas da Economia Solidária poderiam ocupar os espaços deixados pela retração do Estado de Bem-Estar Social, “um conceito que está presente em certas formulações anglo-saxônicas do terceiro setor”.



Na opinião de Laville, “o que faz a originalidade da Economia Solidária é sua capacidade de articular constantemente a dimensão política e a dimensão econômica e, assim, construir uma outra globalização, com um pensamento solidário nos âmbitos econômicos cotidianos, criar novos serviços e novos intercâmbios”. Para ele, a primeira condição para que a Economia Solidária seja o fundamento de uma globalização humanizada é desconstituir a idéia de que a economia se reduz ao mercado. “O triunfo do neoliberalismo é nos fazer crer que só o mercado produz riqueza”, garante. E contesta: “A solidariedade é criadora de riqueza material e também cultural. Por isso, o pensamento único do mercado deve ser substituído pela percepção da realidade da economia que é diversa, plural”, concluiu. Por sua vez, a peruana Rosa Guillém, da Rede Latino-Americana Mulheres Transformando a Economia, falou sobre a situação das mulheres e sua contribuição para um novo mundo possível. Ela criticou a lógica capitalista, “que faz uma diferenciação entre o desenvolvimento, a manutenção e a expansão das capacidades humanas”.

Já o professor argentino José Luiz Coraggio considera que a Economia Solidária é uma proposta que quer ligar de forma dinâmica as comunidades locais ao espaço amplo da solidariedade global, o que seria possível através das novas tecnologias, se controladas de forma adequada pela sociedade”. Coraggio concluiu: “Não pode haver democracia sem democratizar a economia; e não pode haver economia sem democracia.” ■

ções de poder em que o mundo do trabalho seja o principal protagonista. O francês Jean Louis Laville lembrou as primeiras associações criadas no início do século XIX, reunindo trabalhadores do campo e da cidade, que tinham como objetivo defender e reivindicar direitos mutuamente. Desde então, para enfrentar problemas sociais criados pelo mercado, essas ações coletivas mostraram que um outro princípio econômico podia ser mobilizado a serviço da sociedade. “Nesse momento se afirmou que a solidariedade vinha da ação recíproca entre cidadãos livres e podia ser um princí-

Economia Solidária cresce como uma alternativa mundial ao mercantilismo e à idéia de que o comercial deve se sobrepôr ao social

Solidária

Rogério Lessa

A RELAÇÃO ENTRE SUSTENTABILIDADE E JUSTIÇA SOCIAL foi o tema predominante na conferência Sustentabilidade Ambiental, dentro do eixo temático "O acesso às riquezas e à sustentabilidade". Foi consenso entre os participantes da conferência a idéia de que a globalização capitalista e a lógica de mercado são incompatíveis com um mundo sustentável. Na opinião da ambientalista indiana Vandana Shiva, da Fundação de Pesquisa para Ciência, Tecnologia e Ecologia, insustentabilidade e exclusão social caminham lado a lado.

"A dívida ambiental e econômica tem sido paga pelos pobres e excluídos do Norte e do Sul", afirmou o norte-americano Robert Bullard, do Movimento por Justiça Econômica e Ambiental. Bullard, professor de Justiça Ambiental nos Estados Unidos, explica que sua organização surgiu como resposta a um "racismo ambiental", que trata algumas comunidades como dispensáveis. Entre os exemplos por ele citados de opressão econômica e ambiental estão as empresas multinacionais. "As grandes corporações não aceitam limite, elas sempre têm licença para poluir, o que representa uma licença para matar", afirmou Bullard. E lembrou que o ar, a água e o alimento de muitas comunidades são envenenados, e as pessoas não podem reagir a esta forma de terrorismo tóxico.

A ditadura dos combustíveis fósseis também foi apontada como razão para a

insustentabilidade do modelo econômico dominante. Gerd Lelpold, do Greenpeace, afirmou que antigamente as energias alternativas não eram consideradas viáveis, técnica ou economicamente. Entretanto, ele cita o exemplo da Dinamarca, que se desenvolveu diminuindo a emissão de gás carbônico, para desmentir esta inviabilidade. O alemão Wolfgang Sachs, do Wuppertal Institute, acrescentou que as energias renováveis são mais descentralizadas e democráticas que os combustíveis fósseis. Enquanto estes estão concentrados em poucas regiões do mundo, o sol e a biomassa, por exemplo, podem ser encontrados em qualquer lugar.

A animadora da conferência, Sara Larrain, do programa Cone Sul Sustentável, sugeriu que o princípio da precaução preceda as ações econômicas. Desse modo, um empreendimento só poderia ser aprovado mediante provas de que não provocaria danos ambientais. Além disso, Sara reforçou a idéia presente na fala dos debatedores de que os acordos multilaterais ambientalistas devem ter prioridade em relação às regras internacionais do comércio.

Na sua opinião, essas regras são o principal entrave para a implantação da Agenda 21. "É preciso tirar o poder político da Organização Mundial do Comércio (OMC)", conclamou. Wolfgang Sachs concordou, afirmando que "não há sustentabilidade diante da expansão da OMC". Ele vê a pretensa estabilidade fi-

Globalização capitalista e lógica de mercado são consideradas incompatíveis com mundo sustentável

Sustentabilidade

Foto: Cedoc





Foto: Guilherme Lessa

Ao lado, uma plataforma de petróleo. Os combustíveis fósseis são um dos fatores que tornam o modelo econômico vigente incompatível com a sustentabilidade ambiental. Acima, a ativista indiana Vandana Shiva: 'insustentabilidade e exclusão social caminham lado a lado'

e justiça social

nanceira trazida pela globalização como uma maneira de apropriação pelos países desenvolvidos dos recursos da biodiversidade dos países do Sul.

Vandana Shiva divertiu-se ao recordar o episódio em que participava de uma reunião da Organização Mundial do Comércio e retirou-se para se unir às manifestações antiglobalização, realizadas em protesto ao encontro da OMC. Ela falou que, como representante da sociedade civil, não poderia deixar de estar do lado de seus aliados, na crítica a um sistema opressor.

A ativista e pesquisadora indiana defendeu a mobilização social como uma arma importante para combater as ameaças e os prejuízos trazidos pelo sistema. "Os direitos não são concedidos, eles são conquistados pela sociedade e aceitos pelo Estado", afirmou. Ela lembrou o período inicial de sua militância na Índia, quando, com um grupo de ambientalistas, começou a mobilização em defesa da biodiversidade e contra a privatização da água.

Em seguida, Vandana falou de uma de suas mais importantes lutas: a resistência contra os organismos geneticamente modificados (OGMs) ou transgênicos. Segundo ela, ao contrário do que se diz, os OGMs não aumentam as colheitas, pelo contrário, até algumas vezes a produção cai. No entanto, o pior, na opinião da ambientalista indiana, é que estão utilizando produtos químicos e poluentes como forma de monopolizar a produção. "Ao invés de o agente poluente pagar, ele recebe mais dinheiro, por causa da propriedade intelectual", protesta. Vandana garante que em seu país a mobilização contra os transgênicos é muito forte e que nenhum agricultor vai pagar *royalties* às grandes corporações multinacionais.

"Hoje as pessoas têm medo do terrorismo e da guerra, mas a nossa maior ameaça seria não superar o desafio da sustentabilidade", afirmou Bullard. E isso só será possível, de acordo com uma idéia unânime entre os participantes da conferência, com o fim da lógica da competitividade imposta pelo neoliberalismo. (Alvaro Neiva) ■

A ORGANIZAÇÃO FÓRUM INTERNACIONAL SOBRE A GLOBALIZAÇÃO (IFG) promoveu um seminário de dois dias, no marco do Fórum Social Mundial, para discutir alternativas e formas de resistência. Em particular, uma grande preocupação ficou em evidência com os efeitos negativos da globalização sobre o meio ambiente.

O momento mais marcante do seminário foi a apresentação do ambientalista nigeriano Oronto Douglas. Ele lembrou sua infância, quando seu pai o levava para pescar, garantindo a subsistência de toda a família, e contou a conversa que teve com ele, antes de viajar para Porto Alegre, a fim de participar do fórum. Ao explicar ao pai (que aos 76 anos não pesca mais) que iria se encontrar com dezenas de milhares de pessoas para discutir alternativas para um mundo melhor, ouviu dele a seguinte frase: "Diga a eles que quero meus peixes de volta."

Oronto contou este episódio para ilustrar o dano que a globalização econômica tem causado ao mundo e mesmo para as pessoas que moram em pequenas comunidades. E assinalou que, assim como o seu pai – apesar de ser um pescador aposentado do interior da Nigéria, ele sabe apontar os culpados por esta destruição –, as pessoas simples, ainda que fora dos debates dos movimentos organizados, sabem identificar os responsáveis pela situação

Nigeriano emociona platéia ao contar que o pai pediu pela volta dos peixes da sua região

Ambientalistas fazem manifestação em defesa da ratificação do Protocolo de Quioto, protestando contra o presidente norte-americano George W. Bush. Abaixo, mais uma cena do desrespeito do homem com a natureza: milhares de peixes mortos



Globalização



Foto: AFP



Foto: Photodisc

precária em que vivem. “São as grandes empresas internacionais que vão aos nossos países explorar nossos recursos, e não se preocupam em preservá-los.” Oronto afirmou que a sociedade global é egoísta. “Na comunidade onde eu nasci, o rio e a floresta são de todos. Não matamos os crocodilos, convivemos com eles. Extraímos apenas aquilo que é necessário para nossa sobrevivência, e ajudamos a preservar aquele ambiente para as gerações futuras.”

Randy Hayes também iniciou sua apresentação com recordações. Ele lembrou a sua única visita ao Brasil, durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92), quando foi preso, por liderar uma série de protestos. Para ele, seu objetivo era mostrar ao mundo que o então presidente dos Estados Unidos, George Bush, pai do atual chefe de Estado, não tinha qualquer preocupação com o meio ambiente, já que representava outros interesses.

Hayes propôs uma reflexão acerca de uma questão fundamental: “Quem faz as regras na sociedade atual?” Na sua opinião, o mundo hoje é dirigido pelas grandes corporações. As instituições internacionais que poderiam desempenhar um papel importante, aquelas ligadas às Nações Unidas, estão esvaziadas. Além da própria ONU, ele citou o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (Unesco) e a Organização Mundial da Saúde (OMS) como instituições voltadas para o bem-estar da humanidade e que tiveram seu poder enfraquecido diante de interesses econômicos. E apontou o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial (Bird) e a Organização Mundial do Comércio (OMC) como aquelas que definem as regras. Criadas na Conferência de Bretton Woods, após a Se-

gunda Guerra Mundial (com exceção da OMC), com o objetivo de “gerenciar” o sistema econômico internacional e promover o desenvolvimento, hoje elas representam os interesses dos países ricos, e fazem com que a questão econômica seja sempre priorizada em detrimento de outras, como a saúde e o meio ambiente.

O diretor do IFG, Victor Menotti, falou sobre a divergência entre os interesses ambientais e comerciais, que normalmente predominam. E citou diversos exemplos em que as regras da OMC vão contra a preservação do meio ambiente e de acordos internacionais neste sentido, como a Convenção da Diversidade Biológica e o Protocolo de Quioto, ameaçados de não serem cumpridos de maneira efetiva por contrariarem regras do comércio internacional. Outro exemplo lembrado por Menotti foi a pesca predatória realizada por espanhóis na costa chilena, defendida pela OMC.

Em função de tudo isso, Hayes defendeu que as instituições de Bretton Woods e a OMC sejam desmanteladas, e as organizações ligadas às Nações Unidas sejam reforçadas. Isso sem deixar de lado a necessidade de se criarem novos mecanismos, que permitam à sociedade assumir um papel mais ativo na governança global.

O professor norte-americano Paul Hawken questionou o uso do termo “corporações socialmente responsáveis”. E alertou para a necessidade de não permitir que a terminologia utilizada pelos movimentos sociais seja apropriada pelo poder econômico. Ele deu como exemplo a Coca-Cola, que pretende se vender como uma empresa “verde”, mas não respeita as diferenças culturais e, cada vez mais, quer aumentar o número de consumidores de seus produtos. (Hoje, cerca de 10% do consumo líquido total no planeta já são refrigerantes da empresa). (Alvaro Neiva) ■

X Meio ambiente

Construção indiscriminada de barragens e privatização dos recursos hídricos são as principais preocupações

RECONHECER QUE A ÁGUA É UM BEM COMUM e indispensável à humanidade e que, por isso, não pode ser tratada como produto; promover a gestão pública e sustentável dos recursos hídricos e lutar pela democratização das instituições multilaterais foram os principais consensos tirados da conferência Água – Bem Comum, parte do eixo “O acesso às riquezas e à sustentabilidade”, do Fórum Social Mundial de 2002.

Participaram da conferência Riccardo Petrella, do Fórum Mundial das Águas (Itália); Glenn Switkes, da International Rivers Network, dos Estados Unidos; Pablo Solon, da Luta contra a Privatização das Águas, da Bolívia.

Medha Patkar, do Movimento de Atingidos pela Represa de Narmada, Índia, explicou que a administração corrupta e a degradação dos recursos hídricos, seu uso injusto e insensato é que causaram a atual crise da água. “Todos os governos se movem para a mercantilização da água. Esse recurso é um bem social e um direito do povo, que precisa ser afirmado e concedido pelo Estado”, destacou. Para ela,

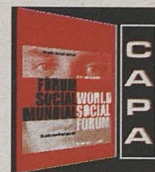
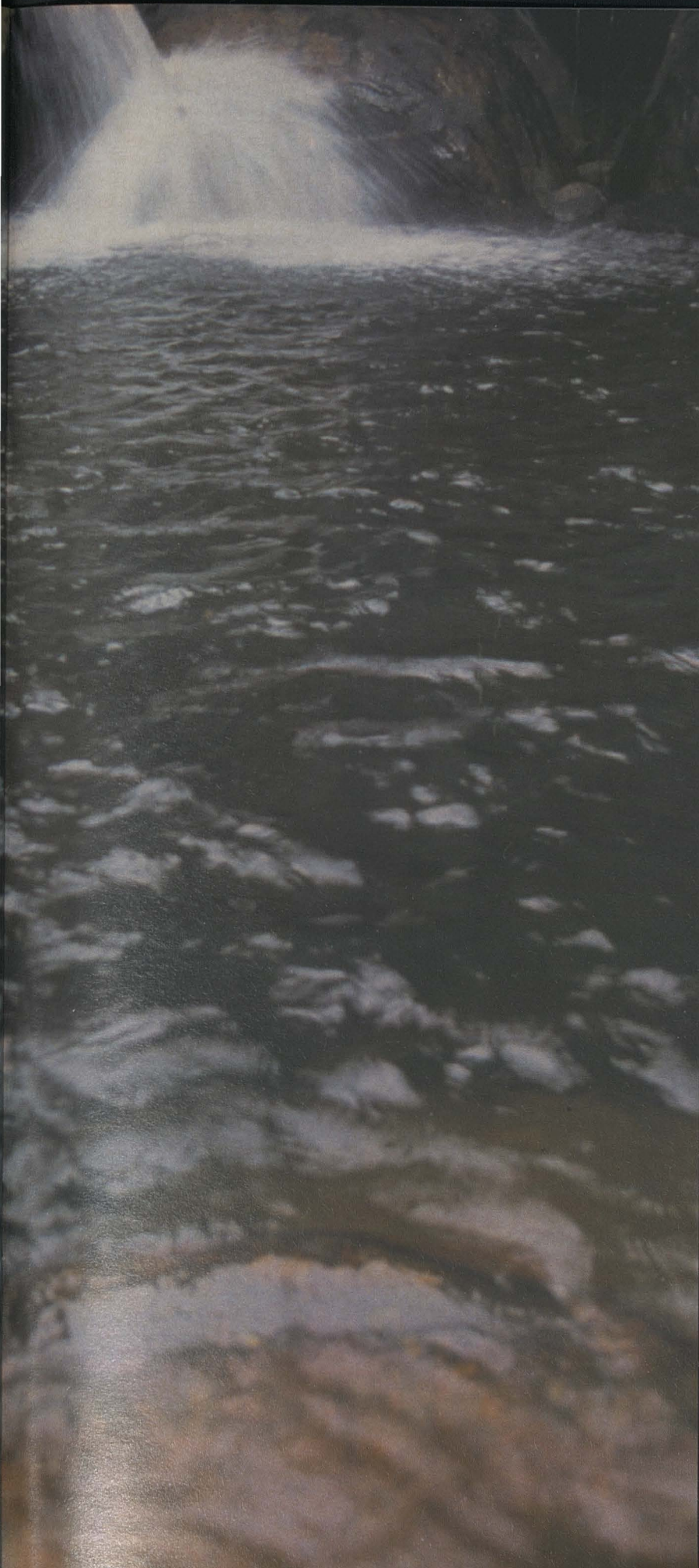
“o tema água não deve ser apenas uma discussão das ONGs ou entidades de classe, mas, sim, uma agenda permanente de todo o mundo, das pessoas comuns”. E acrescentou que “a água deve ser declarada como um bem social comum e devemos cobrar das administrações públicas o seu melhor manejo. Todo o cuidado é preciso, porque não existe limite para os que desejam lucro”, destacou.

Patkar apontou que a construção de milhares de barragens em países como o Vietnã, a China e a Índia é resultado de consensos entre os governos, o Banco Mundial (Bird) e os investidores cuja única preocupação é continuar a explorar, sem preocupação ambiental. Para a indiana, na luta contra esse movimento, não se deve esquecer o fator humano e se deve começar com quem vive diretamente da água, como os agricultores.

Ricardo Petrella, do Fórum Mundial das Águas afirmou que é preciso definir uma agenda de prioridades para influenciar a oligarquia atual que, nos últimos 20 anos, está promovendo a privatização da água por três meios. “O primeiro é a privatização do serviço. Depois, a mercantilização da água, que aumenta

Água Bem Comum





É possível estabelecer uma política que preserve os recursos hídricos, evitando que a água se torne, em um futuro próximo, um produto para privilegiados

cada vez mais” – hoje, 65% da água potável consumida no Chipre vêm da Noruega. Por último, Petrella cita a convergência crescente entre autoridades públicas e empresas que favorecem as “parcerias”, consideradas por eles a “melhor fórmula” de participação para lidar com os interesses locais. Petrella aponta que o risco dessas parcerias entre Estado-empresa é muito grande: em lugares em que os governos são fracos, eles entram em cooperação com empresas privadas para o fornecimento de água, que é de interesse público, e acaba sendo apropriado por entidades privadas, com fins lucrativos.

Petrella explica que, nesse cenário, os atores mais importantes têm sido o Bird e as empresas. “O Banco Mundial condiciona o empréstimo de dinheiro à privatização dos serviços públicos e usa seus instrumentos para apoiar essas parcerias Estado-empresas por meio de três poderes.” No primeiro, destaca o italiano, é que essa instituição produz conhecimento sobre como pensarmos, que subsidiam nossas análises; no segundo, elas influenciam a informação e têm muita inserção nos meios de comunicação de massa. E, por último, elas definem a agenda. “São esses atores que organizam fóruns e seminários e dizem que haverá guerra por causa da água. E nós aceitamos que essa guerra é inevitável. Não é”, defendeu.

Para Petrella, é preciso rejeitar ideologicamente o discurso da oligarquia e inventar uma nova narrativa, um modo diferente de falar da água. Além disso, é fundamental apoiar as lutas locais e juntar todas contra a oligarquia. (Rogério Lessa) ■

Ivan Trindade

OSOM DE ASAS DE BORBOLETAS BATENDO encheu o auditório do prédio da Faculdade de Direito da PUC-RS. O professor Rubens Nodare, da Universidade Federal de Santa Catarina, parou de falar. Elas foram entrando. Uma, duas, três, sete borboletas monarcas pousaram em frente à mesa. Os aplausos encheram o ambiente. Os ativistas do Greenpeace protestavam contra o uso de sementes transgênicas de milho. Sementes que matam as lagartas que se transformariam em borboletas.

A adoção de sementes transgênicas na agricultura mundial foi um dos temas discutidos no seminário "Um mundo livre de transgênicos", que recebeu grande público. Participaram do debate o agrônomo canadense Peter Rosset, do Instituto de Política e Desenvolvimento de Alimentos (Food First); o professor Rubens Nodari, e a doutora Mae Wai Ho, da Sociedade Científica de Londres.

Os transgênicos são economicamente viáveis? Peter Rosset disse que não. Apresentando estudos feitos com agricultores norte-americanos, o professor provou que as lavouras de soja e milho que usaram sementes geneticamente modificadas renderam menos do que as cultivadas normalmente. A queda na produção, segundo os dados de Rosset, ficou em 5%. As sementes modificadas para resistir ao pesticida Round Up não renderam tanto quanto deveriam. Outro problema é a rejeição do mercado consumidor à soja transgênica. A União Européia não aceita a importação



Foto: AFP

Protesto contra os transgênicos durante o Fórum Social Mundial

de produtos feitos com sementes modificadas desde 1997. E, mesmo nos Estados Unidos, os consumidores rejeitam os produtos modificados. A companhia Campbell Soup, que patrocinou a pesquisa de transgênicos, não usou o tomate resultante com receio de ser rejeitada pelo público. Isto é resultado da ação dos grupos de conscientização sobre o uso de transgênicos. A etiquetagem de identificação já é exigida em todos os Estados Unidos.

Para Rosset, os transgênicos servem apenas às grandes empresas do mercado agropecuário como a Monsanto. Elas desenvolvem sementes resistentes ao pesticida que elas mesmas vendem. Assim obrigam os agricultores a comprar mais e mais sementes e pesticidas para aumentar a pro-

dução, já que o rendimento do produto transgênico é menor do que o tradicional.

Por que os transgênicos? A questão é basicamente comercial. A introdução dos transgênicos na agricultura permite às grandes empresas o controle do suprimento mundial de sementes. Cada companhia detém a patente da matéria-prima necessária para a produção de alimentos. Os agricultores e até os países tornam-se reféns dessas empresas. A grande bandeira dos defensores dos transgênicos é a possibilidade de barateamento dos custos de produção, um argumento que já vem sendo questionado por pesquisas em diferentes partes do mundo. O professor Rosset provou que as culturas de milho e soja nos Estados Unidos ficaram até 16% mais ca-

A invasão das A borboletas



ras com as sementes geneticamente modificadas, além da revelação de que 70% das pesquisas com transgênicos são feitas no sentido de desenvolver plantas resistentes a pesticidas. A questão do aumento da produtividade fica em segundo plano.

As empresas estão contando a verdade? O professor e doutor em Genética em Agronomia, Rubens Nodari, deu alguns exemplos de como a verdade é escondida do grande público. O milho transgênico resistente a pesticida (chamado Star Link) foi colocado no mercado e só três anos após o início da comercialização foram feitos os testes de toxicidade. Outro fator que é omitido é o desenvolvimento de resistência por parte das pragas aos pesticidas usados nas lavouras transgênicas. Ou seja, com o tempo as lavouras geneticamente modificadas ficam tão vulneráveis às pestes quanto as lavouras tradicionais. E mais caras. Ainda



Tecnociência, Ecologia e Capitalismo

O controle do capital sobre as novas tecnologias e as conseqüências da aplicação dessas técnicas no meio ambiente foram tema de discussão do seminário organizado pela Attac (França), Zero à esquerda (Brasil) e Sociedade Brasileira de Ciência Cognitiva. Economistas, agrônomos e ambientalistas discutiram o assunto e propuseram meios de controle das novas tecnologias, assim como alternativas a elas.

Com a implementação das patentes, o capital passou a explorar comercialmente o conhecimento a partir da segunda Revolução Industrial. A afirmação é do economista Marcos Dantas. Ele denuncia que a regulamentação das relações de comércio permitiu aos detentores das patentes impor o monopólio nos mercados. No caso da agricultura, o comércio de sementes, pesticidas, fertilizantes e até de técnicas de plantio e colheita já estão nas mãos de corporações multinacionais. Dantas vê nesta realidade a exigência da formação de uma frente para a retomada da propriedade intelectual por parte da sociedade civil. Citando o exemplo do programa de computador Napster, que possibilita o trânsito livre de músicas pela internet, quebrando os direitos autorais, o economista antevê um movimento de quebra dos monopólios sobre o conhecimento.

Para o ambientalista francês Jean Pierre Berlan, a ciência contemporânea tem que se livrar do controle do capital. "As multinacionais disfarçam seus interesses nos slogans que apresentam as novas tecnologias como futuristas. Qualquer crítica a essas pesquisas é classificada como obscurantista", afirmou. E deu um exemplo de como as grandes empresas manipulam a natureza para obter lucros maiores: na Inglaterra, elas retiraram as minhocas do solo para obrigar os agricultores a comprarem máquinas que revolvam a terra. "O meio ambiente deve ser um parceiro do agricultor", afirmou. Berlan defendeu a volta do foco às técnicas naturais de plantio. Esta atitude permitiria preservar o meio ambiente e democratizar o acesso às técnicas e aos meios de produção agrícola. Os agricultores deixariam de ser reféns das grandes empresas e os consumidores não mais seriam cobaias de experimentos.

O agrônomo canadense Hugh Lacey afirmou que a ciência deve ser usada para tornar o mundo mais justo. E defendeu o desenvolvimento de técnicas que quebrem o monopólio das grandes multinacionais. Citando os transgênicos, Lacey mostrou preocupação com o alijamento das alternativas a essa tecnologia no mundo agrícola e exortou os agricultores a se rebelarem contra essa situação, criando opções economicamente viáveis para todos. Desde que haja mobilização da sociedade civil, também na agricultura um outro mundo é possível. (Ivan Trindade)

Na discussão sobre os organismos geneticamente modificados, ficou clara a importância do Brasil para se colocar uma barreira definitiva à expansão das culturas transgênicas. Como segundo maior produtor de soja do mundo e terceiro maior de grãos em geral, o país poderá determinar para onde vai pender a balança na queda-de-braço com as grandes corporações

Povos indígenas brasileiros divulgam a Carta de Porto Alegre

Os povos indígenas divulgaram durante o Fórum Social Mundial (FSM) a Carta de Porto Alegre com suas reivindicações e anunciaram a criação do Comitê dos Povos Indígenas para o próximo evento. Na carta, elaborada por mais de 200 indígenas de todas as regiões do Brasil, exige-se que os governos, instituições religiosas e todos os segmentos responsáveis pelos massacres históricos contra os índios assumam o compromisso de implantar políticas afirmativas, que os retirem da condição de pobreza e dependência, construindo um mundo mais justo para as gerações futuras.

Também querem que as políticas públicas das áreas de saúde, educação e produção alimentar respeitem a diversidade cultural. E reivindicam a aprovação do Estatuto dos Povos Indígenas que se encontra em tramitação no Congresso Nacional há 12 anos. Na carta, os índios falam da falta de compromisso do governo brasileiro em garantir no Orçamento da União recursos para a demarcação de terras e protestaram contra a violação dos seus direitos.

"Basta de sermos tratados como culturas inferiores e seres incapazes apenas por sermos diferentes. Basta de violência contra nossos líderes que são friamente assassinados em conflitos territoriais, sem que os culpados sejam punidos. Basta de violência contra as mulheres e crianças indígenas. Basta de práticas criminosas e discursos perversos que têm a pretensão de diminuir ainda mais nossos territórios", afirmam os indígenas.

há mais um fator preocupante: o controle da inserção das sementes modificadas não é rígido. A contaminação do solo e de outras plantas acontece livremente.

Segundo os palestrantes, as grandes empresas estão preocupadas com o monopólio e o cartel mundial de patentes das matrizes dos alimentos (sementes). Com isso, a pesquisa e a exatidão científica ficaram em segundo plano. A doutora Mae Wai Ho, da Sociedade Científica de Londres, mostrou como o capital está sufocando o meio científico e transformando laboratórios em linhas de montagem. Tanto na agricultura quanto na farmacologia, os cientistas são pressionados a desenvolver produtos que possam entrar no mercado o mais rápido possível. A população mundial está sendo cobaia desses novos remédios. Falando sobre a engenharia genética, a dra. Mae disse que um mundo de fantasias está sendo vendido à população. O deciframento do genoma humano não garante a cura de doenças. As variantes ambientais têm que ser levadas em conta.

Um debate comercial e político

A segunda parte do debate sobre transgênicos tratou das questões econômicas e políticas. Os painelistas falaram sobre as implicações mercadológicas da inserção da nova tecnologia. A Organização Mundial do Comércio (OMC), que regula as relações do mercado internacional, foi apontada como alvo das pressões que devem ser exercidas no combate ao uso indiscriminado de transgênicos. Os painelistas lamentaram que o órgão esteja atuando do lado das grandes corporações. Segundo suas regras de comércio mundial, não se pode "discriminar" os produtos geneticamente modificados. A OMC é usada em disputas que visivelmente ferem a soberania dos países. Os Estados Unidos ameaçam recorrer desde 1997 contra a

União Européia para terminar com a proibição da importação de organismos geneticamente modificados. A demanda norte-americana é fomentada pelas grandes empresas de biotecnologia agrícola. Elas não concebem perder o mercado europeu.

Segundo o professor Pat Mooney, da ONG Erosão, Tecnologia e Concentração Corporativa (ETC), 2002 será o ano de luta entre a indústria de biotecnologia e a sociedade civil. As empresas tentarão alegar que o uso dos transgênicos já é um fato e que não pode ser revertido. Ele prevê que a Convenção sobre Biodiversidade da ONU, a ser realizada em abril na cidade de Haia, na Holanda, vai ser o cenário dessa disputa. A sociedade civil precisa combater este discurso apresentando alternativas limpas aos organismos geneticamente modificados.

O professor Victor Peres, da Universidade Federal do Paraná, pesquisou a estratégia da Monsanto no Brasil. Segundo os dados que ele apresentou na palestra, a empresa conseguiu o domínio do mercado de sementes de soja e milho no país em apenas 20 anos. A introdução dos transgênicos só foi freada pela ação de grupos ambientalistas que conseguiram liminar na Justiça proibindo o cultivo no Brasil em 1999.

Fechando o debate, o deputado estadual Elvino Bohn Gass, do PT gaúcho, falou da necessidade de a sociedade civil se unir na luta contra as grandes empresas de biotecnologia. Para Bohn Gass, com o domínio da Monsanto sobre os bancos de sementes de soja e milho, a liberação dos transgênicos no país seria o fim da soberania agrícola brasileira.

Todos os participantes da mesa enfatizaram a importância do Brasil no combate aos transgênicos. Como segundo maior produtor de soja do mundo e o terceiro maior de grãos em geral, o país representa uma barreira definitiva à expansão das culturas transgênicas. Dependendo do lado para o qual o Brasil pender, a guerra pode ser ganha ou perdida. ■

As grandes empresas estão preocupadas com o monopólio



Foto: AFP

Direitos de reprodução e patentes

O ativista francês José Bové liderou a destruição de uma plantação de soja transgênica da Monsanto, durante o Fórum Social Mundial de 2001

ORGANIZADA PELA OXFAM, INSTITUIÇÃO VINCULADA À Universidade de Oxford, na Inglaterra, a conferência Saber, Direitos de Reprodução e Patentes teve como principal tema de debate a questão da liberdade no uso de softwares, assunto apresentado pelo fundador do Movimento Software Livre, Richard Stallman, e o problema da reprodução das sementes, hoje controlada pela transnacional Monsanto (corporação que produz os transgênicos).

O animador do debate foi o belga François Houtart, do Fórum Mundial das Alternativas. O representante da Oxfam na mesa de debates, Michael Bailey, iniciou a conferência referindo-se à questão da propriedade intelectual. Ele lembrou que os países do Norte “só se desenvolveram porque usaram propriedade intelectual de outros países e o exemplo mais recente são os Estados Unidos, que, no século XIX, usaram a propriedade intelectual da Inglaterra e do Japão, que no século XX, usou a propriedade intelectual dos Estados Unidos”. Bailey condenou o comportamento desses países que agora,

já desenvolvidos, “estão criando leis e, pior ainda, impondo estas leis aos países em desenvolvimento, com as Trade Relations of Intellectual Properties (Trips)”. A saída “por questão de justiça é exigir reformas nos acordos baseados nestas convenções e mostrar aos Estados Unidos e à União Européia que devem parar de estabelecer, unilateralmente, as regras dos acordos internacionais”.

Em aparte a Michael Bailey, o animador dos debates, François Houtart, criticou a expressão “propriedade intelectual”, afirmando que as barreiras à reprodução da produção intelectual “são mais uma das exigências do capitalismo que destrói toda a capacidade criativa e não admite o fato de que o conhecimento deve ser coletivo”.

Por sua vez, Jean Pierre Berlan, da instituição francesa Instituto Nacional de Pesquisas Científicas (Inra), disse que, em 1998, quando foi criada a técnica para esterilização de espécies vegetais, estabeleceu-se a separação entre produção e reprodução de vegetais. “A partir daí, os agricultores passaram a produzir e as transnacionais a reproduzir. Com isso,

criou-se um falso problema porque os seres vivos se reproduzem naturalmente, não havendo nenhuma distinção entre produção e reprodução de espécies”. Berlan denunciou que a Monsanto “saiu em campanha pelo mundo estimulando denúncias para quem estivesse praticando o ‘crime’ de reproduzir sementes, com instalação de linhas diretas para o disque-denúncia”. A Monsanto, segundo o pesquisador, criou uma empresa voltada apenas para investigar a “pirataria”.

O debatedor com maior audiência no debate foi Richard Stallman, que luta pela “liberdade para os programadores e para os usuários da internet”. Ele afirmou que, “quando os usuários não têm liberdade para definir o software que desejam utilizar, não têm garantia do comportamento deste software e não podem monitorar possíveis crimes e menos ainda possíveis vírus”. Ele chamou ainda atenção para a questão dos preços. Com um “software privatizado”, uma peça que custaria um dólar chega ao preço de dez dólares no mercado, e “se houvesse a livre distribuição de softwares, o povo teria mais acesso à informação”.

Atualmente, mais de 20 milhões de pessoas utilizam softwares livres em seus computadores. Em relação à Microsoft, Stallman disse que, “ao negar liberdade aos usuários, a empresa norte-americana vem causando danos diretos ao desenvolvimento de novas tecnologias”. (Memélia Moreira) ■

de patentes das matrizes dos alimentos (sementes)

ORGANIZADA PELA ENTIDADE INTERNACIONAL MÉDICOS SEM FRONTEIRAS, a discussão reuniu o médico palestino Mustafá Barghouti, membro da União de Comitês Palestinos de Medicina; Mário Shaeffer, do Grupo Pela Vida, do Brasil; Adrian Lowit, da organização de controle sobre a indústria farmacêutica Oxfam International, instituição vinculada à Universidade de Oxford, Inglaterra, e Michel Lobrowisk, dos Médicos Sem Fronteiras. A mediação foi feita pela professora Sônia Correa, do Instituto Brasileiro de Análises Socioeconômicas (Ibase).

A quebra das patentes dos laboratórios foi defendida pelos quatro palestinos como a melhor forma de derrubar a barreira dos altos preços dos medicamentos e se tornar universal o acesso ao coquetel anti-Aids. A sociedade civil e os governos dos países foram apontados como agentes desta pressão contra a indústria farmacêutica.

A disputa do Brasil e da África do Sul contra os laboratórios na Organização Mundial do Comércio (OMC) pela redução dos preços foi citada como exemplo de iniciativa bem-sucedida. No ano passado, os dois países ameaçaram quebrar a patente dos medicamentos anti-Aids, caso os preços não fossem reduzidos. O Brasil já conseguiu acordos com vários laboratórios para seguir distribuindo gratuitamente o coquetel.

Mustafá Barghouti afirmou que os povos e as instituições de cada país têm que decidir sobre suas próprias políticas de saúde. Os investimentos dos governos devem levar em consideração as aspirações da população, que deve ser consultada. Barghouti disse, ainda, que a saúde passa também por políticas não diretamente relacionadas à medicina. No caso

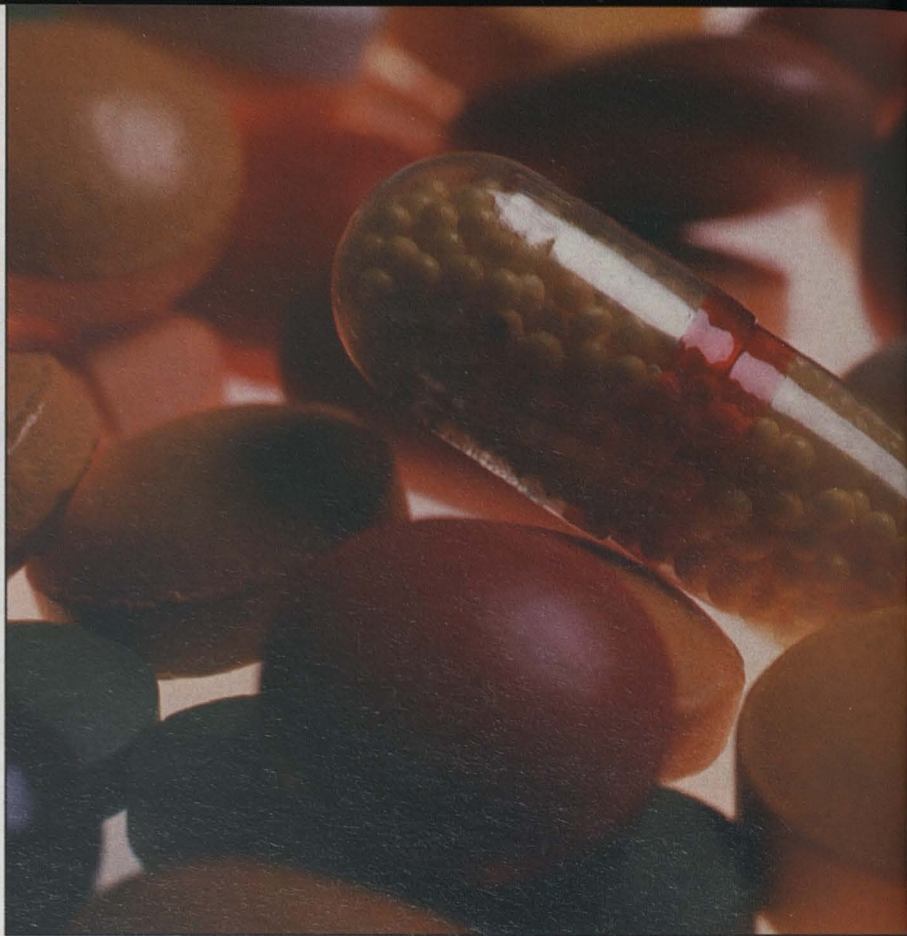


Foto: Photodisc

de seu povo, o médico afirmou que a saúde pública da Palestina passa pela saída do Exército de Israel dos territórios ocupados, que hoje interfere até na livre movimentação do povo.

Ainda sobre este assunto, Adrian Lowit concordou que em muitos países em desenvolvimento a melhoria da saúde pública passa pelo cancelamento das dívidas externa e interna. Segundo Adrian, a Oxfam atua junto à Organização Mundial do Comércio (OMC) na garantia dos direitos

dos povos menos favorecidos. As principais reivindicações são a queda dos preços dos medicamentos em todo o mundo, a liberação dos genéricos, o aumento de investimentos em pesquisa e o aumento da ajuda dos países ricos aos países pobres.

A grande questão defendida pelos debatedores foi a quebra de patentes dos medicamentos que combatem doenças crônicas comuns, como Aids, diabete e hipertensão. Mario Shaeffer afirmou

Debatedores reivindicam acesso universal aos medicamentos de combate à Aids e melhoria dos sistemas de saúde nos países em desenvolvimento

Medicamentos, Saúde

HIV não impede vida digna

O que vamos fazer de nossa vida? Foi com esta indagação que o chileno David Meléndez, representante da Fundação Laura Rodríguez, abriu a oficina que abordou o tema da qualidade de vida para o cidadão HIV positivo. Soropositivo há quatro anos, David trouxe ao debate com muita coragem a perspectiva de que para uma pessoa a descoberta de ser portador do vírus da Aids deve ser encarada como um recomeço da vida e não como o sinal do fim dela.

Segundo o ativista chileno, a enorme complexidade relativa aos diferentes tipos de vírus transmissores faz com que o surgimento – ou não – da doença seja uma combinação de elementos médicos e psicossomáticos. “A vontade de viver faz toda a diferença no desenvolvimento da doença”, afirmou. A luta contra a discriminação social e, principalmente, o alto custo dos medicamentos foram os principais pontos tocados pelo chileno. Ele mostrou que uma das grandes dificuldades dos soropositivos é a má distribuição dos remédios por parte dos governos. No Chile, apenas cerca de 50% da população têm acesso gratuito à medicação”, disse Meléndez.

A situação é melhor no Brasil, onde, conforme o ativista Antônio Alves Ferreira, aproximadamente 90% dos portadores recebem a medicação de forma gratuita, ao contrário de países como Uruguai, Paraguai, Peru e Bolívia, que possuem sérias deficiências no atendimento médico à população. O direito de patente dos grandes laboratórios também foi criticado e apontado como uma das principais causas da dificuldade em se combater a doença e possibilitar uma melhor qualidade de vida para o portador do vírus.

Antônio Alves, soropositivo desde 1983 e atualmente coordenador em Fortaleza de uma casa que abriga outras 15 pessoas portadoras do vírus HIV, aproveitou a oficina para divulgar uma Carta Aberta onde denuncia o grave problema de distribuição de remédios através do Sistema Único de Saúde (SUS) no Ceará. Se queremos nossos direitos, não podemos ficar no anonimato, temos que mostrar a cara”, afirmou.

Durante a oficina, representantes do Grupo Renascer divulgaram o livro *E se tudo que você ouviu sobre Aids estiver errado? Conhecido por suas críticas às empresas farmacêuticas, o grupo prega a não utilização de remédios no tratamento da Aids. “Nos damos o direito de questionar o que está colocado como sendo a verdade”, disse um de seus representantes. Segundo eles, devido à complexidade dos diversos tipos de vírus, são muitos os casos onde os remédios não ajudam. Além disso, também enfatizam a forte influência que os fatores psicológicos têm no possível desenvolvimento da doença.*

que o Brasil precisa de vontade política na luta contra a Aids. O combate deve ser feito através da distribuição gratuita de medicamentos e preservativos. Ele defendeu, também, campanhas preventivas mais agressivas para conscientizar a população. Shaeffer afirmou que o país não quebrou realmente as patentes dos remédios contra a Aids. Apenas pressionou pela queda dos preços. Michel Lobrowisk informou que os laboratórios farmacêuticos negociam com o governo a transferência de tecnologia para a produção dos medicamentos, tática que evitaria a quebra das patentes.

Encerrando a conferência, os participantes da mesa-redonda fizeram propostas para a democratização do atendimento de saúde no mundo. Michel Lobrowisk afirmou que a redução dos preços dos medicamentos é vital. Segundo ele, o direito à vida deve estar acima do direito de pa-

tentes. Adrian Lowit sugeriu a criação de um fundo internacional para o atendimento à saúde. E afirmou mais adiante que as pessoas não podem mais morrer de doenças tratáveis. O ativista da Oxfam considera que a saúde tem que ser o centro das discussões políticas. Mário Shaeffer insistiu no acesso urgente da população aos

medicamentos. O representante do Grupo Pela Vida propôs novamente a quebra das patentes.

Por último, Mustafá Baghouti, numa intervenção emocionada aplaudida de pé, pediu a criação de uma força internacional de saúde para atuar nos territórios ocupados. (Ivan Trindade) ■

e Aids

O PROCESSO DE GLOBALIZAÇÃO EXIGE MECANISMOS de participação, transparência e controle social “para a construção de uma cidadania planetária que leve à melhoria das condições de vida da humanidade, à redução das desigualdades sociais e regionais e à proteção do meio ambiente”. Esta é uma das teses defendidas pelo manifesto produzido pelo Fórum Preparatório Rio+10, que se reuniu em Porto Alegre entre os dias 28 e 30 de janeiro.

Com conferências feitas pelo professor José Lutzemberger, que participou do painel sobre “Ética, Globalização e Sustentabilidade”, Ermínia Maricato, especialista em questões urbanas; Ruben Pesci, presidente do Fórum Latino-Americano de Ciências Ambientais; Frei Beto, e da senadora Marina Silva (PT-AC), além de outras personalidades, o encontro preparatório da Rio+10 realizado em Porto Alegre decidiu levar à Conferência da ONU para o Desenvolvimento Sustentável, a se realizar em agosto, em Johannesburgo, uma avaliação sobre a implantação dos acordos firmados no Rio de Janeiro em 1992.

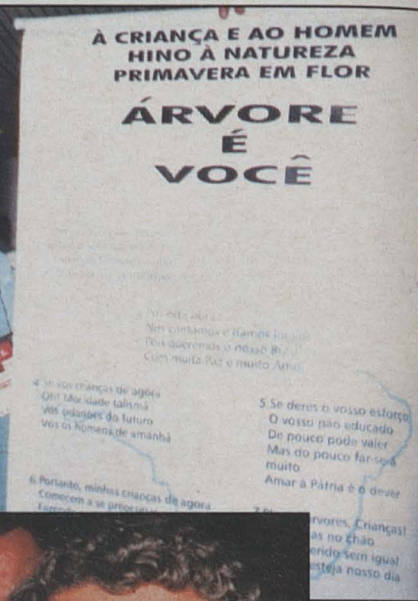
Na abertura do encontro, Frei Beto chamou a atenção dos partidos de esquerda “que não demonstram sensibilidade para com os problemas ambientais”. E denunciou a postura como sendo “uma negação dos princípios socialistas citados em tantos programas desses partidos”.

Foram debatidos no Fórum Preparatório – coordenado pelas ONGs – as questões de Energia, Clima, Agenda 21, Biodiversidade, Florestas, Comércio Internacional e Recursos Hídricos.

O documento final do Fórum de Meio Ambiente em Porto Alegre repudia os transgênicos, “que as grandes corporações tentam nos impor e que põem em risco a segurança alimentar de milhões de pessoas



Foto: Ivan Trindade



A principal preocupação dos ambientalistas tem sido a difusão de uma consciência da importância da preservação do meio ambiente. Ao lado, Frei Beto, que pediu uma maior sensibilidade dos partidos de esquerda para os problemas ambientais



Foto: Aristóteles Brito

e representam uma ameaça à biodiversidade e à saúde humana”, e também a posição do governo dos Estados Unidos, que põem seus interesses econômicos acima dos interesses coletivos da humanidade, ao se recusarem a assinar o Protocolo de Quioto.

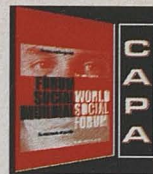
Mais uma vez, as organizações ambientalistas denunciaram os modelos de urbanização. A professora Ermínia Maricato afirmou que “o modelo atual concentra riquezas, distribui miséria e degradação ambiental”. Na sua opinião, é preciso que se exija a democratização do acesso à água

e à terra, “no campo e na cidade, além de um modelo energético renovável com controle social sobre seu uso”.

Preocupadas com a possibilidade de esvaziamento do encontro de Joanesburgo, as organizações não-governamentais que participaram da reunião de Porto Alegre estão estudando formas de denunciar os governos ausentes da Rio+10. Uma das estratégias de luta cogitada é a adoção de um boicote aos produtos destes países, notadamente dos Estados Unidos. (Melméia Moreira) ■

Um mundo sustentável é possível, mas ainda está longe, constata o fórum preparatório da Rio+10

Ética e Sustentabilidade

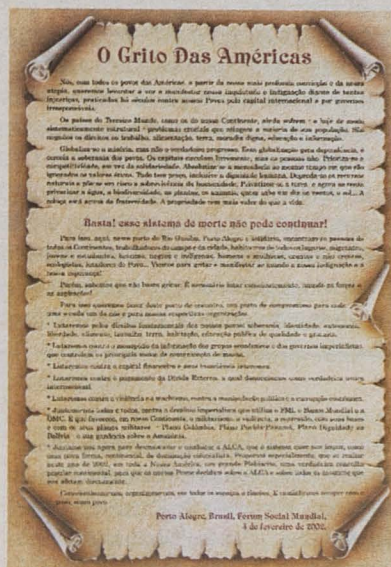


No marco do FSM, foi distribuído este documento, representativo de um programa de ação compartilhado pela maioria dos presentes em Porto Alegre. O texto foi redigido pelo bispo dom Pedro Casaldáliga, de São Félix do Araguaia, Mato Grosso

NÓS, COMO TODOS OS POVOS DAS AMÉRICAS, a partir da nossa mais profunda convicção e da nossa utopia, queremos levantar a voz e manifestar nossa inquietude e indignação diante de tantas injustiças, praticadas há séculos contra nossos povos pelo capital internacional e por governos irresponsáveis.

Os países do Terceiro Mundo, como os do nosso continente, ainda sofrem – e hoje de modo sistematicamente estrutural – problemas cruciais que atingem a maioria de sua população. São negados os direitos ao trabalho, alimentação, terra, moradia digna, educação e informação.

Globaliza-se a miséria, mas não o verdadeiro progresso. Essa globalização gera dependência e cerceia a soberania dos povos. Os capitais circulam livremente, mas as pessoas não. Prioriza-se a competitividade, em vez da solidariedade. Absolutiza-se a mercadoria ao mesmo tempo em que são ignorados os valores éticos. Tudo tem preço, inclusive a dignidade humana. Depredam-se os recursos naturais e põe-se em risco a sobrevivência da humanidade. Privatizou-se a terra, e agora se tenta privatizar a água, a biodiversidade, as plantas, os animais, quem sabe um dia os ventos, o sol... A cobiça está acima da



fraternidade. A propriedade tem mais valor do que a vida.

Basta! Esse sistema de morte não pode continuar!

Para isso, aqui, neste porto do rio Guaíba, Porto Alegre e solidário, encontram-se pessoas de todos os continentes, trabalhadores do campo e da cidade, habitantes de todos os lugares, migrantes, jovens e estudantes, brancos, negros e indígenas, homens e mulheres, crentes e não crentes, ecologistas, lutadores do povo... Viemos para gritar e manifestar ao mundo a nossa indignação e a nossa esperança!

Sabemos que não basta gritar. É necessário lutar conscientemente, unindo as forças e as aspirações!

Para isso queremos fazer deste porto de encontro um porto de compromisso para cada um de nós e para nossas respectivas organizações.

Lutaremos pelos direitos fundamentais dos nossos povos: soberania, identidade, autonomia, liberdade, alimento, trabalho, terra, habitação, educação pública de qualidade e gratuita.

Lutaremos contra o monopólio da informação dos grupos econômicos e dos governos imperialistas, que controlam os principais meios de comunicação de massa.

Lutaremos contra o capital financeiro e seus insaciáveis interesses.

Lutaremos contra o pagamento da dívida externa, a qual denunciaremos como verdadeira usura internacional.

Lutaremos contra a violência e o machismo, contra a manipulação política e a corrupção econômica.

Juntemo-nos todas e todos contra o domínio imperialista que utiliza o FMI, o Banco Mundial e a OMC. E que favorece, em nosso continente, o militarismo, a violência, a repressão, com suas bases e com os seus planos militares – Plano Colômbia, Plano Puebla-Panamá, Plano Dignidade na Bolívia – e sua ganância sobre a Amazônia.

Juntemo-nos agora para desmascarar e combater a Alca, que o sistema quer nos impor, como uma nova forma, continental, de dominação colonialista. Propomos especialmente que se realize neste ano de 2002, em toda a Nossa América, um grande plebiscito, uma verdadeira consulta popular continental, para que os nossos povos decidam sobre a Alca, e sobre todos os assuntos que nos afetam diretamente.

Conscientizemo-nos, organizemo-nos, em todos os espaços e rincões. E caminhemos sempre com o povo, como povo. ■

Porto Alegre, Brasil, Fórum Social Mundial, 4 de fevereiro de 2002.

O GRITO das Américas

O DIAGNÓSTICO DOS PARTICIPANTES DA CONFERÊNCIA DEMOCRATIZAÇÃO DAS COMUNICAÇÕES E DA MÍDIA, parte do eixo temático "A afirmação da sociedade civil e dos espaços públicos", foi unânime: a propriedade dos meios de comunicação está cada vez mais restrita a grandes grupos internacionais.

Oswaldo León, da Agência Latino-Americana de Informação (Alai), citou o artigo 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que garante o acesso à informação e à liberdade de imprensa como ponto de partida para defender a necessidade urgente de mobilização pela democratização da comunicação. Segundo ele, para surtir efeito, esta luta deve agregar uma ampla rede de movimentos sociais. León destacou que a influência política exercida pelas empresas de comunicação assegura a manutenção desta ordem. Para alterar este quadro, ele defende a necessidade de a sociedade civil construir a contra-informação em redes. Ele sugeriu a união de profissionais, pesquisadores e cidadãos em organizações que possam interferir na comunicação.

Além disso, León alertou para um ponto que às vezes passa despercebido, apesar de fundamental para uma democratização real da comunicação: o apoio a políticas públicas sustentadas sobre meios democráticos de participação popular. Roberto Savio, da Inter Press Ser-

Com medidas práticas que ajudem a sustentação dos veículos alternativos, a sociedade civil precisa se mobilizar para enfrentar o monopólio dos grandes meios de comunicação

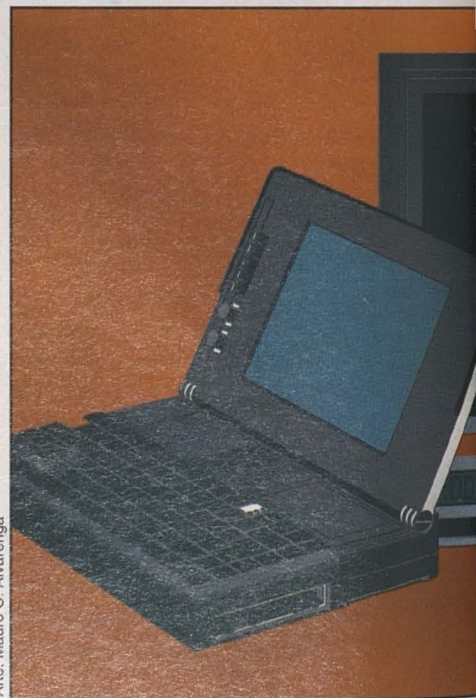
Nem a internet se salva

A informação se tornou vital para o exercício da soberania na sociedade contemporânea. Um seminário proposto pela Associação Latino-Americana de Informação (Alai), a partir de idéias colocadas em um workshop realizado no evento do ano passado, analisou o cenário mundial e definiu propostas para a democratização dos meios de comunicação.

Sally Burch, membro da Apress (entidade francesa de discussão sobre temas da comunicação), denunciou que as corporações transnacionais estão tentando em vários países modificar a legislação que regula as comunicações para poder exercer maior controle sobre a mídia. "A sociedade civil organizada tem que intervir para não se ver alijada desse campo de conhecimento", alertou Sally. E advertiu que o monopólio que caracteriza a realidade dos outros meios de comunicação também está chegando à internet. Criada para ser instrumento de democratização da informação, a nova tecnologia já está nas mãos de poucos e grandes grupos, que taxam, cobram e controlam a rede virtual. Por essa razão, a especialista propôs que sejam criadas novas legislações de controle sobre a distribuição de concessões e permissões de exploração dos meios de comunicação. "A sociedade civil tem que participar e intervir nesta discussão, que precisa ser mundial", disse.

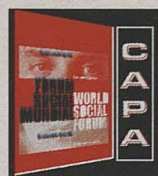
vice (IPS), e Ignacio Ramonet, do *Le Monde Diplomatique*, demonstraram as alterações no mundo da comunicação nos últimos anos, citando "falsas empresas de comunicação", como Warner, Sony, GE, AT&T, que estariam hoje dominando a propriedade dos meios.

Roberto Savio faz coro com León sobre a necessidade da contra-informação. "Hoje vivemos um problema de correlação de forças. Quando se fala em liberdade de imprensa, se fala na liberdade dos donos dos veículos de comunicação, que são instrumentos comerciais."



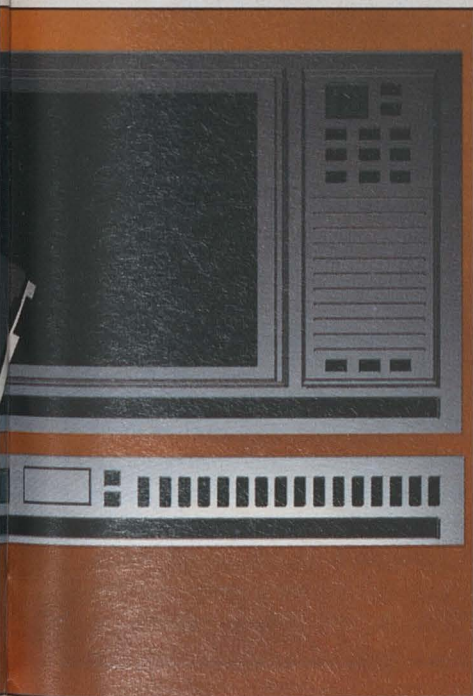
Arte: Mauro C. Alvarenga

Como democratizar a



O motor de um veículo de comunicação não são as vendas, mas a propaganda. Portanto, uma empresa de comunicação não vende informação aos consumidores; vende cidadãos aos anunciantes. “Desse modo, nós também acabamos nos tornando mercadorias”, sentenciou Ramonet. Por isso, é importante centrar os esforços na produção e divulgação de uma contra-informação pela sociedade civil.

Se a notícia é tratada como mercadoria, o compromisso com a informação deixa de existir. Ela se torna um produto da cultura de massa como outro qualquer. Para Ramonet, “existe uma informação para os dominados, e outra para os que exercem o poder dominante.” A informação oferecida ao seletivo grupo que detém o poder político e econômico é precisa, bem elaborada e cara.



Televisão pública para uma programação de qualidade

A *televisão pública é um instrumento importante para a melhoria da programação das emissoras de televisão em geral. A afirmação foi feita pelo professor da Escola de Comunicação da Universidade de São Paulo (USP), Laurindo Leal Filho, durante sua participação na oficina “Rádios e televisões públicas no Brasil”. Já o fortalecimento das emissoras de rádio e televisão públicas como alternativa de democratização da comunicação foi defendida pelo diretor-presidente da Fundação Piratini, o jornalista José Roberto Garcez.*

“Uma emissora pública de qualidade obriga as televisões comerciais a mudarem a linha de programação e permitem ao telespectador perceber que existem alternativas à tevê que detém, historicamente, a hegemonia no Brasil”, destacou Leal Filho. E acrescentou que, no nosso país, praticamente inexistente a emissora pública, pois “a maioria das televisões que não é comercial, é estatal”. O caminho para a transformação de estatal em pública, segundo o professor da USP, é fazer com que as televisões e rádios sejam geridas por conselhos independentes do Estado, que mantenham um distanciamento do poder político, a exemplo do que ocorre com a BBC de Londres, que tem o melhor modelo de tevê pública do mundo.

Para José Roberto Garcez, a população que não está mais interessada nas emissoras comerciais, que funcionam a partir da lógica de mercado, encontrariam uma alternativa nas emissoras públicas, que têm sua programação centrada no cidadão. “Elas estimulam a informação e a reflexão, ao contrário das emissoras comerciais, que veiculam conteúdos que não fazem o cidadão pensar”.

Na contra-informação, a proposta é diferente: quem luta para democratizar o acesso à informação não aceita que as leis do mercado sejam o fator preponderante. “A contra-informação deve ser muito rigorosa, senão cairemos na guerra da mentira contra a mentira. Com a verdade, venceremos”, assegura, otimista, Ramonet.

A diversificação das fontes de informação foi apontada como a melhor solução para a difusão desta contra-informação. E o papel da internet foi considerado chave: “A internet foi o veículo que possi-

bilitou a mobilização internacional da juventude para as lutas contra a globalização capitalista”, entusiasmou-se Joelle Palmieri, da Apress. Porém, Roberto Savio lembrou que a rede ainda é um veículo muito restrito, citando que cerca de 50% da população mundial jamais sequer teve acesso a um telefone.

Jeff Cohen, da organização Accuracy in Reporting, sugeriu idéias em defesa de veículos alternativos. Como formas de sustentar financeiramente estes veículos, ele citou um projeto de lei em tramitação na Câmara de Nova Iorque possibilitando doações individuais de até 200 dólares, que seriam descontados dos impostos, para veículos independentes. Além disso, ele sugeriu a possível taxação de jornais e canais de televisão comerciais, originando-se uma verba que seria destinada aos veículos alternativos. (Alvaro Neiva) ■

comunicação

Por estar pautado por valores neoliberais, professores latino-americanos denunciam o sistema de avaliação nas escolas imposto no continente e reivindicam a mudança na metodologia, para que a reconstrução do ensino público se faça a partir de “práticas que possibilitem a construção de conhecimento capaz de transformar a realidade”

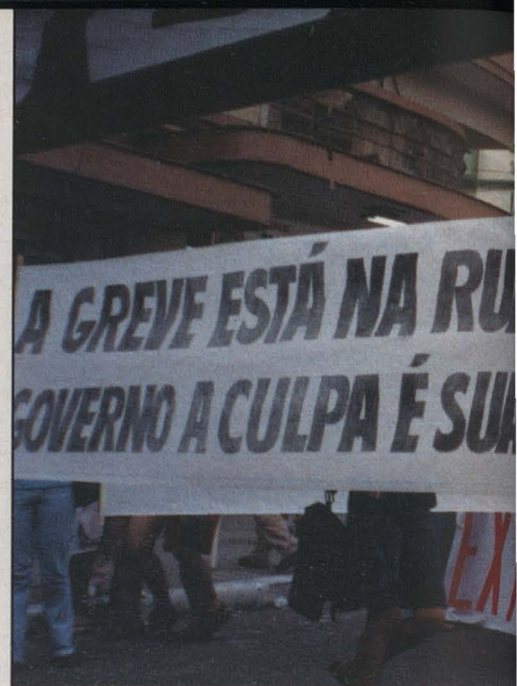
A FORMAÇÃO INTELECTUAL DAS GERAÇÕES que vão comandar os destinos do mundo está comprometida porque o sistema implantado pelos países que adotaram o neoliberalismo é o de uma educação voltada exclusivamente para o mercado, onde não há espaço para criação de conceitos filosóficos. Este foi o principal alerta dos professores que se reuniram em conferências, palestras e oficinas nos seis dias de debates em Porto Alegre.

Cada dia mais excludente, a educação está se tornando também, a exemplo do que ocorria até o início da Idade Moderna, um privilégio de quem pode pagar. O sistema caminha para a privatização do ensino.

“O fenômeno vem acontecendo não apenas na América Latina e nos países pobres, mas também em nações de tradição de educação pública de qualidade, como a França”, denunciou o professor Jean-Paul Lainé, do Sindicato Nacional de Ensino Superior daquele país. “Aos poucos, estão tornando o ensino uma mercadoria de luxo para os ricos”, disse ele durante uma oficina que contou também com educadores latino-americanos.

Jean-Paul Lainé propôs a criação de uma frente internacional de professores para resistir à intervenção do Fundo Monetário Internacional (FMI) que “tem a intenção de transformar a educação num balcão de negócios”.

De acordo com o relatório apresentado pela professora argentina Lúcia Rodríguez, da organização Rede Social para Educação Pública nas Américas (RedSepa), a política do FMI, “nos anos 90, instalou em toda a América o sistema de avaliação educacional (no Brasil, conhecido como



FORUMzinho

No I FORUMzinho Social Mundial que aconteceu no Colégio Júlio de Castilhos, as crianças falaram, brincando sobre assuntos sérios. Enquanto os adultos discutiam no II Fórum Social Mundial (FSM), no FORUMzinho crianças e jovens de seis a 14 anos aprendiam que eles também têm sua parcela de responsabilidade na construção de um mundo melhor.

A idéia partiu de um grupo de educadores que sentiram falta de um espaço para as crianças no FSM do ano passado, enquanto os pais participavam dos seminários e oficinas. O FORUMzinho girou em torno de dois temas básicos: meio ambiente e pluralidade cultural. A preocupação dos pais e educadores é cuidar do planeta para que seus filhos possam habitar um mundo melhor, e passar para as crianças a consciência da necessidade da preservação, comentou uma das organizadoras do evento. No total, foram 400 oficinas gratuitas, além de espaços para ouvir histórias e shows.

Xeque-mate na educação



No alto, manifestantes protestam contra o descaso do governador Jaime Lerner com as universidades do Paraná. Acima, a professora argentina Martha Mafei, que denunciou a situação de pobreza dos professores em seu país

Provão) que vem apresentando resultados desanimadores”. O relatório traz exemplos da Argentina, Costa Rica, El Salvador, Honduras, México, Panamá e Quebec, mas os problemas apontados são semelhantes em toda a América Latina. Entre eles, os mais frequentes são excesso de alunos por docente; falta de bibliografia, equipamentos e mobiliário; escolas em mau estado de conservação, desnutrição escolar e carga acadêmica em excesso.

A professora argentina afirma que este projeto “não cumpre os objetivos para os quais foi criado, não traz linhas de orientação para políticas nacionais, além de não colaborar com as instituições submetidas à prova, “porque estas não recebem nenhuma informação sobre o aprendizado e o rendimento escolar, tomando conhecimento, apenas, de qual posição ocupam no quadro nacional, sem contar que o conceito de qualidade é muito restrito”.

Diz ainda o documento que “o mais importante é levar em conta a coerência deste sistema de avaliação com o projeto neoliberal de transformar sistemas nacionais de ensino em um mercado educativo regido pela lei de oferta e procura; por isso se dá tanta ênfase à classificação de cada escola no quadro geral e não à compreensão das razões que expliquem os resultados obtidos”.

Os professores reivindicam que a metodologia da avaliação seja mudada. E propõem o resgate de uma avaliação “com tradição e fundamentos pedagógicos, permitindo a construção de conhecimento capaz de transformar a realidade, pensado para uma sociedade que privilegie a democracia e a justiça sobre as leis de mercado”.

Além do problema da baixa qualidade do ensino, comum a toda a América Latina, os professores enfrentam ainda as dificuldades de viver com baixos salários, traço também comum a todos os países do continente. De acordo com as informações da professora Martha Mafei, também da Argentina, 49% dos professores de seu país vivem abaixo da linha de pobreza. A mesma questão foi levantada pelo professor Roberto Lehrer, presidente da Associação Nacional dos Docentes de Ensino Superior (Andes), o sindicato brasileiro. “Grande parte dos professores universitários brasileiros “recebiam, até o mês de dezembro, um salário menor do que o salário-mínimo e, como a Constituição proíbe salários abaixo do mínimo nacional, eles têm uma gratificação”.

Durante o Fórum Social Mundial, professores brasileiros da Universidade Estadual do Paraná promoveram manifestações denunciando o governador Jaime Lerner. Em greve há cinco meses, os professores denunciaram a política de “desmonte do estado” e informaram que o orçamento público para o ensino superior vem sofrendo cortes sucessivos, “provocando dificuldades para as universidades públicas que há mais de quatro anos não recebem verbas para investimentos”. (Memélia Moreira) ■

Enilton Grill

UMA MULHER É ASSASSINADA A CADA HORA NO MUNDO. Uma em cada 10 mulheres sofre ao menos um estupro na vida, na maioria dos casos por homens conhecidos. Cerca de 40 milhões de mulheres são exploradas pela indústria da prostituição. Tailândia, Filipinas e Indonésia estão entre os maiores fornecedores de prostitutas. México, Bangladesh e Filipinas estão entre os que mais exploram o trabalho feminino em fábricas. Essas agressões compõem um amplo diagnóstico da violência contra as mulheres apresentado pelas panelistas Diane Matte, do Canadá; Sashi Sail, da Índia, e Suzy Roitman, da França, em representação da Marcha Mundial das Mulheres, na conferência Cultura da Violência, Violência Doméstica, durante o II Fórum Social Mundial. As militantes feministas apresentaram propostas contidas no documento A violência contra as mulheres: aí onde o outro mundo deve agir. A conferência fazia parte do eixo temático “Afirmção da sociedade civil e dos espaços públicos” e teve como debatedor o psicanalista Jurandir Freire Costa (UFRJ, Brasil) e como animadora, Fátima Mello (Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais – Abong, Brasil).

As raízes da violência contra a mulher, sua relação com a globalização neoliberal e a identificação de alguns elementos para a construção de alternativas foram o foco desse rico debate. As panelistas mostraram que as mulheres são vítimas da vio-

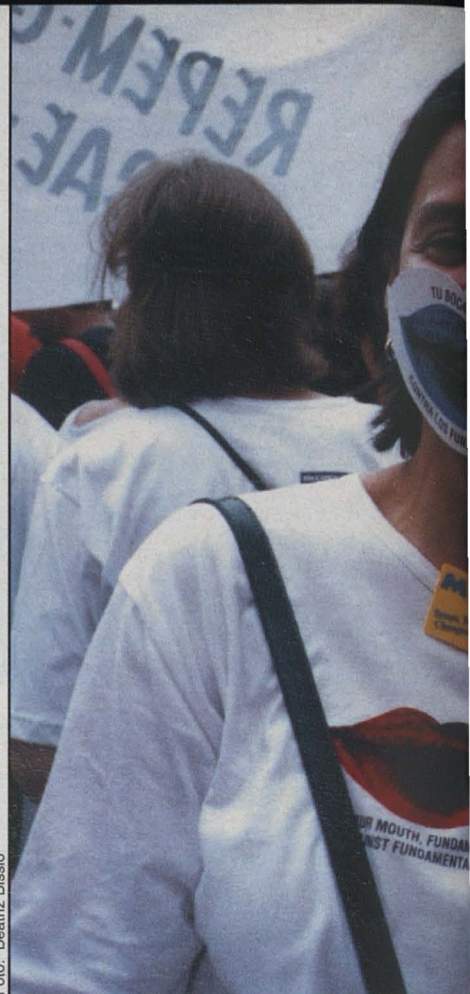
lência em todas as classes sociais, culturas, religiões e situações geopolíticas, ainda que esta violência assuma diferentes formas segundo as distintas sociedades. Ela ocorre tanto na esfera pública como na privada, e é com frequência exercida tanto por indivíduos, como também de forma organizada por grupos de homens e por Estados.

A violência contra as mulheres expressa a combinação entre dois sistemas que se reforçam mutuamente: o patriarcado – baseado no pressuposto de que existiria uma inferioridade natural das mulheres, com a conseqüente hierarquização dos papéis atribuídos aos gêneros – e a globalização capitalista neoliberal, alicerçada na divisão sexual do trabalho para criar desigualdades adicionais entre homens e mulheres. A violência é uma ferramenta de controle para manter a vigência desta combinação de sistemas.

A representante do Canadá, Diane Matte, afirmou que a dominação masculina deixou as mulheres em estado de medo e de vulnerabilidade constante: “O patriarcado instituiu a dominação socioeconômica sobre a mulher”, disse. Os regimes ditos socialistas também coexistiram com o patriarcado, e a experiência histórica das mulheres nestas sociedades mostrou que a mudança para um regime “progressista” não cria automaticamente a igualdade nem erradica a violência contra elas.

No Afeganistão, sob o Talibã, a violência contra as mulheres foi institucionalizada e transformada em direito divino outorgado a todos os homens (ver coordenada); também em países ocidentais, onde em muitos casos houve o reconhecimento dos direitos das mulheres, persistem a violên-

Foto: Beatriz Blissio



cia e o controle sob diversas formas, como o crescimento do tráfico sexual, o não reconhecimento do estupro conjugal e do direito ao aborto. Nos Estados Unidos, ocorre um estupro a cada seis minutos. Em todas as guerras, o estupro de mulheres é usado como arma contra os inimigos.

Sashi Sail disse que as mulheres estão submetidas a uma opressão “ancestral, múltipla e crescente”. O século XX testemunhou o avanço dos direitos das mulheres, mas não reduziu a violência, disse a ativista indiana. O deslocamento de empresas do Norte para o Sul em busca de mão-de-obra barata resulta em uma ampla

Especialistas concluem que a erradicação da violência contra as mulheres é uma responsabilidade tanto individual como coletiva

A cultura da viol



Mulheres contra os fundamentalismos

A campanha "Contra os fundamentalismos, o fundamental é a gente", organizada pela Articulação Feminista Marcosur, foi uma das manifestações em destaque no Fórum Social Mundial 2002. Lançada com muito barulho por mulheres de diferentes partes do mundo, a campanha visa ampliar vozes que se opõem às práticas discriminatórias, que submetem homens e mulheres a situações de opressão.

A entidade reúne centenas de movimentos da América Latina e tem a uruguaia Lilian Cellberti, presa no Rio Grande do Sul pelo regime militar em 1978, como sua representante maior, já que a sede central fica em Montevidéu. Acompanhada por Guacira César de Oliveira, representante da Articulação de Mulheres Brasileiras, com sede em Brasília, Lilian destaca que o fundamentalismo não existe

apenas no Oriente. Ele é sempre político e prospera em sociedades que negam a humanidade e que legitimam mecanismos violentos. Independentemente dos objetivos de cada fundamentalismo, há um ponto de convergência entre eles: todos querem dominar a vida das mulheres.

Nas Américas existe a ofensiva fundamentalista católica para o controle da sexualidade feminina. Lilian destaca que os governos dos Estados Unidos e do Afeganistão foram os únicos que até hoje não assinaram a Convenção das Nações Unidas para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres. Ainda sem previsão de data, será publicado um livro com todos os depoimentos de mulheres presentes no fórum. Para todos aqueles que se interessarem por esta campanha, foi criado o site www.mujeresdelsur.org.uy.

absorção da força de trabalho feminina em condições dramaticamente precárias, com a freqüente exigência de testes de gravidez para contratação, assédio sexual e situações de risco para a saúde no ambiente de trabalho. Tempera este contexto a proibição de sindicalização e os salários aviltados, quase sempre inferiores aos dos homens, para exercer as mesmas funções.

Suzy Roitman advertiu que a globalização acrescentou novas formas de discriminação e de violência contra as mulheres, como, por exemplo, a articulação de máfias dos países, dando dimensão planetária à prostituição. Também a globalização é responsável pela crescente feminização das migrações, sobretudo em direção aos países industrializados. O fenômeno, historicamente atingindo os homens, hoje afeta também as mulheres. Elas são particularmente

vulneráveis ao tráfico de seres humanos devido à feminização da pobreza e à falta de acesso à educação e ao emprego nos seus países de origem. Segundo o francês Luca Marin, do Centro de Estudos sobre Migrações Internacionais, nos últimos anos, as mulheres passaram a enfrentar a repressão aos imigrantes e muitas vezes são tratadas como criminosas. Mulheres da América Latina e do Terceiro Mundo em geral reforçaram os movimentos migratórios em busca de trabalho ou são exploradas por máfias internacionais. Das Filipinas, 80% das pessoas traficadas são mulheres, que são usadas como domésticas ou prostitutas.

Chegou-se à conclusão de que a responsabilidade de erradicação da violência contra as mulheres é individual e coletiva, de homens e mulheres, inclusive no interior das famílias e organizações. Os poderes Legislativo e Judiciário também foram responsabilizados por serem coniventes com a existência de múltiplas lacunas que favorecem a discriminação, como, por exemplo, a ausência da tipificação da violência intrafamiliar na legislação penal de

muitos países da América Latina. O direito internacional foi citado como um marco para legislar a favor da mulher e diminuir a discriminação imbutida em leis que aceitam a "tradição" como atenuante e justificativa para crimes cometidos pelo homem, inclusive o assassinato de mulheres. A Marcha Mundial das Mulheres propôs a realização de um tribunal internacional sobre a violência contra as mulheres durante a terceira edição do Fórum Social Mundial, em 2003. ■

A Marcha Mundial das Mulheres é uma ação internacional contra o capitalismo patriarcal, cujas principais conseqüências são a pobreza e a violência sexista. Em 2000 a marcha mobilizou mulheres de 161 países e territórios de todos os continentes, em ações de denúncia, protesto, educação popular, pressão por políticas públicas e construção de alternativas. Mais de cinco milhões de assinaturas de apoio foram entregues à ONU em outubro de 2000.

Nesse dia, 10 mil mulheres participaram de manifestação em Nova Iorque e milhares fizeram manifestações em mais de 40 países.

Mais informações nas páginas: www.sof.org.br/marchamulheres ou www.ffjq.qc/marche2000

ênncia

O FÓRUM SOCIAL MUNDIAL CONTOU COM A IMPORTANTE participação de representantes da Associação Revolucionária das Mulheres do Afeganistão (Rawa), organização histórica que, apesar da perseguição política, vem desempenhando um importante papel na defesa do povo afegão. A militante Mariam Rawi deu um depoimento, contando um pouco da história das lutas da Rawa e mostrou sua visão sobre o regime fundamentalista do Talibã, a guerra imposta pelos Estados Unidos, os novos dirigentes políticos e todo o sofrimento imposto à população do país.

A Rawa tem 25 anos, existe muito antes de os Talibãs assumirem o poder no Afeganistão. A defesa de direitos iguais para as mulheres sempre foi uma questão importante, mas não a única. "Lutamos pela libertação, pelo fim da opressão religiosa, pelos direitos humanos e pela democracia", explica Mariam Rawi.

Nos últimos anos, a resistência política ao fundamentalismo foi desmantelada. Todos os grupos se esvaziaram em consequência da repressão, que também tornou praticamente impossível a articulação entre os grupos. Apesar disso, a Rawa tenta manter a luta viva, mantendo-se como uma organização clandestina.

Hoje, a maior parte de suas atividades são organizadas a partir do Paquistão. Mesmo nas viagens internacionais tem que utilizar nomes e documentos falsos, e evitam aparecer na imprensa, pois não podem ser reconhecidas, ou sofrerão com a repressão em seu país. Mariam Rawi admite que este é apenas um de seus muitos codinomes.

Organização afegã sobrevive na clandestinidade lutando pelos direitos das mulheres e em defesa da democracia

Na opinião de Rawi, desde que os fundamentalistas assumiram o poder, há quase dez anos, a vida no Afeganistão retrocedeu em décadas, ou mesmo séculos. O acesso à comunicação e à cultura foi restringido. Bibliotecas e até mesmo os correios foram proibidos de funcionar. No entanto, esclarece, o fato de a burca ser vista pelos povos ocidentais como um ícone do fundamentalismo é um erro. A burca não representa a opressão porque ela sempre fez parte da religião e da cultura locais. É verdade que os fundamentalistas a utilizaram como instrumento repressivo, mas a opressão das mulheres está presente de diversas outras maneiras. "Hoje não há sequer rastro de mulheres professoras, médicas, ou ocupando cargos importantes no governo, como acontecia há 15, 20 anos", disse Rawi.

O pior, porém, não é isso. Ela denuncia que a suposta "libertação" do Afeganistão pelos norte-americanos não mudou a vida dos afegãos. "Nossa vida nos últimos meses não foi muito diferente dos últimos anos. Não existe espaço para nós atuarmos. As mulheres ainda sentem medo de sair às ruas, de procurar emprego, estudar, frequentar uma universidade", afirma.

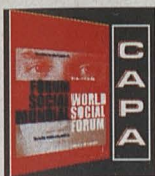
Rawi sabe que o sofrimento do Afeganistão também é partilhado por muitos outros povos, atingidos por guerras, ou vítimas da repressão de um Estado violento. E ela acredita que a luta do povo afegão não pode ser vencida sem o apoio de outras nações. Nesse sentido, afirma que o Fórum Social Mundial é um espaço im-

portante para aumentar a solidariedade internacional aos afegãos, principalmente da parte dos povos latino-americanos.

Mariam Rawi afirma que existem diferentes formas de fundamentalismo. No Afeganistão, é sinônimo de terrorismo. Eles se utilizam de elementos culturais, religiosos e étnicos como uma arma. E a política terrorista do Talibã não pode ser separada de suas posições fundamentalistas. Mas denuncia que os atentados terroristas que atingiram os Estados Unidos em setembro de 2001 também são fruto da política externa norte-americana. "O governo dos Estados Unidos é o pai dos fundamentalistas do Talibã e da Aliança do Norte", cuja vitória não representa um avanço sociopolítico para o povo afegão. "São tão fundamentalistas como o Talibã", denuncia.

Rawi lembra que o Afeganistão ocupa uma posição geográfica estratégica. Sua localização na Ásia Central é fundamental para o escoamento do petróleo. Para ela, os governos ocidentais, principalmente os Estados Unidos, querem manter sua influência na região. A definição dos grupos que ocuparão o poder interessa a Washington, política e economicamente. Entre os benefícios econômicos que os Estados Unidos podem ter na região, mantendo assim seu poder, está a construção de um oleoduto atravessando o Afeganistão. Logo, conclui ela, "a guerra criada pelos Estados Unidos foi movida por interesses econômicos e geopolíticos e a principal vítima de todo este processo foi o povo afegão". (Alvaro Neiva). ■

AS revolucionárias mulheres afegãs



Na cerimônia de encerramento do Fórum Social Mundial, caracterizada pela alegria contagiante, que tomou conta de todos os presentes, foi lido o texto que apresentamos a seguir, escrito especialmente para essa ocasião pelo romancista português José Saramago, Prêmio Nobel de Literatura de 1998

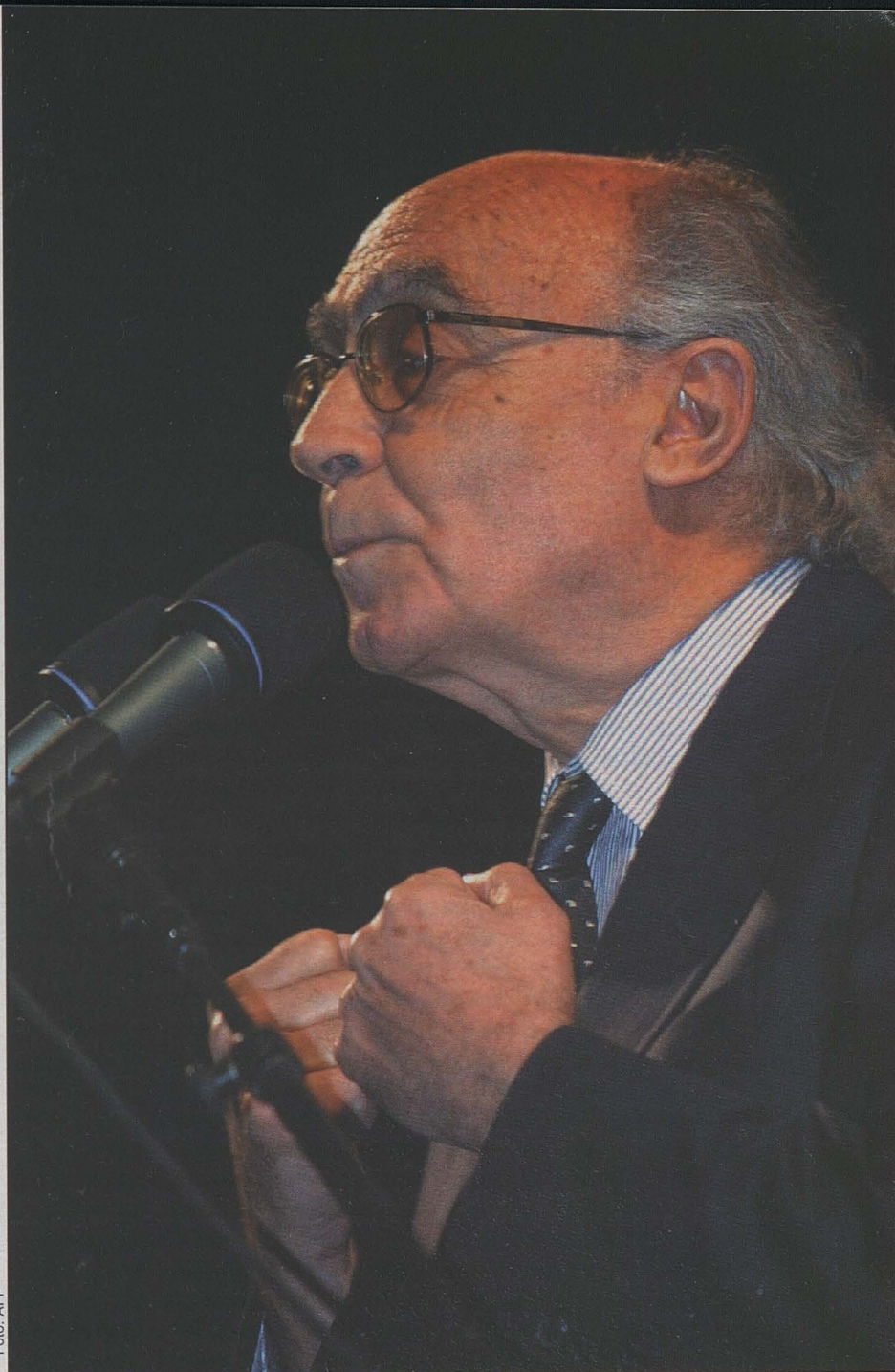


Foto: AFP

SARAMAGO

Da Justiça à Democracia, passando pelos sinos

COMEÇAREI POR VOS CONTAR EM BREVISSIMAS PALAVRAS UM FATO notável da vida camponesa ocorrido numa aldeia dos arredores de Florença há mais de 400 anos. Permito-me pedir toda a vossa atenção para este importante acontecimento histórico porque, ao contrário do que é corrente, a lição moral extraível do episódio não terá de esperar o fim do relato, saltar-vos-á ao rosto não tarda.

Estavam os habitantes nas suas casas ou a trabalhar nos cultivos, entregue cada um aos seus afazeres e cuidados, quando de súbito se ouviu soar o sino da igreja. Naqueles piedosos tempos (estamos a falar de algo sucedido no século XVI) os sinos tocavam várias vezes ao longo do dia, e por esse lado não deveria haver motivo de estranheza, porém aquele sino dobrava melancolicamente a finados, e isso, sim, era surpreendente uma vez que não constava que alguém da aldeia se encontrasse em vias de passamento. Saíram portanto as mulheres à rua, juntaram-se as crianças, deixaram os homens as lavouras e os mesteres, e em pouco tempo estavam todos reunidos no adro da igreja, à espera de que lhes dissessem a quem deveriam chorar. O sino ainda tocou por alguns minutos mais, finalmente calou-se. Instantes depois a porta abria-se e um camponês aparecia no limiar. Ora, não sendo este o homem encarregado de tocar habitualmente o sino, compreende-se que os vizinhos lhe tenham perguntado onde se encontrava o sineiro e quem era o morto.

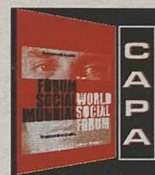
“O sineiro não está aqui. Eu é que toquei o sino”, foi a resposta do camponês. “Mas então não morreu ninguém?”, tornaram a perguntar os vizinhos, e o camponês respondeu: “Ninguém que tivesse nome e figura de gente, toquei a finados pela Justiça porque a Justiça está morta.”

Que acontecera? Acontecera que o ganancioso senhor do lugar (algum conde ou marquês sem escrúpulos) andava desde há tempo a mudar de sítio os marcos das estremas das suas terras, metendo-os para dentro da pequena parcela do camponês, mais e mais reduzida a cada avançada. O lesado tinha começado por protestar e reclamar, depois implorou compaixão, e finalmente resolveu quei-

Arte: Mauro C. Alvaerena

“Hoje, os movimentos de resistência e ação social são os si





xar-se às autoridades e acolher-se à proteção da Justiça. Tudo sem resultado, a espoliação continuou. Então, desesperado, decidiu anunciar *urbi et orbi* (uma aldeia tem o exato tamanho do mundo para quem sempre nela viveu) a morte da Justiça. Talvez pensasse que o seu gesto de exaltada indignação lograria comover e pôr a tocar todos os sinos do universo, sem diferença de raças, credos e costumes, que todos eles, sem exceção, o acompanhariam no dobre a afinados pela morte da Justiça, e não se calariam até que ela fosse ressuscitada. Um clamor tal, voando de casa em casa, de aldeia em aldeia, de cidade em cidade, saltando por cima das fronteiras, lançando pontes sonoras sobre os rios e os mares, por força haveria de acordar o mundo adormecido... Não sei o que sucedeu depois, não sei se o braço popular foi ajudar o camponês a repor as extremas nos seus sítios, ou se os vizinhos, uma vez que a Justiça havia sido declarada defunta, regressaram resignados, de cabeça baixa e alma sucumbida, à triste vida de todos os dias. É bem certo que a História nunca nos conta tudo...

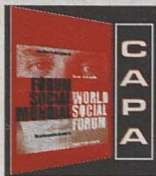
Suponho ter sido esta a única vez que, em qualquer parte do mundo, um sino, uma campânula de bronze inerte, depois de tanto haver dobrado pela morte de seres humanos, chorou a morte da Justiça. Nunca mais tornou a ouvir-se aquele fúnebre dobre da aldeia de Florença, mas a Justiça continuou e continua a morrer todos os dias. Agora mesmo, neste instante em que vos falo, longe ou aqui ao lado, à porta da nossa casa, alguém a está matando. De cada vez que morre, é como se afinal nunca tivesse existido para aqueles que nela tinham confiado, para aqueles que dela esperavam o que da Justiça todos temos o direito de esperar: justiça, simplesmente justiça. Não a que se envolve em túnicas de teatro e nos confunde com flores de vã retórica judicialista, não a que permitiu que lhe vendassem os olhos e viciassem os pesos da balança, não a da espada que sempre corta mais para um lado que para o outro, mas uma justiça pedestre, uma justiça companheira quotidiana dos homens, uma justiça para quem o justo seria o mais exato e rigoroso sinônimo do ético, uma justiça que chegasse a ser tão indispensável à felicidade do espírito como indispensável a vida e o alimento do corpo. Uma justiça exercida pelos tribu-

nais, sem dúvida, sempre que a isso os determinasse a lei, mas também, e sobretudo, uma justiça que fosse a emanção espontânea da própria sociedade em ação, uma justiça em que se manifestasse, como um imperativo moral, o respeito pelo direito de ser que a cada ser humano assiste.

Mas os sinos, felizmente, não tocavam apenas para planger aqueles que morriam. Tocavam também para assinalar as horas do dia e da noite, para chamar à festa ou à devoção dos crentes, e houve um tempo, não tão distante assim, em que o seu toque a rebate era o que convocava o povo para acudir às catástrofes, às cheias e aos incêndios, aos desastres, a qualquer perigo que ameaçasse a comunidade. Hoje, o papel social dos sinos encontra-se limitado ao cumprimento das obrigações rituais e o gesto iluminado do camponês de Florença seria visto como obra desatinada de um louco ou, pior ainda, como simples caso de polícia. Outros e diferentes são os sinos que hoje defendem e afirmam a possibilidade, enfim, da implantação no mundo daquela justiça companheira dos homens, daquela justiça que é condição da felicidade do espírito e até por mais surpreendente que possa parecer-nos, condição do próprio alimento do corpo. Houvesse essa justiça, e nem um só ser humano mais morreria de fome ou de tantas doenças que são curáveis para uns mas não para outros. Houvesse essa justiça, e a existência não seria, para mais de metade da humanidade, a condenação terrível que objetivamente tem sido.

Esses sinos novos cuja voz se vem espalhando, cada vez mais forte, por todo o mundo são os múltiplos movimentos de resistência e ação social que pugnam pelo estabelecimento de uma nova justiça distributiva e comutativa que todos os seres humanos chegaram a reconhecer como intrinsecamente sua, uma justiça protetora da liberdade e do direito, não de nenhuma das suas negações. Tenho dito que para essa justiça dispomos já de um código de aplicação prática ao alcance de qualquer compreensão, e que esse código se encontra consignado desde há 50 anos na Declaração Universal dos Direitos Humanos, aqueles 30 direitos básicos e essenciais de que hoje só vagamente se fala, quando não sistematicamente se silencia, mais desprezados e conspurcados nestes dias do que o foram, há

nos que pugnam pelo estabelecimento de uma nova justiça”



400 anos, a propriedade e a liberdade do camponês de Florença. E também tenho dito que a Declaração Universal dos Direitos Humanos, tal qual se encontra redigida, e sem necessidade de lhe alterar sequer uma vírgula, poderia substituir com vantagem, no que respeita à retidão de princípios e clareza de objetivos, os programas de todos os partidos políticos do *orbe*, nomeadamente os da denominada esquerda, anquilosados em fórmulas caducas, alheios ou impotentes para enfrentar as realidades brutais do mundo atual, fechando os olhos às já evidentes e temíveis ameaças que o futuro está a preparar contra aquela dignidade racional e sensível que imaginávamos ser a suprema aspiração dos seres humanos.

Acrescentarei que as mesmas razões que me levam a referir-me nestes termos aos partidos políticos em geral, as aplico por igual aos sindicatos locais, e, em consequência, ao movimento sindical internacional no seu conjunto. De um modo consciente ou inconsciente, o dócil e burocratizado sindicalismo que hoje nos resta é, em grande parte, responsável pelo adormecimento social decorrente do processo de globalização econômica em curso. Não me alegra dizê-lo, mas não poderia calá-lo. E, ainda, se me autorizam a acrescentar algo da minha lavra particular às fábulas de La Fontaine, então direi que, se não interviermos a tempo, isto é, já, o rato dos direitos humanos acabará por ser implacavelmente devorado pelo gato da globalização econômica.

E a democracia, esse milenário invento de uns atenienses ingênuos para quem ela significaria, nas circunstâncias sociais e políticas específicas do tempo, e segundo a expressão consagrada um governo do povo, pelo povo e para o povo? Ouço muitas vezes argumentando a pessoas sinceras de boa fé comprovada e a outras que essa aparência de benignidade têm interesse em simular, que, sendo embora uma evidência indelével o estado de catástrofe em que se encontra a maior parte do planeta, será precisamente no quadro de um sistema democrático geral que mais probabilidades teremos de chegar à consecução plena ou ao menos satisfatória dos direitos

Não tenho mais que dizer. Ou sim, apenas uma palavra para pedir um instante de silêncio. O camponês de Florença acaba de subir uma vez mais à torre da igreja, o sino vai tocar. Ouçamo-lo, por favor

humanos. Nada mais certo, sob condição de que fosse efetivamente democrático o sistema de governo e de gestão da sociedade a que atualmente vimos chamando democracia. E não o é. É verdade que podemos votar, é verdade que podemos, por delegação da partícula de soberania que se nos reconhece como cidadãos eleitores e normalmente por via partidária, escolher os nossos representantes no parlamento, é verdade, enfim, que da relevância numérica de tais representações e das combinações políticas que a necessidade de uma maioria vier a impor sempre resultará um governo. Tudo isto é verdade, mas é igualmente verdade que a possibilidade de ação democrática começa e acaba aí. O eleitor poderá tirar do poder um governo que não lhe agrade e pôr outro no seu lugar, mas o seu voto não teve, não tem, nem nunca terá qualquer efeito visível sobre a única e real força que governa o mundo, e portanto o seu país e a sua pessoa: refiro-me, obviamente, ao poder econômico, em particular à parte dele, sempre em aumento, gerida pelas empresas multinacionais de acordo com estratégias de domínio que nada têm que ver com aquele bem comum a que, por definição, a democracia aspira. Todos sabemos que é assim, e contudo, por uma espécie de automatismo verbal e mental que não nos deixa ver a nudez crua dos fatos, conti-

nuamos a falar de democracia como se se tratasse de algo vivo e atuante, quando dela pouco mais nos resta que um conjunto de formas ritualizadas, os inócuos passes e os gestos de uma espécie de missa laica. E não nos apercebemos, como se para isso não bastasse ter olhos, de que os nossos governos, esses que para o bem ou para o mal elegemos e de que somos portanto os primeiros responsáveis, se vão tornando cada vez mais em meros “comissários políticos” do poder econômico, com a objetiva missão de produzirem as leis que a esse poder convierem, para depois, envolvidas nos açúcares da publicidade oficial e particular interessada, serem introduzidas no mercado social sem suscitar demasiados protestos, salvo as certas conhecidas minorias eternamente descontentes...

Que fazer? Da literatura à ecologia, da fuga das galáxias ao efeito de estufa, do tratamento do lixo às congestões do tráfego, tudo se discute neste nosso mundo. Mas, o sistema democrático como se de um dado definitivamente adquirido se tratasse, intocável por natureza até à consumação dos séculos, esse não se discute. Ora, se não estou em erro, se não sou incapaz de somar dois e dois, então, entre tantas outras discussões necessárias ou indispensáveis, é urgente, antes que se nos torne demasiado tarde, promover um debate mundial sobre a democracia e as causas de sua decadência, sobre a intervenção dos cidadãos na vida política e social sobre as relações entre os Estados e o poder econômico e financeiro mundial, sobre aquilo que afirma e aquilo que nega a democracia, sobre o direito à felicidade e a uma existência digna, sobre as misérias e as esperanças da humanidade, ou, falando com menos retórica, dos simples seres humanos que a compõem, um por um e todos juntos. Não há pior engano do que o daquele que a si mesmo se engana. E assim é que estamos vivendo.

Não tenho mais que dizer. Ou sim, apenas uma palavra para pedir um instante de silêncio. O camponês de Florença acaba de subir uma vez mais à torre da igreja, o sino vai tocar. Ouçamo-lo, por favor. ■

PROMOÇÃO

Volta às aulas

Desconto de 25% no preço de tabela
para professores e estudantes na assinatura
de uma de nossas publicações

De R\$ 72,00 por R\$ 54,00 à vista

ou

2 x R\$ 29,50

3 x R\$ 20,50

4 x R\$ 16,00



Promoção válida até 28/03/2002

Peça já sua assinatura



Rua Conde de Lages, 44 - Gr. 508 a 510 - Lapa - CEP 20241-080

Rio de Janeiro - RJ - Brasil

Tel: (21) 2221-7511 Fax: (21) 2252-8455

Correio: assinaturas@etm.com.br

Internet: www.etm.com.br

SÃO LUÍS

ENTRE AS 4 CAPITALIS COM MELHOR ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL



São Luís



Porto Alegre



Florianópolis



Vitória

São Luís cuida bem das suas crianças. Esta foi a constatação feita pelo UNICEF, que pesquisou números relacionados aos serviços de saúde, educação e assistência social prestados às crianças em todo o país. Os investimentos da Prefeitura nestas áreas combatem a mortalidade e o trabalho infantil ao mesmo tempo que garantem maior permanência dos alunos em sala de

aula, a criação de mais vagas escolares e ensino de qualidade. Estas ações resultaram num dos melhores índices de desenvolvimento infantil do Brasil. Entre todas as capitais brasileiras, São Luís só fica atrás de Vitória, Florianópolis e Porto Alegre. E olha que nós só estamos engatinhando. Muitos outros avanços e conquistas ainda vêm por aí.



PREFEITURA

Trabalho e Honestidade

S E M E D